



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

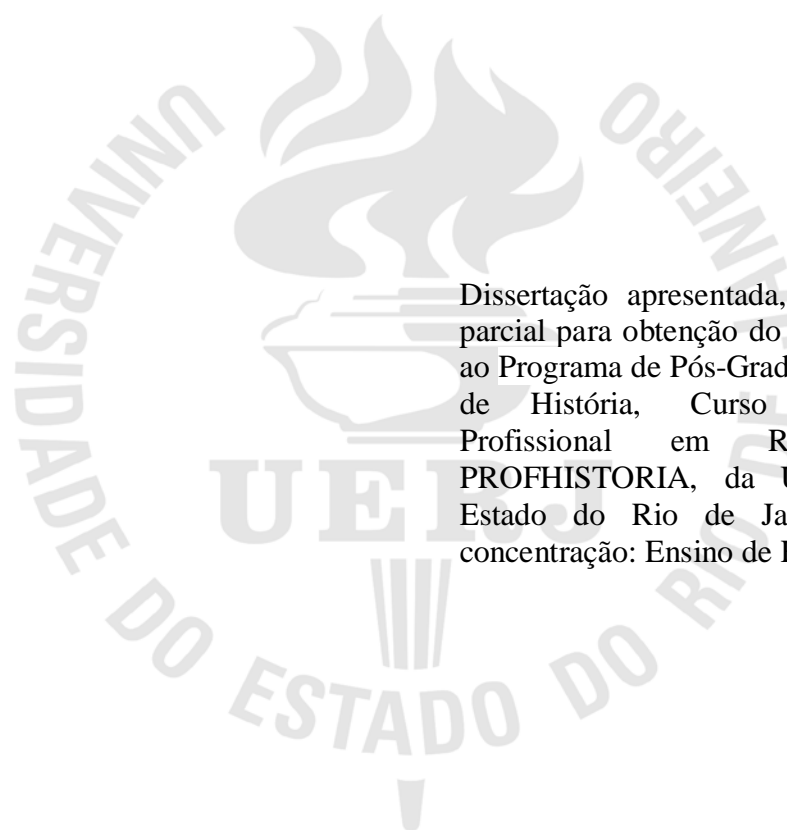
FÁBIO DE JESUS DE CARVALHO

*Metrô-Linha 2: História Local, Memória Escolar e
Educação Patrimonial em uma escola do subúrbio carioca*



Fábio de Jesus de Carvalho

**Metrô-Linha 2: história local, memória escolar e educação patrimonial em uma escola
do subúrbio carioca**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

C331
TESE

Carvalho, Fábio de Jesus.
Metrô-Linha 2 : história local, memória escolar e educação patrimonial em uma escola do subúrbio carioca / Fábio de Jesus Carvalho. – 2018.
109f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. História (Ensino fundamental) – Teses. 3. Patrimônio cultural – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Silva, Daniel Pinha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 93

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fábio de Jesus de Carvalho

**Metrô-Linha 2: história local, memória escolar e educação patrimonial em uma escola
do subúrbio carioca**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 18 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Juçara da Silva Barbosa de Mello

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2018

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos profissionais de educação que todos os dias, mesmo nas condições mais adversas, se dedicam a educar as crianças e jovens brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo necessário e importante no caso de um trabalho de tantos anos. Muitas vezes na solidão e no cansaço da preparação desta dissertação tive o apoio de pessoas e instituições que me animaram a não desistir.

Primeiro gratidão à Vida, com letra maiúscula mesmo, pois me proporcionou saúde, leituras, encontros, quedas, sorrisos, poesias e canções que ajudaram a construir cada linha deste trabalho.

Aos pais, Rosa e Joel, pela torcida de sempre. Obrigado por nunca deixarem de acreditar.

Às minhas três meninas bonitas, Ana, Luanne e Jamily, que souberam entender as faltas e os dias de mau-humor. Boa parte deste e de outros trabalhos dedico à vocês que me adoçam a existência.

Ao meu orientador, professor Daniel Pinha, por sua generosidade e afeto. Seu apoio foi o de um irmão mais velho nesta jornada. Obrigado por sempre confiar e estimular!

Cabe um agradecimento aos professores inspiradores que conheci ao longo deste processo: Everardo Paiva, Larissa Viana, Marcos Barreto, Carina Martins, Sônia Wanderley, Luiz Resnik, Rui Fernandes, Juçara Mello, Iamara Viana e Helena Araújo.

À professora Lili Rose, apaixonada pela Grande Tijuca que conheço desde 2007, agradeço demais pelo empréstimo de livros e o carinho de tantos anos. O trabalho com História Local, de rua em rua, da Tijuca, Vila Isabel, Andaraí e Grajaú foram guias para entender Irajá.

Agradeço também à Alyne Selano, colega da primeira turma do ProfHistória (UERJ), que tão generosamente me passou seu trabalho quando eu ainda estava muito perdido sobre o que fazer.

Aos amigos do grupo “Odara” formado nas aulas de História do Ensino de História da UFF, do Mestrado para a Vida: Érika Martins, Rafael Chaves, Cadu Feijó, Josiane Peçanha, Bruno Morais, Carolina Teixeira, Élyda Campinho, Fabíola Florêncio, Napoleão Júnior, Fabrício Castilho, Geralynne Souza, Fernanda Murro, Mateus, Luís e Zé Conceição.

Aos amigos da turma de 2016 do ProfHistória – UERJ. Sozinhos somos bons, juntos somos melhores! Uma honra estar com vocês na luta pela nossa querida universidade em um de seus períodos mais turbulentos. Agradeço em especial ao irmão que fiz ali, Flávio Braga Mota, mais um dos vários educadores da Estrada de Ferro Rio D’Ouro.

Aos meus queridíssimos parceiros de trabalho da Escola Mendes Viana onde vivi momentos mágicos entre 2011 e 2018. Citar apenas uma pessoa seria pouco para a importância deste grupo em minha vida.

Ao Ciep 318, em Saracuruna, na cidade de Duque de Caxias, que me ajuda a ser um humano melhor a cada dia pelas experiências que me proporciona. Carinho imenso pelos amigos e pelos alunos. A Baixada é sofrida mas é aguerrida.

Às alunas, alunos, docentes e funcionários que com alegria dividiram suas fotos e lembranças para que este trabalho fosse possível. Meu carinho especial à d. Lucy Lucca, dedicada professora, d. Lucy Sobral, “aluna mais velha da Mendes”, sr. Geraldo e d. Denise. E também a Míriam e Sheylla, com as quais tive a honra de trabalhar, e que foram fundamentais para o desenvolvimento do primeiro capítulo.

Ao Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá (IHGBI) pelo apoio nas pesquisas sobre a Baixada de Irajá. Especialmente ao professor Joaquim Justino, Celeste e Carlos.

Aos colegas que trabalham no Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro, o CREP, e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro pelo pronto e respeitoso atendimento.

Finalmente, agradeço à CAPES pelo apoio a este trabalho. Ser bolsista foi de fundamental importância para que tivesse as mínimas condições de pegar um pouco menos de aulas sem o receio de faltar o pão aos meus.

É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.

Provérbio africano

RESUMO

CARVALHO, Fábio de Jesus de. *Metrô-Linha 2: história local, memória escolar e educação patrimonial em uma escola do subúrbio carioca*. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Este trabalho é o relato de uma experiência pedagógica realizada em uma escola pública do Rio de Janeiro, localizada no subúrbio de Irajá. A pesquisa foi realizada com alunos do 8º ano de Ensino Fundamental e se utiliza de recursos como a Memória Escolar, a História Local e o Patrimônio Cultural da localidade para um Ensino de História com vistas a um horizonte democrático.

Palavras-chave: Ensino de história. Cotidiano escolar. Memória. História local. Patrimônio cultural.

ABSTRACT

CARVALHO, Fábio de Jesus de. *Subway-Line 2: local history, school memory and heritage education in a school in the suburbs of Rio*. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

This work is the report of a pedagogical experience made in a public school of Rio de Janeiro, located in the suburb of Irajá. The research was carried out with students from the 8th year of Elementary School and uses resources such as School Memory, Local History and the Cultural Heritage of the locality for a History Teaching focusing a democratic horizon.

Keywords: Teaching history. School daily. Memory. Local history. Cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Primeiro clube de história.....	69
Figura 2 –	Oficina de inventário das fotos.....	72
Figura 3 –	Fôlderes confeccionados pelos alunos.....	80
Figura 4 –	Grupos organizando a exposição.....	83
Figura 5 –	Visita guiada da EM Mato Grosso.....	84
Figura 6 –	Exposição montada na Biblioteca Popular de Irajá.....	85
Figura 7 -	Turma do antigo primário – Anos 1960.....	87
Figura 8 -	Grupo do eixo “Rebobinando”.....	87
Figura 9 -	Caderno escolar.....	97
Figura 10 -	Lei Áurea.....	97
Figura 11 -	Retrato de D. João VI.....	97
Figura 12 -	Vestido noiva da Rainha Vitória.....	97
Figura 13 -	Celular.....	98
Figura 14 -	Coroa de D. Pedro II.....	98
Figura 15 -	Igreja Nossa Senhora da Apresentação.....	101
Figura 16 -	Pia Batismal da Igreja Nossa Senhora da Apresentação.....	101
Figura 17 -	Pista de Skate – Praça Nossa Senhora da Apresentação.....	102
Figura 18 -	Parque – Praça Nossa Senhora da Apresentação.....	102
Figura 19 -	Nave do conhecimento – Praça Nossa Senhora da Apresentação.....	103
Figura 20 -	Pátio da Escola Mendes Viana.....	104
Figura 21 -	Escola CIEP Dom Oscar Romero.....	104
Figura 22 -	Estrada do Colégio.....	105

Figura 23 - Estrada do Colégio.....	105
Figura 24 - Entrada de acesso ao refeitório da Escola Mendes Viana.....	106
Figura 25 - Quadra da Escola Mendes Viana.....	107
Figura 26 - Patrono Francisco Furtado Mendes Viana.....	108
Figura 27 - Escola Municipal Mendes Viana.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5ª CRE	5ª Coordenadoria Regional de Educação
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CREP	Centro de Referência da Educação Pública
DPAE	Departamento de Prédios e Aparelhamento Escolar
IAPB	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IAPM	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos
IHGBI	Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEPE-RJ	Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	PRÓXIMA ESTAÇÃO:COLÉGIO. DESEMBARQUE PELO LADO ESQUERDO	22
1.1	As estradas percorridas até a Estrada de Colégio	23
1.2	O colégio público para meninos do professor Burlamaqui.....	25
1.3	Escola Maria do Carmo Vidigal	27
1.4	Mendes Viana: o mesmo nome em diferentes lugares.....	31
1.5	Para Pedro, Vila São Jorge ou Para Paz: as diversas faces de uma comunidade carioca.....	37
1.6	A escola como patrimônio cultural da Para Pedro	41
2	IRAJÁ E OUTROS SUBÚRBIOS EM SALA DE AULA: O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL COMO LUTA PELO DIREITO À CIDADE .	45
2.1	História e ensino de história	46
2.2	História local: uma definição	48
2.3	O subúrbio à carioca: a construção de um conceito	51
2.4	Irajá: o patriarca dos subúrbios	54
2.5	A busca por espaço na cidade e o ensino de história local	60
3	ESTAÇÃO FINAL: A CONSTRUÇÃO DO CLUBE DE HISTÓRIA...	63
3.1	Clube de história: um filho da ebulição da jornadas de junho de 2013...	63
3.2	Os primeiros associados e a maturação do clube de história	66
3.3	A consolidação do clube de história em meio as dúvidas e ao caos	74
3.4	O clube de história sob nova perspectiva	76
3.5	A organização da exposição	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88

REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – Clube de história atividade 1.....	97
APÊNDICE B – Clube de história atividade 2.....	99
APÊNDICE C – Clube de história – avaliação da exposição.....	100
APÊNDICE D – Patrimônios de Irajá, um subúrbio carioca.....	101
APÊNDICE E – Lazer.....	102
APÊNDICE F – Meu lugar.....	103
APÊNDICE G – Cultura.....	104
APÊNDICE H – Natureza.....	105
APÊNDICE I – Rebobinando.....	106
APÊNDICE J – Patrono Francisco Furtado Mendes Viana e placa de inauguração da escola.....	108
APÊNDICE K – Ambiente da escola Mendes Viana.....	109

INTRODUÇÃO

Este trabalho terá como tema o ensino de história local e os usos da memória da comunidade escolar sobre si como estratégias para a educação patrimonial. Minha meta é pensar em uma educação patrimonial de alunos do subúrbio de uma escola, como diversas de nossa metrópole carioca, onde boa parte dos alunos é pertencente à uma favela.

Ao longo dos anos em que atuo nesta escola de Irajá, percebo que muitos discentes veem sua região como descolada da cidade e a disciplina de História como algo distante de suas vidas. Deste modo, me parece importante, dedicarmos atenção especial a este grupo, desenhando uma proposta de ensino adequada a ele. Afinal, a escola precisa estar ciente das necessidades daqueles que compõem seu público e em conexão com a região que a abriga. Isso é expresso em diversos textos acadêmicos sobre educação e documentos oficiais como o Projeto Político Pedagógico da unidade e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), todavia, por diversos motivos, nem sempre conseguimos colocar em prática durante as aulas.

A investigação teve como espaço e objeto de investigação a Escola Municipal Mendes Viana, situada no bairro de classe média-baixa do subúrbio carioca de Irajá. Os participantes desta pesquisa foram os alunos do oitavo ano vespertino da unidade de ensino, a turma 1802. Foram incluídos também membros da comunidade, como ex-alunos e ex-funcionários, que contribuíram com esta pesquisa e foram, também, parte ativa nela, pois compartilharam suas experiências vividas com os mais jovens.

Desta forma pretendemos fortalecer laços de solidariedade e pertencimento entre o bairro e o espaço escolar. Acredito que assim possamos construir, para usar a metáfora do metrô que é um meio de transporte tão importante para a região, plataformas de acesso à escola. Uma possibilidade maior de se abrir acessos entre as duas partes.

Esta pesquisa surgiu de um questionamento em sala de aula. No quarto bimestre do ano letivo de 2016, iniciando uma de minhas últimas aulas sobre Ditadura Militar, uma aluna da turma 1902 veio até mim com a seguinte frase: *“Professor, perguntei pro meu avô sobre como tinha sido a Ditadura aqui. Ele disse que isso aconteceu lá embaixo, na cidade. Aqui ficou tudo normal”*. A afirmativa dessa aluna trouxe diversas reflexões. Mas, das diversas e ricas ilações que vieram, a partir da fala dessa menina, a que chamou a atenção foi o fato de que a fala deste avô coloca o subúrbio como lugar descolado do resto do Rio de Janeiro. A Ditadura, para o avô dessa adolescente, tinha acontecido *“lá embaixo, na cidade”*, não ali. Ali, de maneira implícita, não era a cidade. O que mereceria o nome de cidade, nessa

concepção, seria onde os bairros centrais estavam. A História acontecia nestes lugares “mais importantes”.

Percebi que poderia me utilizar da localidade e da própria unidade escolar como objetos de investigação históricas para tornar as aulas mais atraentes. Estes espaços poderiam servir para que os alunos entendessem na prática o que lhes falávamos nas aulas de “fundamentos da História” quando discutimos o que é fonte, quando explicamos o que é fato histórico, quando tentamos mostrar a eles que, como dizia Marc Bloch, “*história são os homens vivendo em sociedade ao longo do tempo*” e que, portanto, eles também faziam a História. Seria a chance de falar além das grandes narrativas históricas em sala de aula.

O estudo nasce, então, da dificuldade cada vez maior de lecionar para as últimas séries do ensino fundamental. Os temas de história, cobrados pelo currículo oficial, se mostram distantes para os alunos, apesar das possibilidades abertas pelas inovações tecnológicas nas últimas décadas. No Rio de Janeiro, em especial, tantas vezes chamada de “cidade partida”, os meninos e meninas do subúrbio e áreas pobres não se enxergam como agentes históricos. Têm dificuldade de valorizar suas regiões de moradia. Além disso, estão sempre expostos à repetitiva narrativa de violência local e abandono do poder público propagada pelos meios de comunicação e o senso comum.

Uma outra experiência que vai nesta senda é a vivida pelo jovem negro Rene Silva, hoje com 24 anos de idade. No dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, eu assistia ao programa “Sem Censura”, da TV Brasil. Ali conheci melhor a trajetória deste carioca eleito entre os cem mais influentes jovens negros deste ano de 2018. Aos onze anos, este garoto ficou famoso por criar o jornal comunitário “Voz da Comunidade”, cujo objetivo era dar visibilidade às questões relativas ao Morro do Alemão. Fiquei impactado que o rapaz, hoje com milhares de seguidores nas redes, foi estimulado a criar um jornal impresso em um trabalho de escola. Fica claro assim o óbvio, que nem sempre é lembrado: o impacto que a escola tem para que os indivíduos pensem e procurem atuar em sua realidade. Na maioria das áreas empobrecidas é a escola o único espaço de cultura formal e lazer.

Sendo assim, trabalhar a memória da unidade escolar junto com a história local se apresenta como tarefa estratégica para alunos e alunas pensarem novos caminhos para eles e lutar por melhorias. Entender, também, a importância daquele espaço escolar em sua vida. O estopim para a busca da cidadania.

A questão que levou a esta proposta foi: até que ponto a história local e a mobilização da memória da unidade escolar através de alunos, ex-alunos, funcionários, ex-funcionários, moradores da localidade e documentos diversos, podem servir para a construção de uma

educação patrimonial significativa, possibilitando um ensino de História com um horizonte democrático?

Quando falo em horizonte democrático tenho em vista os rumos que os estudos históricos tomaram após a Segunda Guerra Mundial. A vitória dos Aliados foi tomada como uma vitória da democracia. Contudo, é claro, não somente isso, mas também os desdobramentos do Pós-Guerra. Um destes desdobramentos foi a memória dos crimes contra a humanidade promovidos pelos nazistas, um novo referencial de Direitos Humanos, consolidado a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, contribuíram para a construção de uma nova visão de História. Não podemos deixar de pensar os movimentos de descolonização dos continentes africano e asiático como mais um elemento no turbilhão das mudanças trazidas pelo século XX. Daniel Pinha Silva (2017, p.115) nos diz:

Trata-se de um conjunto de experiências históricas que orientaram mudanças na percepção do conhecimento histórico e nos seus procedimentos de escrita e ensino da história, em mais uma evidência de quanto a produção historiográfica é atravessada por experiências políticas dos tempos presentes que lhe dão forma. A produção de novas identidades, deslocadas do centro de referência do “homem europeu branco ocidental” – como critério exclusivo para a definição do paradigma de história ocidental –, parece ser a marca deste tempo de giro em direção às margens, pondo em relevo novos atores e autores(...).

A quem e quais propósitos serviriam os estudos históricos? A nova proposta de produção historiográfica e de ensino de História é ver este campo do conhecimento como um lugar de produção de múltiplas narrativas em lugar da narrativa única e frisar o conhecimento histórico como campo das “*possibilidades diversas de realização humana*” (ABREU & RANGEL, 2015, p.9)

Um dos objetivos da pesquisa é compreender a leitura crítica de alunos e alunas sobre o patrimônio cultural de seu bairro por meio da implementação de um Clube de História na escola. Existirá desta forma, o estímulo para estabelecermos conexões com o bairro, resgatar antigos personagens que fizeram a trajetória da instituição em cinquenta anos de existência e estabelecer parcerias com movimentos sociais e outras instituições já atuam na localidade. Isso, acredito, levará a uma ampliação das heranças culturais daquele grupo.

Há outra grande meta que é a de identificar pelo bairro espaços de interesse patrimonial, além dos consagrados pelos organismos oficiais ligados à preservação do patrimônio. Desta maneira podemos estabelecer uma leitura mais ampla da história da cidade incluindo nela outros espaços que, na maioria das vezes, são esquecidos ou pouco

valorizados. Convidar os alunos à refletirem sobre o patrimônio, é tornar este patrimônio algo vivo, reconhecendo nele disputas de poder.

Outro dos propósitos dessa pesquisa é analisar a própria escola como um bem público e aberto à comunidade, demonstrando a importância dela para a formação de um horizonte democrático e cidadão. Não apenas um prédio onde se assistem aulas, mas um ambiente que é palco, dentre tantos outros, para as diversas experiências humanas. Uma escola construída em determinado tempo, espaço, fruto de uma política pública que responde mais ou menos às necessidades de um determinado tempo histórico.

Busco assim contribuir para que o aluno desenvolva a visão de que ele é um agente histórico em sua realidade, percebendo como as heranças do passado estão presentes em seu cotidiano, desvelando mudanças e permanências ao longo do tempo. Percebendo o mundo em suas contradições. Assim, ele pode se tornar agente de seu conhecimento, um protagonista, pronto para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, ou seja, participando ativamente da vida pública.

Finalmente, há um desejo de trazer os colegas docentes para o desenvolvimento destas atividades e, assim, estimular para que outras professoras e professores possam ampliar as possibilidades de suas aulas de história, a partir da incorporação da história local e das memórias da própria unidade escolar através do nosso relato de experiência com o Clube de História, minha ideia de produto.

Acreditamos que a partir destas reflexões sobre ensino de história local e a busca pelas memórias da unidade escolar podem auxiliar para efetivação de uma educação patrimonial, no sentido de problematizar memórias e esquecimentos. Afinal, como CATROGA (2001) chama a atenção:

(...) ela [a memória] não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar o que já passou (Idem, p.21).

A construção do que será lembrado ou esquecido por um grupo social é feita de disputas. A sociedade é desigual e muitas vezes a memória serve aos grupos de poder, mas esta seleção do que será guardado ou não é tensa. Há uma disputa entre memória concorrentes e às vezes há um conflito aberto:

(...)a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLACK, 1992, p. 201).

Pensar o Patrimônio Cultural é pensar sobre todas estas questões. Levar para a sala de aula ou para a visita a um museu questões tais como: neste local está toda a história? Por que preservar o que a sociedade produz? O que guardar? Para quem? Sobre isso podemos pensar nos termos de GUIMARÃES (2012):

Como toda escrita histórica, a reflexão em torno do patrimônio deve considerar as situações históricas de sua emergência – dos discursos e narrativas acerca do patrimônio – como forma de compreender a patrimonialização do passado. Como parte do esforço das sociedades humanas em tornar a experiência do transcurso temporal uma experiência partilhável social e coletivamente.

(...) o interesse contemporâneo pelo patrimônio deve ser interpretado segundo as demandas próprias às nossas sociedades contemporâneas(...)como o novo regime emocional sob o qual nos voltamos para o passado. Isso não apenas fornece a moldura a partir da qual a questão ocupa hoje centralidade como empenho das políticas públicas, mas diferencia igualmente da forma como o patrimônio veio a ser objeto dessas políticas públicas no momento de invenção das Nações modernas na esteira das transformações engendradas pela Revolução Francesa. É como parte desse novo regime emocional que novas escritas se tornam possíveis e necessárias, assim como novas formas de patrimonialização são demandadas. (pp.97-98)

SILVA (2006) nos chama a atenção para isso tendo o caso brasileiro como ponto de suas reflexões. Os primeiros pensamentos sobre patrimônio no Brasil foram norteadas pela política nacionalista de Vargas visíveis com mais clareza a partir da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Este órgão cristaliza a visão do grupo modernista que o liderava. O ideal de preservação escolhido foi o do colonizador português, isto é, o lusitano era visto como a pedra angular de nossa nacionalidade. Era uma visão de história oficial, positivista.

Entre fins dos anos 1970 e dos anos 1980, torna-se possível enxergar uma mudança nessa postura. Aloísio Magalhães, artista plástico, liderava um grupo que percebia a visão do SPHAN como atrasada, pois não dava conta das mudanças ocorridas no Brasil. Este grupo tem a concepção de cultura como algo em constante mutação, movimento. O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), órgão não oficial, que reunia estes intelectuais que tinham esta nova maneira de pensar a preservação do patrimônio. O foco da proteção eram as manifestações culturais vivas. Para meros signos do passado, diziam, já existiam outras instituições. A ideia não era mais de cultuar objetos em um antiquário.

Surgem novas formas de organizações oficiais ou não de preservar do esquecimento determinados grupos e comunidades. A globalização contribui para isso também, pois gera uma demanda para que grupos preservem suas diversas identidades, étnica, individual ou nacional, diante do turbilhão de mudanças trazidas pela globalização. Precisamos pensar em culturas com as novas mudanças. Não mais cultura no singular. Sendo assim, há uma reavaliação também do que seria patrimônio.

Há uma pluralidade de experiências que precisam ser contempladas. Se tornou necessário repensar a preservação, à luz de critérios efetivamente plurais. E os sentidos delas para determinados grupos. Há uma pluralidade, há uma problemática da memória e da identidade. Surge uma necessidade de ampliar espaços de fala a quem não o tinha. E a escola, acredito, não está alheia a este processo. Aí entra a Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (HORTA, 1999, p. 8)

A Educação Patrimonial é uma maneira de intervir na comunidade de forma consciente e provocativa. Procura trazer discussões complexas para ambientes próximos. Isso vai permitir um outro olhar sobre a cidade. Esta provocação permite a construção sólida do conhecimento histórico em sala de aula. Pode, inclusive, estimular o alunado a buscar por si mesmo conhecer mais e melhor do ambiente em que vive. O monumento tombado deixa de ser apenas um objeto de contemplação para se tornar um objeto catalisador de investigações

Esta pesquisa terá como mote uma reflexão sobre o processo de construção e inventário de um acervo sobre a escola Mendes Viana em seus cinquenta e dois anos e sobre a região do Grande Irajá, principalmente neste período, entre a década 1960 e a década de 2000. Utilizarei como método a pesquisa-ação. Um método muito utilizado em pesquisas de caráter pedagógico:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (TRIPP, 2005, pp. 444-445)

Acredito que esta seja a melhor metodologia para a proposta desta Dissertação de Mestrado, pois permite uma intervenção no campo de trabalho baseada em uma reflexão teórica. Esta metodologia permite também que docentes, discentes e comunidade escolar como um todo atuem juntos na construção do cotidiano escolar.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Próxima estação: Colégio! Desembarque pelo lado esquerdo*”, haverá uma apresentação do objeto de investigação desta pesquisa que é a escola Mendes Viana. Incluiremos a instituição no grupo de escolas criadas na região do Grande Irajá entre o final do século XIX e meados do século XX. Importante esclarecer que a região, por muito tempo, se notabilizou pela carência de estabelecimentos de ensino. Além disso, através de alguns personagens da trajetória da Mendes busco entender as razões que levaram a instituição a ir se afastando da comunidade favelada do Para Pedro que, à medida que cresceu, se tornou o principal público da escola. Este capítulo tem relação com o Clube de História a medida que foi sendo construído a partir de documentos e entrevistas que antigos alunos e ex-funcionários iam dando a mim e aos alunos. Permitiu aos alunos conseguirem enxergar a escola como Patrimônio Cultural do bairro e, especialmente, da favela.

O segundo capítulo, *Irajá e outros subúrbios em sala de aula: o ensino de História Local como luta pelo direito à cidade*, tem como objetivo estabelecer as definições da História Local e defendê-la como um recurso pedagógico importante para o ensino de História, visando trazer a escola pública para o debate sobre o direito à cidade. Estarei em diálogo com os autores Ana Maria Monteiro, Ilmar de Mattos, Michel Apple, Ivor Goodson, Pierre Goubert, D`Assunção de Barros e Bordin, para pensar o ensino de História e o papel da História Local em sala de aula. Em se tratando especificamente dos subúrbios foram fundamentais os trabalhos de Maurício de Abreu, para pensar historicamente a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, e Nelson Fernandes que faz uma análise profunda sobre o sentido pejorativo que palavras como “subúrbio” e “suburbano” tem no linguajar carioca.

Entender a construção deste conceito foi importante para que os membros do Clube de História pudessem problematizar a situação atual do bairro, trazendo assim, reflexões do lugar em que ocupavam na cidade que optou por uma evolução socioespacial excludente. Além disso, o capítulo mostra como o conhecimento histórico tem servido de instrumento para que a população lute pela proteção de seus bens culturais.

E, finalmente, no terceiro capítulo, “*Estação final: a construção do Clube de História*”, haverá a descrição das atividades que irão culminar em nosso produto: que será a sistematização do Clube de História. O capítulo se preocupa em mostrar como, ao longo dos

anos de 2016, 2017 e o presente ano de 2018, o Clube foi construído e reconstruído se tornando aos poucos uma prática corrente nas aulas de História. O leitor poderá entender como foi a construção do trabalho com a turma 1802, 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Mendes Viana, especialmente entre o final do segundo e ao longo de todo o terceiro bimestre, que culminou com uma exposição de fotos feitas pelos alunos repensando os Patrimônios do bairro do Irajá. O leitor poderá ter um pouco da dimensão de como as reflexões sobre a memória escolar, a História Local e o Patrimônio fizeram estas alunas e alunos repensarem seus lugares de moradia e estudo, além de os ter instrumentalizado para entender melhor a construção do conhecimento histórico.

1 PRÓXIMA ESTAÇÃO: COLÉGIO. DESEMBARQUE PELO LADO ESQUERDO

A maioria dos discentes que entra em sala de aula, recém saídos da graduação, estão muito distantes da realidade que irão encontrar em uma escola, seja ela pública ou privada. A Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro se apresenta com ainda mais desafios ao docente que se inicia na aventura do magistério. Em suas mais de mil unidades¹ escolares, encontram-se diversas situações, positivas e negativas, sendo um campo propício aos docentes para a observação e um convite ao exercício de práticas que busquem se diferenciar das tradicionais. Até porque muitas vezes as práticas profissionais tradicionais não funcionam e os docentes entram em sofrimentos dos mais diversos.

Minha experiência não foi muito diferente. A Mendes Viana e seus cerca de 527 alunos² se mostrou uma seara nada fácil para mim e meus colegas. No meu caso vi que o aniversário da escola poderia servir de ponto de partida para ensinar História. Trabalhar a memória escolar em uma instituição que estava com a sua autoestima em baixa não era nada fácil. Em 2016, quando inicio este roteiro de mãos dadas com a memória, poucos se deram conta de que a escola já estava ali, na Estrada de Colégio, número 940, havia cinco décadas.

A partir da leitura de MELLO (2016) passei a articular melhor esta prática. Sendo a memória um fenômeno fluido e dinâmico, como a autora mesma sinaliza, foi possível utilizar a memória escolar para instrumentalizar meu grupo de alunos para o aprendizado da História. Valorizar a comunidade favelada do entorno e convidar seus moradores, muitos ex-alunos e com parentes na escola ainda hoje, para compartilharem suas vivências naquela unidade escolar foi importante, gerou frutos, pois:

(...) é possível analisar aspectos socioculturais de grupos específicos. Isto a partir da valorização de suas vozes, acompanhada de um esforço no sentido de aplicação da crítica teórico-metodológica da História (...) Na infrutífera disputa pela verdade entre a memória e a História optamos por concentrar nossos esforços na discursividade, na proliferação de vozes da História e da memória e na articulação dessas duas dimensões. (MELLO,2016, p. 251)

¹ A Rede conta com 1537 escolas que atendem a um total de 641.395 alunos, segundo dados da própria Secretaria Municipal de Educação disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros> (acesso em 02/07/2018).

² Dados sobre a Mendes estão disponíveis em: <http://www.latITUDE.org.br/escola/33074585/> (acesso em 01/11/2017)

1.1 As estradas percorridas até a Estrada de Colégio

TARDIF (2002) ao analisar os saberes docentes reflete que o saber dos professores é plural e se aprimora com o tempo. Ele aprende com seus colegas de profissão e seus alunos. Há uma relação dialógica entre aprender/ensinar. O autor salienta, ademais, que a natureza do trabalho de um educador é diferente de outros tipos de trabalho. Não se pode comparar o ofício do professor com o trabalho em uma indústria, por exemplo. Ao longo da história os saberes docentes foram vistos como arte, depois, no contexto da modernidade como técnica e hoje como uma interação: “(...) pouco importa em que sentido consideramos a questão do saber dos professores, não devemos esquecer de sua “natureza social” se quisermos realmente representá-lo sem desfigurá-lo.” (p. 14).

Pensando sobre isso rememorei como me tornei professor. Em 2007 me torno um concluinte do curso de História da extinta Universidade Gama Filho, que tinha como uma de suas sedes históricas o prédio na Rua Manoel Vitorino, no subúrbio de Piedade, zona norte do Rio de Janeiro. Como muitos de minha geração fui o primeiro a atingir o Ensino Superior em minha família. E muito da possibilidade que tive de atingir este patamar se deve ao fato de as vagas e oportunidades nesta etapa de ensino, como bolsas de iniciação científica, financiamento estudantil e outras situações, terem aumentado consideravelmente entre 2003 e 2012.

Essa “façanha”, utilizo o termo porque ainda é pouco comum a nós, afrodescendentes, concluirmos o ensino superior, foi motivo de grande orgulho por parte de meu pai, operário nascido e criado no morro do Andaraí, e de minha mãe, empregada doméstica. Minha mãe, aliás, veio do interior do Maranhão. Foi trazida por uma família de classe média com a promessa de que na cidade grande teria estudo e oportunidades. Como muitas meninas brasileiras, infelizmente até hoje, foi feita de empregada da casa e só pôde estudar quando se revoltou e fugiu dali aos 18 anos de idade.

Na época em que concluí a licenciatura em História eu trabalhava no arquivo de uma empresa. De posse do diploma veio a busca por espaço no mercado de trabalho no magistério. Primeira escola particular, pequena, de bairro. O primeiro contato com a Educação de Jovens e Adultos. Veio o calote. Unidade faliu e o corpo docente ficou a ver navios. Assim como os alunos que não conseguiram concluir seu curso.

Concurso para Nova Friburgo. Viver a fria cidade da serra me fez profissional. Criei meus primeiros laços de amizade no magistério com alunos e colegas que permanecem até a

presente data. Primeiras experiências trazendo a História Local para a sala de aula. Trabalhos no contra turno, parcerias com outras disciplinas. Depois de dois anos dei adeus às “*brenhas do Morro Queimado que os suíços ousaram varar*”, como dizia o hino da cidade que causava ruidosas gargalhadas nos meninos e meninas dos sétimos anos do Colégio Rui Barbosa. Ainda lembro com saudade. Aprendi ali que lecionar se faz também com pitadas de afeto.

Concurso para o magistério do Estado do Rio de Janeiro, cidade de Belford Roxo, CIEP na Baixada Fluminense. Primeira vez que lido com as diversas carências do sistema público de ensino. Realidade bem diferente da Região Serrana. Aprendo como é complicado chegar ao trabalho com um transporte caro e deficitário. Percebo como é difícil levar meus alunos para exposições, museus e centros culturais. Eu me dou conta de que é difícil ensinar História para pessoas com dificuldades de base, como a leitura e a escrita, e que não veem sentido nessa disciplina para seu cotidiano. Sinto ali os primeiros efeitos da crescente violência urbana se espalhando pela Região Metropolitana do Rio. Na vida pessoal veio o casamento, a paternidade, mais e mais alegrias e, por que não dizer, mais boletos a pagar. Era a vida adulta mostrando a que veio. Necessidade de mais horas-aulas a fazer.

Em 2010 fui chamado para assumir a vaga de professor I de História em Duque de Caxias. Alegria! Salário melhor. Outro CIEP na Baixada Fluminense. Bairro de Saracuruna. Experiências inovadoras. Ânimo renovado. Ligação com a comunidade. Vieram as lutas políticas em greves históricas, um desejo de conhecer mais e mais da Baixada Fluminense. *O que é que a Baixada tem?*³ Primeiras experiências com samba-enredo em sala de aula e de utilização do Patrimônio Cultural da Baixada para o ensino de História. Colegas mestres e doutores incentivando sempre a volta para os meios acadêmicos. Plano de carreira, hoje destruído pela mesquinhez de governantes, que estimulava a formação contínua dos docentes. Especialização em Psicopedagogia e o crescente interesse em utilizar o jogo como estímulo para a aprendizagem e aproximação entre professor e aluno.

Em 2011, o grande desejo antigo realizado: aprovação para o concurso do magistério da Cidade do Rio de Janeiro. O desejo de ser professor de alguma das antigas escolas em que estudei era forte. Havia também a vontade de ficar mais próximo de casa. Não houve essa possibilidade. A necessidade de docentes era para a 5ª Coordenadoria Regional de Educação, a 5ª CRE. Vagas havia em unidades de ensino de Vicente de Carvalho e Irajá. Ao menos as escolas eram próximas ao metrô o que não era nada mau para mim que, na ocasião, morava na Tijuca.

³ Título do samba-enredo da escola de samba Leão de Nova Iguaçu, do ano de 1993, que apresentava um histórico da Baixada Fluminense.

Peguei o metrô. A linha 2 seria dali em diante a minha companheira. Era um fim de tarde morno em fevereiro. Corri até a escola, pois afinal não poderia perder a vaga. Desci na estação de Colégio e caminhei pela Estrada de Colégio. Começa a escurecer, percebi que a Estrada é acompanhada pelas casas da favela de Para Pedro. Tive medo do desconhecido. Segui na caminhada por dez minutos. Lembrei que já tinha passado por ali voltando de carona com colega que morava em Irajá. Reconheci a escola. Muro grafitado. Simpatizei.

Fui muito bem recebido pelo diretor adjunto Carlos e pelas colegas Analu e Simone. Ano letivo já iniciado, dificuldades para fechar o horário. A nada fácil rotina docente. A generosidade do colega Rogério me garantiu os tempos de aula necessários. Não tinha que me dividir entre duas escolas de bairros distintos. Eu era só de Irajá. Lugar que tinha a fama de ser doce, pois segundo a lenda a respeito de seu nome que eu havia pesquisado na internet, o mel brotava.

Na Mendes Viana me impressionei com o tamanho bem menor do prédio da instituição. Estava acostumado a atuar em escolas grandes e CIEPs, como relatei. Parecia mais cheia. Alunos agitados, com dificuldades, mas eu já era mais maduro. Novo grupo de alunos. Novo grupo de colegas de docência que se tornaram amigos. Aprendi nesse novo lugar que uma boa dose de humor pode facilitar, e muito, o trabalho em uma escola. Incentivo para me aprofundar mais na História local e no Patrimônio Cultural do bairro. Aulas de campo em museus, caminhadas pelo centro do Rio e, também, na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Veio o ProfHistória, o Mestrado Profissional em Ensino de História. Outro desejo realizado: ser aluno da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. As disciplinas do mestrado e o contato com a comunidade irajaense foram dando corpo a uma nova paixão: a pesquisa. Mais ainda: a pesquisa com foco no ensino de História. Veio a segunda filha. Chegou também a vontade de deixar para essa comunidade um pouco do muito que ela me deu. Meus passos ao longo destes sete anos indo e voltando pela Estrada de Colégio e ouvindo a locução do metrô forjaram muito destas páginas escritas.

1.2 O colégio público para meninos do professor Burlamaqui

Tentar descrever e analisar os caminhos de uma unidade escolar ao longo do tempo é tarefa difícil. Mesmo quando este estabelecimento de ensino ainda está em funcionamento.

Pode-se imaginar, então, como é traçar os caminhos de uma instituição que não existe mais. Esse é o caso de uma antiga escola que existia na região da Freguesia de Irajá e que está viva na memória da localidade. Por que se preocupar em resgatar algo tão remoto na localidade? Pela importância histórica desta instituição para a região. O estabelecimento do professor Burlamaqui marcou uma geração de alunos de uma localidade carente de escolas nos anos 1800 e que manteve essa carência até os anos de 1960, no século XX.

Vale lembrar que Irajá era uma localidade distante. Ainda com poucas vias de ligação do Centro com a localidade. Mesmo com uma estrada de ferro cortando o bairro, a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, desde o final do século XIX, era tarefa complicada chegar aos subúrbios da região.

A área foi durante anos considerada rural. Antigos moradores relatam a existência de chácaras, vacarias, pomares, ruas de terra e muitas casas de grandes quintais. Este perfil só começa a mudar entre os anos de 1950 e 1960, quando se intensificam a industrialização da área, a construção de diversos conjuntos habitacionais e a organização de loteamentos. Sendo assim, raramente o bairro era notícia na grande imprensa da época. Só um caso ou outro chegava aos jornais.

A tradição dá conta de que a antiga Freguesia do Irajá era um local de raras escolas. Tanto era assim que a construção de uma delas na localidade foi motivo de notícia e acabou denominando uma pequena localidade da, então, grande Freguesia: o atual bairro de Colégio. Assim como foi motivo para designar uma das principais vias de acesso à região até nossos dias: a Estrada de Colégio.

No final do Oitocentismo um só professor público lecionava em toda a Freguesia, o Professor José Theodoro Burlamaqui, já velho, porque o seu colégio vinha de 1860, onde se juntavam as estradas da Pavuna e do Barro Vermelho, e a que esse motivo ganharia o nome de Estrada do Colégio – de um lado as terras do chamado “Sovaco de Cobra”, depois compradas e loteadas pelo Visconde de Moraes, e do outro as da antiga fazenda do Barro Vermelho, de João Rodrigues Rosa (...) (GERSON, 2000, p. 385)

O professor José Theodoro Burlamaqui era o responsável por gerir a escola da Freguesia entre os anos de 1860 e 1901, ao que parece. Seu nome está registrado em diversas publicações oficiais do governo e periódicos da época, sendo reconhecido como notório personagem e professor público na região. Era membro destacado também da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação do Irajá.

O *Almanak Laemmert*, publicação que fazia um apanhado dos estabelecimentos e profissionais do comércio, da administração e da indústria da cidade do Rio de Janeiro, que

ainda tem alguns exemplares preservados na Biblioteca Nacional, colocou o endereço de atuação do professor como “*Estrada da Pavuna*”, atual Martin Luther King Jr, em publicação referente ao ano de 1893⁴. Quando a Estrada de Ferro Rio D’Ouro inaugurou sua estação na localidade, chamou a parada naquele ponto de “Colégio”, em 1883.

O *Jornal do Commercio*, em 08/07/1897 traz uma mensagem relativa à homenagem que seria prestada ao septuagenário educador por parte de seus ex-alunos:

Ao professor público de Irajá, o sr. José Theodoro Burlamaqui, que exerceu com zêlo, inteligência e dedicação o magistério durante quarenta anos e que foi agora aposentado oferecem os seus discípulos um relógio de ouro, corrente e medalha com brilhantes. O mimo está exposto na praça Tiradentes, casa de Ignacio Moraes, encarregado do trabalho. (Idem, p.2)

Difícilmente alguém naquele século XIX poderia imaginar que, de certa forma, a escola de Theodoro Burlamaqui seria eternizada na memória do bairro e também de lugares nas adjacências. Como era o único estabelecimento público de ensino da região tornou-se referência em seus caminhos e o é, de certa forma, até nossos dias. Inspirou uma parada de trens, mais tarde metrô, uma estrada e o nome de um bairro inteiro. O nome de José Theodoro Burlamaqui batiza, inclusive, rua no bairro de Vaz Lobo.

1.3 Escola Maria do Carmo Vidigal

Para os atuais membros da comunidade escolar da Mendes Viana, inclusive eu, a exploração do chamado arquivo morto trouxe descobertas surpreendentes. Deu, inclusive, significados para assinaturas e nomes que apareciam em antigos históricos escolares. Na rotina burocrática de uma escola fabricamos uma infinidade de documentos sem nos dar conta de que no futuro eles poderão ser a base para o entendimento de outras pessoas. Boletins, históricos, horários, relatórios e outros, são marcas da passagem dos anos pela escola, nos dão pistas sobre a administração pública de cada período, inclusive.

No arquivo morto, enquanto observava um mapa de notas, encontrei o nome de uma antiga aluna. A encontrei no *Facebook*. Não é demais dizer que as redes sociais me aproximaram de muitos alunos atuais e ex-alunos ao longo desta pesquisa. Sem contar com as

⁴ *Almanak Laemmert*, 1893, Sciencia & Instrução, p. 1504. O Almanak ainda faz referência ao estabelecimento nas publicações de 1899 (p. 1447), 1900(p.1448) e em 1901(p.1815). Sempre no mesmo endereço.

diversas fotos que grupos interessados na memória carioca disponibilizam em grupos, perfis e *fanpages*. E, claro, apesar de menos ativos hoje que na década passada, blogs mantidos por moradores ou memorialistas diletantes dos bairros suburbanos, nos contam deliciosas histórias e nos presenteiam com imagens desta parte da cidade.

A escolha do nome foi meramente aleatória. Procurava sempre por nomes ou sobrenomes de antigos discentes pouco comuns. Assim encontrei a D. Lucy Sobral, uma senhora extremamente simpática e falante, dentre outras pessoas. Ela fez parte dos primeiros anos de inauguração da Mendes. Em uma conversa citou um nome desconhecido para nós: Maria do Carmo Vidigal. Viemos a saber, desta forma, que muitos alunos da Mendes eram oriundos, como ela, da escola que funcionava num imenso terreno na Monsenhor Félix, número 1059.

A partir deste fato, achamos importante trazer mais informações sobre este estabelecimento já extinto. E por quê? Bem, primeiramente, parece que foi a iniciativa educacional mais perene surgida após o desaparecimento da escola pioneira do educador Burlamaqui naqueles subúrbios. Ao menos entre a década de 1920 e início da década de 1960, recebia parte considerável das crianças em idade escolar da região.

Além disso, boa parte dos nossos primeiros funcionários administrativos, incluindo D. Yvone Pacheco, a primeira diretora da Mendes Viana, as professoras e também os funcionários de apoio, vieram da Maria do Carmo. Naquela tarde do primeiro dia de Setembro de 1966, quando o prédio da Escola Mendes Viana era inaugurado com a presença do então secretário de educação, essa instituição de ensino dava adeus aos irajaenses.

A Maria do Carmo, ainda sem esse nome, era mais uma escola de ensino elementar do Distrito Federal naquela área. O local, onde antes se localizava este núcleo de ensino, é ocupado hoje por um condomínio construído nos anos 1970. Este grupo escolar era conhecido como Escola 20-10⁵, nos anos 1930. A década de 1930, inclusive, marca a divisão dos alunos destas paragens entre a Maria do Carmo e a Escola Mato Grosso, fundada em 01/03/1936. Fato curioso é que o cantor, compositor, escritor e estudioso da cultura africana Nei Lopes, uma das grandes personalidades do bairro do Irajá, estudou em ambas (ELIAS, 2005).

Os periódicos que encontrei sobre a localidade naqueles tempos dão conta de que a antiga escola 20-10 teve uma existência marcada pela precariedade. Nem o fato de ter sido rebatizada em 1945 com o nome da respeitável educadora falecida Maria do Carmo Vidigal

⁵ A numeração se refere ao zoneamento educacional proposto pelo governo do Distrito Federal nos anos de 1930, segundo o pesquisador Reynaldo Luiz Martins no texto “In Memoriam: Escola 20-10 Maria do Carmo Vidigal” in: <http://resenha-digital-ihgbi.blogspot.com/> (acesso em 20/05/2018).

que se destacou nas primeiras décadas do século passado como professora, além de grande incentivadora da educação feminina e membro atuante na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. O *Jornal do Brasil* foi uma destas fontes encontradas. Em sua edição de 22/11/1945, em sua página de número 9, nos conta que a inauguração do retrato da patronesse da escola suburbana se deu com pompa e circunstância contando com a participação do secretário de educação e cultura de então, Raja Gabaglia, além de amigos e familiares da finada educadora.

Chega a ser irônico que poucos anos após o entusiasmado batismo, mais precisamente decorridos oito anos incompletos, a escola já se encontrava em situação difícil para a manutenção de seu funcionamento. O noticiário *Última Hora*, na edição de 11/03/1953, fez um retrato dantesco da escola sob o título de “*Um casarão em ruínas*” que vale ser transcrito. É um retrato fiel e, ainda muito presente em nossos dias, do descaso com os prédios públicos destinados ao ensino “

A escola Maria do Carmo Vidigal (número de ordem 20-10) está instalada na Monsenhor Fabrício. Um velho casarão praticamente em ruínas, situado no centro de um terreno amplo. As paredes mestras estão rachadas de alto a baixo, e algumas salas não oferecem segurança (...) (Idem, p.4)

A gazeta ainda nos legou um retrato da instituição, pois descreve com minúcia o prédio. Foi este, inclusive, o relato mais completo que encontrei sobre a habitação: era composta de cinco salas e funcionava manhã, tarde e noite recebendo ao todo 564 alunos. A diretora da época, D. Hilda Rodrigues Meira, conta em sua entrevista que, por falta de acomodações 200 estudantes do bairro estão fora da escola. A certo ponto da matéria o noticioso revela que o prédio não era da propriedade do governo. O tal casarão tinha um dono particular e o governo da cidade lhe pagava quatrocentos cruzeiros mensais pelo uso sem que, para tal recebimento, tivesse que ter qualquer obrigação de fazer melhorias na construção.

A Maria do Carmo foi notícia em outros momentos naqueles anos 1950, infelizmente, por motivos que nada tinham a ver com a excelência acadêmica. O *Diário da Noite*, outra folha popular, abria espaço naquele dia 09/08/1954⁶ para os pais de alunos da 4ª série da escola irajaense. Estes denunciavam a falta de aula para a turma.

Em fevereiro de 1957 um desabamento ocorrido na cidade foi notícia. Um prédio na rua do Rosário, centro da cidade, foi ao chão e matou ao menos quatro pessoas. O pânico parece tomar conta dos cidadãos cariocas e diversos cidadãos passam a pedir a vistoria de

⁶ “Queixa contra a Escola Maria do Carmo Vidigal, *Diário da Noite*, 09/08/1954, p. 2

seus prédios à prefeitura do Distrito Federal. Um dos estabelecimentos que faz pedido de vistoria é justamente o da escola da Monsenhor Félix⁷. Isso nos dá uma ideia de que, mesmo após as denúncias referentes à péssima conservação do prédio (feitas quatro anos antes), nada parece ter sido feito de concreto para a conservação do casarão.

Na década de 1960, a escola se muda para dentro de outra existente, a escola Alfredo de Paula Freitas, fundada em 1959. Muito provavelmente o motivo foi a situação do prédio, mas não há certeza. Foi um período difícil pois as escolas mantinham independência mas D. Lucy Lucca, ex-professora, em depoimento obtido em 05/11/2017, conta que havia uma certa confusão, pois a diretora da escola que havia cedido o espaço achava que as professoras da Maria do Carmo estavam também subordinadas à ela, embora, a senhora Yvone Pacheco continuasse sendo a diretora da Maria do Carmo e as instituições mantivessem sua independência administrativa.

Lucy Sobral, ex- aluna, em depoimento deixado para a escola Mendes Viana, diz recordar que a Maria do Carmo Vidigal:

(...) foi transferida para o prédio da escola Paula Freitas e funcionava na parte da manhã. Eu não conhecia a Maria do Carmo Vidigal funcionando no prédio original dela, não. Quando eu vim para Irajá, o prédio já era ocupado por diversas famílias. Cada sala era ocupada por uma família diferente. Ao lado da escola tinha um casarão que não pertencia à escola. Era residência da pessoa que tomava conta da leiteria. Porque no meu conhecimento aquele espaço era ocupado por uma leiteria. (D. Lucy Sobral, 01/10/2016)

Finalmente, em 12/04/1965, a última referência encontrada sobre a velha escola nos jornais se deve ao *Jornal dos Sports*. Por ocasião do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro há um desfile histórico em Irajá que a reportagem trata como “sucesso”. Bastante curiosa é a descrição do desfile. Lembrando, inclusive, um desfile de escola de samba, pois as crianças desfilavam fantasiadas e com alegorias. Sobre os alunos da Maria, o cronista disse:

(...) vinha depois uma alegoria ao vivo rememorando os primeiros habitantes do Rio de Janeiro que foi apresentada por um grupo de alunos da Escola Maria do Carmo Vidigal, caracterizados de índios. Um outro jipe conduzia um painel e um aluno vestido de sacerdote (...) (Jornal dos Sports, p. 7)

Aqui vale um apontamento: em dias como os nossos em que se discute se o Dia do Índio deveria ser comemorado com caracterizações dos discentes, tais como, rostos pintados e cocares, nos causa certo espanto este tipo de desfile. Contudo, este relato mostra uma prática

⁷ “Mais dois cadáveres foram encontrados”, *Correio da Manhã*, 23/02/1957, p.5, 1º Caderno.

pedagógica comum naqueles tempos e até hoje, em muitos espaços. Essa idealização da história brasileira era filha de seu tempo. É perceptível neste relato o clima de ufanismo, talvez um sintoma do período militar que já se fazia presente, ou mesmo o entusiasmo que as comemorações acerca do quarto centenário do Rio de Janeiro provocaram.

Daí em diante, o nome Maria do Carmo Vidigal ou as denominações da escola como “20-10”, “6-18” ou ainda, “3-18”, desapareceram das folhas diárias. O que nos leva a crer que a educação da municipalidade extinguiu a instituição assim que o corpo discente e o corpo docente foram transferidos para outro agrupamento escolar.

1.4 Mendes Viana: o mesmo nome em diferentes lugares

Em diversas instituições de ensino há uma preocupação em se preservar documentos e fotografias, por exemplo, pertinentes à sua trajetória histórica. Um exemplo disso é a experiência do Colégio Pedro II através de seu Núcleo de Documentação e Memória, o NUDOM⁸. A ideia é ser um espaço que vai muito além da simples preservação da memória, mas também procura ser um lugar que preza pelo incentivo às pesquisas que têm como objeto a educação pública em diversas épocas.

Todavia, esta iniciativa está longe de ser a única. Escolas por todo Brasil têm projetos parecidos e criam seus museus escolares. Entre 2012 e 2015, segundo a professora Vania Maria de Siqueira Alves contabilizou em sua tese de doutorado, no Brasil existiam cerca de 115 museus escolares. (SELANO, 2016, p.38)

Na cidade Rio de Janeiro existe o Centro de Referência da Educação Pública, o CREP⁹, que reúne considerável acervo bibliográfico, iconográfico e documental, referentes à algumas das escolas espalhadas pela metrópole. Além disso, visa reunir publicações relacionadas à educação pública municipal. Todavia, apesar desta iniciativa extremamente importante, não há como ocorrer uma centralização neste serviço por parte do CREP. Afinal, são mais de mil unidades escolares em todo o município. O Centro não tem uma gama de funcionários que consiga ter pernas para estar em tantos lugares ao mesmo tempo. Torna-se

⁸ Sobre o NUDOM: https://www.cp2.g12.br/component/content/article/189-programas_interdisciplinares/nudom/1487-n%C3%BAcleo-de-documenta%C3%A7%C3%A3o-e-mem%C3%B3ria-nudom.html (acesso em 02/06/2018).

⁹ Sobre o CREP: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas.htm> (acesso em 02/02/2017).

importante criar nas unidades o hábito de doarem parte de sua documentação e, defendo, fomentar iniciativas de criação de museus escolares ou memoriais abertos à comunidade escolar.

No caso da escola Mendes Viana, por exemplo, as informações eram parcas. Ao longo do tempo, pouco contribuímos para a manutenção da pasta referente à nossa escola nesta instituição. Quando fui com a nossa coordenadora, professora Elizete, buscar informações para o nosso Cinquentenário, pouquíssimas referências encontramos, além dos números de Diários Oficiais referentes à nossa escola e fotos esparsas e com data incerta. Além de informações sobre nosso patrono, o professor Francisco Furtado Mendes Viana.

Um detalhe curioso é que até aquele momento não tínhamos a menor ideia de quem era Mendes Viana. Acreditávamos, naquela altura, que nosso patrono era Godofredo Mendes Viana, advogado e político maranhense, que viveu entre 1878 e 1934. O pior: esta informação errônea foi reproduzida durante muito tempo no *blog* oficial da escola. Havia, inclusive, um *link* direto para a Academia Maranhense de Letras que levava a uma foto do mesmo. Recentemente, inclusive, uma página sobre o bairro de Colégio quis fazer um perfil de nossa escola e reproduziu essa informação errônea.

Em meio ao baque da constatação de que todos éramos desinformados e desinteressados acerca das origens do local em que há tempos, mais precisamente desde 2011, era nosso local de trabalho, começamos a pensar no que fazer e que, talvez, a frustração daquela tarde no Centro da cidade, poderia ser combustível para um trabalho consistente em busca da memória e da identidade de nossa comunidade escolar.

Francisco Furtado Mendes Viana foi um professor que se destacou nas primeiras décadas do século XX, nascido em 1876 e falecido em 1935. Formou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1895 e exerceu diversos cargos ligados à educação. Entre 1919 e 1935, foi instrutor de ensino secundário no Rio de Janeiro, então capital federal. Se destacou também na produção de livros didáticos. Sua obra máxima foi a série “Leituras Infantis”, que teve grande circulação entre 1912 e 1960 em diversos estados como: S. Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Pará, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ORIANI, 2015).

Francisco Viana teve um fato marcante em sua vida que foi a resposta que deu ao parecer de Alceu Amoroso Lima ao seu “Segundo Livro de Leitura”. Amoroso Lima argumenta que o livro apresenta uma “moral leiga” e que isso seria um grave defeito. No parecer datado de 24 de abril de 1928, ele diz ainda que ali se apresenta às crianças um “*mundo onde a religião está banida*”. (LINS, 1964, p. 296)

Mendes Viana escreve uma resposta que ainda soa bastante atual e relevante, pois ainda muitos querem impor à escola um credo em detrimento de outro:

A seguir preciso encarar o pretense “defeito grave” que o sr. Amoroso Lima articula sobre minha série- ser leiga (...) são, de fato, leigos como o devem ser os livros destinados às escolas públicas, que acolhem crianças cujas famílias adotam ou podem adotar religiões muito diversas. (Idem, pp. 296 e 297)

De posse de algumas dessas informações, que repassamos aos funcionários de apoio e outros professores, começamos a buscar uma imagem de Francisco Mendes Viana. Descobrimos uma pesquisadora do estado de São Paulo que se dedicou a estudar parte da obra do educador. Ela não encontrou ao longo de sua pesquisa qualquer foto de Mendes Viana.

Claudeline, uma de nossas funcionárias encontrou uma informação de que Mendes Viana teria atuado como professor do Colégio Culto À Ciência, fundado em 1874¹⁰, na cidade de Campinas. Entrei em contato com essa instituição, que tem um projeto muito interessante de preservação de sua história, mas que também disse não ter qualquer foto do nosso patrono.

O professor Vitório, responsável pela Sala de Leitura, solucionou o mistério. Certa manhã, ele chegou com uma reprodução do *Correio da Manhã* de 05/04/1935¹¹ que apresentava uma matéria a respeito do sepultamento do professor Francisco Viana. Mostrou para o grupo todo e vimos, mais uma vez pasmos, como não tínhamos conhecimento sequer sobre quem havia sido o nosso patrono. O retrato reproduzido no periódico era exatamente o que tínhamos na parede da secretaria da escola. Funcionários de mais de uma década na unidade não sabiam quem era a pessoa que mereceu ter sua foto exposta todos os dias em nosso ambiente de trabalho. Já tínhamos esta desconfiança mas não tínhamos, até o momento em que vimos o octogenário obituário, modo de confirmar tais suspeitas.

A narração deste fato me pareceu relevante aqui por dois motivos. O primeiro deles foi ver como um grupo de pessoas, que não são especialistas em História, em sua maioria, se sentiram atraídas pela pequena pesquisa proposta. A tarefa de encontrar os vestígios do antigo professor era minha, mas a partir do momento que compartilhei com o grupo, ela se tornou curiosidade de todos. Isso me sensibilizou muito e fez acreditar que partilhar com os alunos tais dúvidas também poderia ser uma maneira de tornar os festejos de nosso Cinquentenário algo significativo. E, claro, uma estratégia para o ensino de história naquela comunidade escolar. Poderia dessa maneira, inclusive, envolver pais, responsáveis e moradores do lugar.

¹⁰ Colégio Culto à Ciência – CR Mario Covas – in: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1874_Colegio_Culto_a_Ciencia.pdf (acesso em 16/05/2016).

¹¹ “Falleceu o professor Mendes Vianna”, *Correio da Manhã*, 05/04/1935, p.5

O segundo motivo que me chamou a atenção foi o fato de funcionários de quase duas décadas de escola não reconhecerem naquele retrato, pousado há tantos anos em nossa secretaria, o rosto de nosso patrono e nem saber quem ele era. Na minha percepção, isso apontou para o fato de que, de alguma maneira, nossa escola “perdeu a memória”. Há tempos não havia nela qualquer tipo de celebração ou “lugar de memória” sobre si mesma. Como isso aconteceu? Por que isso aconteceu?

O atual prédio da Escola Municipal Mendes Viana se localiza na Estrada de Colégio, nº 940, desde o dia 1º de Setembro de 1966. Descobri, todavia, referências de outras escolas "Mendes Viana" ou "Professor Mendes Viana" anteriores a esta data. O registro mais antigo que encontrei de uma escola homônima foi no Jornal do Brasil de 06/08/1936, em sua página 21, onde há a citação de uma Escola Mendes Viana localizada em Botafogo, mais precisamente na rua Assis Bueno, número 25.

Na década de 1960 há uma citação de certa escola "Mendes Viana", mas esta se localizava na rua Toriba, em Colégio, onde hoje existe a escola Amapá. Liguei para a dita escola Amapá para ver se encontrava algum vestígio dessa Mendes Viana por lá. A funcionária que me atendeu disse que não havia qualquer documentação referente a isso, pois alguns documentos haviam sido perdidos em um incêndio.

No jornal *Diário de Notícias*, em 09/10/1964, em sua página 6, há uma notícia de que estava em construção um prédio novo para a escola Mendes Viana. O administrador da XIV Região Administrativa da época afirmava que a Mendes estava com um prédio funcionando em estado precário e que estava sendo providenciada uma nova sede para esta unidade. A nota dá conta de que a velha Mendes precisava de reparos no telhado e de consertos na rede de esgoto e água.

O Jornal do Brasil de 02 de Setembro de 1966 noticia a fundação da unidade que conhecemos hoje, ocorrida no dia anterior:

O secretário de educação Benjamin de Moraes, inaugurou ontem em Irajá, a Escola Mendes Viana que possui dez salas de aula e está equipada com gabinete médico-dentário, duas bibliotecas e um amplo recreio com brinquedos (...) (Jornal do Brasil, p.14,1º caderno)

Talvez a notícia mais curiosa de nossa fundação seja a que vem do periódico *Tribuna de Imprensa*, de 31/08/1966, um dia antes da cerimônia de fundação:

Ainda sem a presença do desgovernador Negrão de Lima (não quer mais aparecer em público inaugurando obras do sr, Carlos Lacerda, ora essa), será inaugurada hoje

a Escola Mendes Viana, no Irajá. A escola tem 10 salas de aula e é dotada de todos os requisitos modernos do ensino. (Tribuna de Imprensa, p.5)

Nosso grupo escolar está inserido no contexto da administração de Carlos Lacerda, então governador do recém-criado estado da Guanabara. A insatisfação de Negrão de Lima estava ligada ao fato de ser mais uma obra idealizada, mas não concluída, por seu antecessor que ele foi obrigado a herdar e entregar aos cidadãos.

A cidade do Rio de Janeiro, daquele início da década de 1960, havia perdido o *status* de capital que carregava desde os tempos de Colônia (mais precisamente desde 1763), em função da construção de Brasília. Estava se reorganizando enquanto nova unidade da federação na época. Lacerda, eleito pela União Democrática Nacional, a UDN, tinha por objetivo ser o organizador dessa nova fase da metrópole. O governador tinha como alguns objetivos de seu ambicioso plano de metas a ordenação do espaço urbano da Guanabara e o abastecimento de água. A fisionomia da cidade se modificou bastante no tempo lacerdista com vistas a cumprir tais objetivos. Obras melhoram o problemático abastecimento de água na cidade, bondes dão lugar a ônibus. Túneis Santa Bárbara e Rebouças rasgam montanhas para facilitar a ligação entre as Zonas Sul e Norte. Há a construção do imponente Aterro do Flamengo e o alargamento da Avenida Atlântica. (ENDERS, 2015)

Outro objetivo de seu arrojado plano de metas era a ampliação de vagas na rede pública de ensino – e ele consegue um aumento das matrículas em 50% na rede. A ampliação das vagas nas escolas públicas era uma necessidade da população, como nos mostram os jornais e relatos da época, mas acabou se dando através do signo da precariedade, marca constante das políticas públicas de nosso país através das décadas:

A ampliação de vagas para a rede pública da Guanabara efetivou-se através de diferentes maneiras: construção de novas salas em antigas escolas; construção de novos prédios, para abrigar novas unidades escolares; instituição das chamadas “classes em cooperação” e de um sistema de rodízio de folgas semanais dos professores, que visava a otimizar o número de salas já existentes. A primeira etapa da ampliação da rede, depois de devidamente mapeadas as carências e necessidades, concentrou-se na construção de novas salas de aula, anexas aos prédios já existentes. Em um semestre tal medida representou um saldo de cerca de duzentas e sessenta salas de aulas. Essa medida não foi de amplo agrado entre o magistério, já que significava alteração na rotina cotidiana da escola, além de romper com o padrão das antigas construções. Os representantes da administração justificavam-se, porém, alegando o barateamento de custos(...)A medida gerou forte crítica dos educadores, pois o tamanho previsto a priori como padrão ficava cada vez mais distante na realidade. Os terrenos utilizados para a construção das escolas eram escolhidos a partir, muitas vezes da indicação de políticos, e havia a preocupação de que o prédio se tornasse bem visível aos olhos da cidade(...) (COUTINHO, 2007, p.2)

Escolas como a Mendes ficaram conhecidas como escolas-caixote ou Bologna, sobrenome do arquiteto que idealizou este tipo de construção. Francisco Bologna foi responsável pela direção do Departamento de Prédios e Aparelhamento Escolar (DPAE) da Secretaria de Educação. (PIMENTEL, 2014) O projeto arquitetônico escolar de Francisco Bologna consistia em um prédio com tijolos e vigas aparentes, basculantes de madeira nas salas e três pavimentos com dez salas de aula. O pátio interno no térreo com salas administrativas e departamento médico, levaram ao máximo de aproveitamento do espaço e a produção de escolas em escala industrial:

A construção de escolas tornou-se, então, em uma das marcas do governo Lacerda. Ele teve a preocupação de forjar um projeto arquitetônico próprio que identificasse sua gestão, mas que não foi considerado por alguns professores, como tão bom quanto os prédios mais antigos(...) (COUTINHO, 2007, p.3)

A tabela abaixo mostra como entre os anos de 1960 e 1970 cresceu a oferta de unidades escolares na região de Irajá e adjacências. Isso foi um sintoma do projeto de massificação educacional adotada pelos governos do Brasil para a chamada universalização do ensino primário. Um processo que se intensifica no período da Ditadura Militar (1964-1985).

Tabela 1 - Número de escolas públicas inauguradas na atual região do Irajá¹² entre as décadas de 1920 e 1990

DÉCADAS	ESCOLAS FUNDADAS
1920	01
1930	01
1940	00
1950	04
1960	08 ¹³
1970	08
1980	02
1990	01

Fonte: Tabela baseada no levantamento feito por Agostinho Rodrigues no livro “Meu Irajá”, Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá (IHGBI), 2012.

¹² As fronteiras do Irajá se modificaram ao longo do tempo. Para esse levantamento foram considerados os bairros da XIV Região Administrativa do Rio de Janeiro, Irajá, Colégio, Vicente de Carvalho, Vila Cosmos, Vila da Penha e Vista Alegre, além de Brás de Pina, correspondente à XI Região Administrativa da cidade.

¹³ O autor não coloca a Mendes Viana em sua relação. Ele cita sete escolas apenas como fundadas na década de 1960 no bairro.

1.5 Para Pedro, Vila São Jorge ou Para Paz: as diversas faces de uma comunidade carioca

A Mendes Viana recebe alunos das mais diversas partes da região. Além de Irajá e bairros vizinhos, como Colégio, Rocha Miranda e Madureira, há gente que vem de Bento Ribeiro, Inhaúma e Pavuna. Todavia, boa parte de nossos alunos é mesmo oriundo da comunidade do Para Pedro.

A comunidade é conhecida também como Vila São Jorge. Ao que parece, o nome Para Pedro é muito mais popular entre os moradores de ontem e de hoje, assim como o é para a grande imprensa. Vila São Jorge acaba sendo mais utilizada na comunicação oficial. Nos veículos de comunicação do município ou base de dados, a região é chamada de Vila São Jorge. A Associação de Moradores também é chamada de Associação de Moradores da Vila São Jorge.

Há certa escassez de dados referentes à região. Mas o que consegui apurar até o momento, com relação ao número de habitantes, a comunidade conta com cerca de 20 mil. Nos anos de 2013 e 2014, foi anunciada uma grande obra na comunidade. No momento em que escrevemos este trabalho a obra ainda se encontra em andamento. Seu objetivo é beneficiar a população com melhorias no saneamento básico, na iluminação pública, nas vias locais, assim como a construção de áreas de lazer e casa populares.¹⁴

A localidade é bem servida de transporte para diversas partes do Rio e da Baixada Fluminense. O principal meio de transporte é o metrô sendo a estação de Colégio a mais próxima das entradas da comunidade. Vias importantes como a Estrada do Colégio e a Avenida Pastor Martin Luther King Jr, antiga Automóvel Clube. Boa parte da comunidade se encontra em área plana mas existem também partes alagadiças. Parte considerável dos moradores trabalha na caixotaria e diversas outras atividades ligadas ao CEASA, Central de Abastecimento de Alimentos do Rio. A região tem espécies de “bairros” dentro de si. Cada ponto da favela tem um nome próprio para os moradores, tais como: Rapidinho, Torre, Campo, Associação, Xiboquinha ...

Resgatar as origens desta região carioca depende muito de alguns vestígios deixados em matérias de jornais e, principalmente, por relatos de antigos moradores. D. Gilcinéa,

¹⁴ “Programa Morar Carioca Beneficiará 20 mil pessoas na Vila São Jorge” in: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4462176> (acesso em 31/05/2018).

antiga moradora e ex-aluna da Mendes nos anos 1960, contou em depoimento ao Clube de História:

Meus pais vieram de Guapimirim em 1957, recém casados, morar perto dos irmãos mais velhos, pois tenho, ainda hoje, parentes que moram no bairro [Irajá]. Meus pais casados, sem estudos e qualificação profissional, foram morar nas ruas do bairro de Colégio, Jurucê e Jabotiana. Logo, meu pai, com três filhos, ficou desempregado. Eu tinha 5 anos e fui morar no Para Pedro, a nossa alimentação muitas vezes eram os peixes da lagoa. A comunidade tinha muita gente vinda de Guapimirim provavelmente os primeiros moradores, pessoas do Norte, Minas Gerais, etc.(D. Gilcinéa, 26/04/2018)

Até meados dos anos 1970, a região de Irajá e adjacências era um lugar de aspecto rural. É recorrente na memória dos antigos moradores a imagem de chácaras, pomares e pequenas plantações de hortaliças. O subúrbio mesclava características rurais apesar do crescimento industrial gradativo entre os anos de 1940 e 1970. Inclusive, hoje, neste início de século XXI, perduram chácaras na região, embora em muito menor número que em tempos passados.

A lagoa, a qual D. Gilcinéa se refere, era artificial. Hoje ela não existe mais. Todas as vezes em que citei este fato em sala de aula, percebi alunos com olhos atentos e curiosos. Afinal, quem conhece a região não consegue imaginar que pudesse existir algo do tipo ali. Isso, inclusive, servia para que eles entendessem um pouco da evolução urbana do Rio de Janeiro com a derrubada de alguns morros, o aterramento de certas regiões e as mudanças de traçado ou soterramento de alguns rios que foram vitais no passado da cidade de São Sebastião.

A tal lagoa nasceu de maneira acidental. Foi criada pela ação de moradores locais. Era, por assim dizer, artificial. As escavações para se pegar barro, utilizado tanto para a construção de casas quanto na fabricação de tijolos em uma pequena olaria que havia na Vila São Jorge, provavelmente levou ao acúmulo de água da chuva por ali. É possível que o transbordamento de canais e pequenos rios que passam pela região também tenham contribuído para o aumento do volume da lagoa. Isso pode explicar o fato de se encontrarem no local alguns peixes.

Sobre o curioso nome de “Para Pedro”, a mesma Gilcinéa contou a mim e aos alunos em seu relato escrito:

Para Pedro foi o nome dado à comunidade (favela, como se dizia), pois seu Moisés na sua barraca saudava os moradores com "bom dia" do alto falante e falava o nome de cada morador. Ele morava lá no campo em frente da Vulcan e colocava a música "Para, Pedro! Pedro, para!", ficando assim a música como título da comunidade. (D. Gilcinéa, 26/04/2018)

A canção “Para Pedro” estourou nas paradas de sucesso em 1967. É uma canção de estilo regional gaúcho composta por José Mendes em parceria com José Portela Delavy.¹⁵ A canção narra as peripécias de um certo Pedro que causou confusões em um baile de fazenda. José Mendes canta acompanhado de viola, acordeon e uma percussão na gravação original, os beliscões de Pedro na namorada em um canto da festa, as cócegas em idosas e a briga dele com um idoso mais ciumento. Tudo isso sob o refrão de “*Para, Pedro! Pedro, para! /Para, Pedro! Pedro, para! / Este Pedro é uma parada!*”

O depoimento de D. Gilcinéa me parece bastante plausível, pois as notícias sobre a comunidade nesta região, chamada de Para Pedro, não aparecem antes do ano de 1967. Parece, de fato, que o nome da localidade só se torna popular após o sucesso da música. O periódico *Luta Democrática*, em sua edição de 13/08/1968, página 2, traz a menção mais velha que encontrei. A narrativa dá conta de um assassinato ocorrido em um barraco da comunidade, onde o marido havia assassinado a esposa.

Pesquisando os jornais disponíveis na Biblioteca Nacional e também em manchetes sobre o bairro de Irajá localizadas no Arquivo Geral da Cidade encontrei a menção do nome “Para Pedro” por 20 vezes entre os anos de 1960 e 1980. Em diversas delas, o nome estava ligado a situações negativas. A violência é a tônica. Desde a morte de traficantes da área, passando por crimes passionais, acidentes com crianças que levaram à morte, situações de violência doméstica e outros.

Localizar estas manchetes foi muito importante para o Clube de História e também para alimentar importantes discussões em salas de aula entre 2016 e 2018. Em primeiro lugar, os periódicos nos permitiram perceber que o estigma da favela como lugar da precariedade e da violência sempre foi combustível que movimentou a grande imprensa. A violência relatada, além disso, me permitiu colocar em xeque os depoimentos dados por antigos moradores. A memória é importante, mas precisa ser observada com cuidado por quem quer desenvolver o pensamento histórico. Os depoimentos sobre a comunidade são sempre carregados de afeto. O passado é lugar idílico. E nesse passado tão belo não cabe a violência, em boa parte das vezes. Menos ainda o crime.

No 9º ano do Ensino Fundamental, as aulas sobre Ditadura Militar no Brasil ganharam um tempero. Afinal de contas, a violência urbana também era problema naqueles tempos de militares no governo, assim como a desigualdade social.

¹⁵ A música “Para, Pedro!” completa 50 anos. In: <http://radiochimarrao.marcasdopampa.com.br/wp/musica-para-pedro-completa-50-anos/> (acesso em 31/05/2018)

Sobre a desigualdade e a precariedade, as manchetes também são muitas. O *Diário de Notícias*, mais uma vez, em 08/01/1974¹⁶, noticiou o despejo de 25 famílias da favela. Tais famílias foram removidas para a construção dos frigoríficos da CIBRAZEM, a Companhia Brasileira de Armazenamento. O periódico narra a situação de miséria e desnutrição pela qual passavam aqueles moradores de então. Seriam removidos, segundo a reportagem, para Senador Camará, bairro da Zona Oeste do Rio. Crianças perderiam suas escolas e os adultos ficariam distantes de seus empregos.

O jornal *O Dia*, em manchete de 23/08/1978, nos conta sob o título “*Problemas graves atormentam a vida dos moradores de Irajá*”:

“Numa das áreas mais sofridas de Irajá está localizada a favela do Pára-Pedro. A subida íngreme, pela rua Matias Teixeira, está totalmente tomada pelo lixo, poças d’água e outros obstáculos, que dificultam o acesso de carros e moradores. A água é o principal problema da favela, hoje já conhecida como Vila São Jorge, mas que ainda não dispõe de rede de abastecimento. O líquido é apanhado nos poços geralmente contaminados, pois a água não recebe nenhum tratamento (...)” (O Dia, p.8)

Os moradores ainda denunciam ao repórter que a comunidade não era dotada de energia elétrica. Percebam que o autor da matéria nos diz que a favela era conhecida naqueles tempos também como “Vila São Jorge”. O nome parece querer dar a ideia de que era local mais urbanizado e organizado que uma favela, porém o jornalista denuncia que a dita “Vila” continua tendo dificuldades de uma favela. Voltamos ao que já disse aqui: o nome “Vila São Jorge” aparece mais em comunicações de órgão públicos” ou placas de obras que estão sendo feitas no local. É o nome oficial, talvez. Mas a denominação da gente do lugar e da grande imprensa é “favela do Para Pedro” ou apenas “Para Pedro”.

Fato marcante sobre o nome daquela área para mim foi que grande parte dos alunos que conheci em 2011, quando entrei na escola, chamavam a região de “Para Paz”, querendo dizer que era uma comunidade tranquila, diferente de outras na cidade do Rio. Inclusive, sempre que na época falava “Para Pedro”, era corrigido por um grupo que fazia questão de dizer “Para Paz”. Eu sempre fiz questão de respeitar isso pois lhes era significativo. A atual geração de alunos não mais se refere assim à comunidade.

¹⁶ “Despejo atinge 25 famílias na Favela Pára Pedro”, *Diário de Notícias*, 23/08/1974, p.7

1.6 A escola como patrimônio cultural da Para Pedro: da favela para o bairro e a cidade

A favela é uma paisagem comum do Rio de Janeiro. Podemos dizer que é democrática pois está presente em praticamente todos os territórios da cidade, inclusive os mais abastados. Arrisco dizer que é uma das paisagens cariocas mais conhecidas no mundo, tanto como o lugar do curioso ou da violência sem remédio. São mais de cem anos de convivência em pé de guerra entre “favela” e “asfalto”, mas há também uma simbiose. Qualquer coisa da identidade carioca paira neste pedaço de chão.

Há um mito de origem das comunidades de nossa cidade e ele tem como espaço a Providência, morro localizado na região da Central do Brasil. Teria sido erguida por soldados vindos da Guerra de Canudos, que não tendo onde morar, ocuparam as encostas dessa região. Recebeu ainda os que perderam sua moradia com a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”. O morro da Providência, conhecido como Favela, passa: “(...) *a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro.*” (VALLADARES, 2000, p.7)

Contudo, atualmente já se sabe que existem registros anteriores deste tipo de ocupação antes da Providência, pelo menos desde as últimas décadas do século XIX, como a Quinta do Caju, a Mangueira (que não tem relação com o atual e conhecido morro da Zona Norte) e a Serra Morena. Mas, ainda assim, o morro da Providência já era notícia nos jornais e motivo de preocupação para as autoridades. Se construía a visão de que era ali um local de vagabundos, criminosos e de problemas diversos para as famílias de bem em seu entorno. (Idem, p.8)

Esta visão permanece até os dias de hoje e cada vez de maneira mais intensa. A favela é o lugar da falta na visão de quem não vive nela. E essa falta vai desde a questão do saneamento e da segurança, por exemplo, até a noção de que neste tipo de espaço de nossa cidade há ausência de regras, de moral. Daniel Pinha Silva (2018) nos diz que a:

(...) favela se constitui como um território de exceção por manter em suspensão as prerrogativas constitucionais pertinentes não só aos direitos sociais – algo que acontece em diferentes partes do território nacional, tendo em vista a enorme desigualdade social brasileira – mas porque nela há a limitação cotidiana deste e de todos os direitos civis e políticos. Tal contexto de experiência, forjado a partir da relação do morador da favela com a cidade, afeta diretamente o modo como os moradores narram e se apropriam da história local (...) (Idem, p.113)

Há um estigma em ser favelado. Este estigma se reflete na dificuldade em se pegar um táxi ou veículo de aplicativo para a comunidade, até o tipo de abordagem policial aos cidadãos daquela localidade. Há uma ideia de criminalização da pobreza, ou seja, para o “asfalto” quem mora na comunidade é um bandido em potencial. O olhar que já é pejorativo em nossa cidade com relação aos subúrbios é ampliado com relação à favela. Alunos relatam que preferem dizer a pessoas de fora que são de Irajá que da Para Pedro.

Neste contexto fica muito difícil que a escola que seja mais próxima da dita comunidade favelada não compartilhe de tal estigma. Pelo menos, alguns antigos professores da Mendes relatam isso em suas falas. A professora Sheylla trabalhou durante muitos anos na rede municipal sendo hoje aposentada em suas duas matrículas. Chegou na Mendes em 1992, época em que há um crescimento muito grande da violência na localidade:

Quando entrei [na rede municipal] fui direto pra ali...Não! Na verdade, fui pra escola A¹⁷ e depois fui praí. Da escola A praí já senti muita diferença, muita diferença! Mas aí depois você sabe, né?! Duas matrículas, precisando, dupla regência e tudo...Aí, amigo, aí foi Cidade de Deus, Jacarezinho, nada que fosse muito diferente. E ainda friso mais: nada que a Mendes fosse pior, não. Por que no Jacarezinho, na Cidade de Deus, o negócio pegava mesmo (...) Agora, esse estigma aí de que ninguém queria na Mendes, preenchia vaga em todas as outras e a Mendes era a última e ainda todas as escolas no entorno, tudo que tinha de ruim, transferia pra Mendes. Todo mundo só queria a nata e tudo o que era de ruim enviava pra Mendes. Isso aí a gente presenciou muito. (Professora Sheylla Failde, 17/07/2018)

A professora Miriam tem uma relação muito interessante com a Mendes, pois foi a primeira escola dela na rede, assumindo a vaga como docente de geografia em 1988. Ela se afastou um tempo e retornou, aposentando-se em nossa escola. Diz que sempre foi atuante, tendo feito parte do Conselho Escolar. Conta que quando chegou encontrou uma escola “*com alunos disciplinados e uma direção firme e atuante na comunidade*”. (Professora Miriam Moura, 17/07/2018)

D. Miriam faz o relato de uma escola viva que promovia bingos, bailes e bazares abertos à todos. Eram formas, inclusive, de se angariar fundos para a manutenção da unidade. Para a professora, a relação entre escola e comunidade era “*afetuosa*”. Mas para o meio da década de 1990 as coisas mudaram:

Quando eu saí em 97 já não havia mais essas festas juninas, bailes...não tínhamos mais o controle de segurança. A escola já não podia mais ficar aberta, assim, ter livre acesso. (Professora Miriam Moura, 17/07/2018)

¹⁷ Por questões éticas não vou citar a unidade escolar em questão ou qualquer outra. Penso que devemos preservar a entrevistada e as unidades escolares.

Tudo ficou mais difícil. Cresceu a distância entre os profissionais da Mendes e a comunidade, muitas vezes gerando relações conflituosas entre as partes. Além disso, as obras do metrô pioravam a chegada ao estabelecimento. Assim ela pediu remoção da Mendes em 1997 e só retornou em 2009, com a notícia de que o antigo perfil estava mudando e com um corpo docente lutando por melhorias. As verbas, que aumentaram, ajudaram muito a melhorar a estrutura da escola. Mesmo assim, D. Miriam faz uma ressalva:

Eu posso falar pra você que a Mendes Viana sempre foi vista como um depósito dos piores alunos. Mesmo nessa época em que falo de uma escola mais tranquila, ela já era vista assim pela Secretaria, pela CRE, que na época não era CRE, né, era 8º DEC. Eram os alunos mais fracos pra Mendes Viana. Depois passou a ser vista assim como a dos alunos mais violentos, mais incapazes, ela sempre teve esse estigma. (Professora Miriam, 17/07/2018)

Hoje, nós que trabalhamos na escola, não percebemos mais este tipo de tratamento diferenciado por parte dos organismos públicos. Não somos considerados uma escola com problemas de violência na região, nossos alunos conseguem êxito acadêmico em concursos públicos para escolas técnicas federais e estaduais de Ensino Médio e, também, aprovação para a obtenção de bolsas de estudo em escolas particulares, a comunidade respeita nosso trabalho. Entretanto, parece que essa fase marca ainda o imaginário de muitos na região. Certa vez, um motorista de táxi, levando o atual diretor para a escola, se espantou ao se deparar com o portão de entrada da Mendes. Perguntado pela razão do espanto, ele disse, um pouco sem jeito, *“que na época dele essa era a escola dos bandidos”*.

Em minhas aulas de história sempre, como já disse neste trabalho, me preocupei em inserir nas aulas aspectos sobre a história e o patrimônio cultural local. Diante do que foi exposto acima, acredito que tais necessidades se tornaram ainda mais evidentes e necessárias para o ensino de história para este grupo específico de alunos que, como tantos, são afrodescendentes em sua maioria e vivem em um território de exceção e cheio de estigmas como a favela. A unidade escolar passa a ser tratada como patrimônio cultural local.

A Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 216 o patrimônio cultural como algo amplo. Engloba formas de expressão; modos de criar; fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos e documentos; edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988). Tal amplitude de conceito permite a inclusão das unidades escolares. Tanto

é assim que crescem as instituições que visam preservar sua memória e organismos governamentais que procuram também a preservação destas unidades escolares.

No caso das escolas em comunidades faveladas há um potencial educativo e, porque não dizer, de engajamento político enorme, porque:

O patrimônio possui forte potencial para atribuição de identidades, sejam elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. A definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, nação ou mesmo da humanidade, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder. (MELLO E VIANNA, 2013, p.52)

FERRARI & CARMINATI (2016), chamam atenção para a noção de patrimônio cultural escolar. Os autores explicam que o patrimônio cultural escolar está relacionado “*a modos de sociabilidade vividos nas instituições da formação básica, que emerge de uma cultura compartilhada, passando a ser patrimônio comum*” (p.681). Sendo assim é relevante que se recupere e problematize essa herança. Se o patrimônio cultural escolar pode abranger tanto a produção material quanto imaterial da escola, ele pode auxiliar os educandos a fazerem reflexões acerca do tempo presente. Sendo assim é relevante que se recupere e problematize essa herança. Cada entrevista, documento, resgate dos pormenores da trajetória de personagens vinculados à essa memória escolar é providencial para que os discentes tenham uma relação construtiva com a história aprendida na escola.

2 IRAJÁ E OUTROS SUBÚRBIOS EM SALA DE AULA: O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL COMO LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Em meio às turbulências do final da década de 1960, surge a ideia do “direito à cidade”, expressão clássica tomada de empréstimo do filósofo francês Henri Lefebvre e definida por HARVEY (2012) desta forma:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Idem, p.74)

A liberdade de construir e reconstruir a cidade é hoje um anseio em diversos locais do mundo. Em nosso país, de grandes metrópoles com crescimento desordenado e desigualdades sociais lancinantes não é diferente. Foi assunto, inclusive, de diversas manifestações populares vistas recentemente em diversas capitais. A escola pública, especialmente, precisa entrar cada vez mais neste debate, pois ela também é vítima. Afinal, quanto mais distantes das áreas centrais, mais dificuldades elas enfrentam. A História local pode ser o catalisador destas discussões.

Em um mundo onde a globalização e os avanços tecnológicos têm tornado as relações econômicas, políticas e culturais cada vez mais complexas, onde a demanda por uma História Global parece ser a tônica deste século XXI, pode ser estranho tomar o pequeno, o local, como ponto de reflexão. Alguns, inclusive, poderão até “torcer o nariz” a este escrito. Que importância tem estudar uma pequena localidade/região frente as mudanças nas relações entre os EUA e os outros países das Américas do pós-Guerra aos dias atuais, por exemplo? Que importância há para um aluno prender-se a história de sua cidade, ou ainda, de seu bairro, diante da complexidade que foi a construção do Estado-Nação no Brasil? Será que fazer tal defesa não seria levar o aluno a prender-se só ao seu “quintal”, esquecendo do mundo que o cerca? Não seria um empobrecimento da História falar do bairro? Não seria dar um espaço de fala demasiado aos memorialistas da localidade que confundem a ciência histórica e seu rigor com meros relatos apaixonados de um passado idealizado e nem sempre com respaldo documental? Por que a atenção especial com a prática do ensino da História Local nas escolas

suburbanas do Rio de Janeiro? Pois bem, ao longo capítulo pretendo responder a tais questões.

2.1 História e ensino de história

Antes de mais nada creio ser necessário estabelecermos os pontos em que se darão as discussões deste texto. Em meio aos significados diversos da palavra História é necessário que eu situe a discussão no campo do Ensino de História. Embora a história local possa ser uma abordagem de pesquisa da História enquanto ciência, falo neste momento dos seus usos como recurso pedagógico. Por isso, em relação a esta afirmativa, falo dos usos da localidade no campo do ensino de história.

Durante muito tempo se teve pouca consideração com a História ensinada na escola. Esta era vista como uma caricatura da “alta ciência” feita nos meios acadêmicos. Simplificação de uma ciência dita pura para fins de ensino. Esta interpretação vem recebendo críticas. Teóricos chamam a atenção de que o saber da sala de aula é diferente do da produção acadêmico-historigráfica feita por historiadores. Nem melhor, nem pior. Cada qual com suas especificidades cumpre diferentes objetivos. E tomar um como arremedo do outro é empobrecer o debate e desvalorizar a instituição escolar, já tão golpeada por todos os lados em nossos dias.

Esta renovação teórica trouxe uma importante postura de observação mais atenta do campo do ensino, enquanto objeto de pesquisa em toda a sua complexidade. Há a defesa de que existe uma cultura escolar. Esta cultura escolar está distante da visão iluminista de cultura. A noção iluminista de cultura está muito ligada a um saber elitista, individualista, prescritivo, normativo. Esta cultura é mais relativista, compreensiva e plural. Põe em evidência interesses políticos, econômicos, culturais e sociais na sua configuração (MONTEIRO,2007).

Nos termos de Ilmar de Mattos: Por meio de uma aula, também se conta uma história; que, ao se contar uma história por meio de aula, também se faz história; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de história (MATTOS, 2006, p. 11). O texto basilar do professor Ilmar de Mattos, “*Não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História*”, não foi citado ao acaso aqui. É um texto importante, pois reflete sobre as possibilidades que tem o professor de História de

trabalhar a constituição de identidades, a construção de cidadania e ressignificar memórias em sala de aula. A chave utilizada nas argumentações de Ilmar Mattos é de que a aula é um texto. É um texto coletivo. Sendo um texto é passível de apropriação, reinvenção e produção de significados pelos leitores, no caso, os alunos. Esta perspectiva mostra o quão original é o conhecimento que se produz nas salas de aula, ainda que ancorado na historiografia acadêmica e nos saberes docentes e discentes disponibilizados na aula.

Estas novas perspectivas sobre o saber escolar, em especial com relação à disciplina de História, inclusive, nos leva a pensar sobre o papel do professor. Há também uma renovação no pensar do fazer docente. No caso do professor de História ou historiador-educador podemos dizer que ele é:

Um profissional docente, cujo ofício consiste no domínio e na transmissão de um conjunto de saberes(...) esse saber docente é, de acordo com a literatura da área um saber plural, proveniente de diversas fontes. O historiador-educador é alguém que domina não apenas os métodos de construção do conhecimento histórico, mas um conjunto de saberes e mecanismos que possibilitam a socialização do conhecimento. (FONSECA, 1997, pp.22-23)

Este olhar sobre o docente é muito importante no sentido de sua valorização. O professor é aquele que sabe mas, principalmente, o que sabe ensinar o que sabe. Leva em conta o seu ambiente escolar, faixa etária dos educandos, recursos pedagógicos disponíveis, enfim, uma série de possibilidades para planejar suas aulas.

Discutir cultura escolar e saber docente é pensar sobre os limites e possibilidades do currículo. Não é mais possível pensar o currículo como neutro. Pensá-lo assim pode denotar ingenuidade ou, pior ainda, má-fé. Ele é seletivo, fruto de tensões, perdas de um grupo e ganho de outro. Privilegiam-se visões de mundo enquanto outras são esquecidas ou minimizadas. APPLE (2011) defende que o conteúdo e a organização do currículo, pedagogia e formas de avaliar estão intimamente ligadas à relações desiguais de poder sobre as quais o mundo está pautado. O autor afirma, inclusive, que as justificativas para avaliações e currículos nacionais estão carregadas de “*perigosíssima investida ideológica*” (Idem, p.74). Cabe salientar que a perigosa investida ideológica da qual fala o autor citado, se refere aos interesses de, por exemplo, grupos econômicos com o que se ensina na escola. Vivemos hoje, em nosso país, a situação de que tais grupos querem pensar a educação como um negócio, controlar o que se ensina nas escolas e limitar a autonomia docente. Na visão deste autor, as avaliações externas, por exemplo, não teriam outro motivo que o de atender a grupos de poder dentro da sociedade e não são pensadas para o todo.

Em um mundo cada vez mais mutável, imprevisível, fluido, o currículo como prescrição, ou seja, o currículo cognitivo e conteudista puramente, não dá conta da nova realidade social de mudanças. As mudanças nas relações de trabalho e da economia, por exemplo, estão cada vez mais flexíveis. Daí vem a crise. A crise não é apenas na forma de ensinar, como defendem muitos, mas no que anda sendo ensinado. Há que se apostar em currículo como narrativa que busque a identidade, que busque entender a situação de vida do aluno e gerenciamento de sua vida (GOODSON, 2007)

Sob este mote percebemos a História Local/Regional como cheia de possibilidades para a construção de um currículo mais vivo dentro da escola. O ensino de História Local abre a possibilidade para uma aprendizagem mais plena por parte do alunado. Permite uma construção social cotidiana do currículo. Abre portas para uma aprendizagem de fato. Não meramente livresca, decorada, mas vivida e ressignificada dentro da comunidade escolar onde o currículo possa ser construído de maneira coletiva.

2.2 História local: uma definição

Ao longo do século XX, principalmente após as pesquisas desenvolvidas pela Escola dos Annales a partir dos anos de 1930, a História ganhou uma abordagem multifacetada. Há a abertura para uma multiplicidade de campos, fontes, abordagens e domínios. Dos Annales veio a proposta de uma história cujo o enfoque seria mais social e econômico que o político de então. Inaugura-se uma “História-problema” e passa-se a questionar a possibilidade de uma “História Política” centrada apenas no Estado Nacional e baseada exclusivamente em documentos oficiais.

A História Local está inserida como uma das diversas abordagens possíveis dentro dos estudos históricos (BARROS,2004). Se refere a uma metodologia, no sentido de modos de fazer a pesquisa. A História Local e a Micro-História são jogos de escala possíveis para se delimitar um objeto, tratar um determinado aspecto na pesquisa historiográfica.

A História Local não é um enfoque novo da História. Pode-se dizer que há uma História Local/Regional “tradicional” e outra “nova”. Usualmente os termos “regional” e “local” são entendidos como sinônimos. A História Local/Regional, em sua forma tradicional, se caracterizava da seguinte maneira:

A História Regional, segundo Peter Burke, era deixada, no passado, aos antiquários amadores. Ele explica quem eram os antiquários e, inclusive, seu papel político no século XVII – que ao contestarem a história da Realeza e defendendo as histórias regionais defendiam maior poder ao parlamento (Burke, 1992, p.07). Segundo Henrique Espada Lima (2006, p.29), na Itália, antes de 1950, os estudos de “história local” eram conhecidos como “erudição de províncias”, muito semelhante a Crônicas - uma “história menor”. (CORRÊA, 2012, pp. 14-15)

Esta abordagem tradicional tinha caráter de promoção de um determinado lugar, muito próxima de crônicas. Uma ênfase memorialista, destacavam algumas efemérides e a biografia de pessoas de destaque na comunidade. Podemos dizer que ela vem com um teor político, afinal essas províncias queriam se fazer notar naquele contexto francês do século XVII e ampliar seu poder de decisão.

No Brasil, especificamente, no Rio de Janeiro, temos diversos exemplos de crônicas famosas sobre a cidade no estilo da história local mais memorialista com traços de certo ufanismo, destacando ruas, bairros ou o heroísmo da cidade. O século XX, em suas primeiras décadas, deu ao Rio famosos memorialistas¹⁸: Vivaldo Coaracy (1882-1967), Luiz Edmundo(1878-1961), Magalhães Corrêa (1889-1944) dentre outros.

Já a História Local Nova pode ser localizada entre os anos de 1950 e 1970. Países como Inglaterra, Itália e França promovem novas reflexões acerca desta abordagem. Desde os anos de 1930, os Annales já tinham promovido estudos locais, mas é no pós-guerra que vai surgir mesmo uma “nova” História Local:

Na década de 50, o ressurgimento da história regional na França tem um paralelo no ressurgimento da história local na Inglaterra, vinculada à escola de W.G. Hoskins, um discípulo de Tawney, cujos livros incluem um estudo da construção da paisagem inglesa e uma história socioeconômica, na longa duração (...) (BURKE, 2010, apud CORRÊA, 2012, p.17).

O historiador francês GOUBERT (1988) define o local como espaço físico limitado e não muito grande. Ligado diretamente aos objetivos de uma organização administrativa. Uma caminhada de dez ou quinze quilômetros. Chama a atenção que durante muitos séculos as pessoas estavam confinadas em suas localidades. Esta definição de Pierre Goubert está ligada diretamente à retomada da história local. Com o avanço da tecnologia, dos transportes, o sentido meramente administrativo do local já não basta. A globalização veio ampliar ainda

¹⁸ Chamo de memorialistas os escritores que se propõe a escrever a História sem serem historiadores profissionais. Tais escritores deixaram relatos preciosos mas muitas vezes não citam fontes de pesquisa ou fazem relatos a partir de suas experiências pessoais. Muitas vezes, estes autores se debruçaram sobre intensa documentação mas não deixam, em muitos casos, pistas sobre as mesmas.

mais esta visão do local o que, também, acaba por uma necessidade de maior reflexão sobre esse conceito.

Para BOURDIN (2001), sociólogo francês, o objeto local é um elemento complexo para pensar o social. A localidade limitada por critérios puramente técnicos é empobrecedora. O autor chama a atenção de que a localidade construída tem um enfoque antropológico, com vistas a uma comunidade específica ou cultural. O espaço onde os sujeitos constroem suas relações. Pode-se estudar este espaço e as relações sociais constituídas nele, mesmo que seja para compará-lo a outros espaços iguais ou comparar este espaço regional com um espaço maior, como o nacional, por exemplo.

Na sala de aula, a ideia é permitir ao aluno enxergar-se como agente histórico através de sua localidade. No Ensino Fundamental II, onde atuo desde o ano de 2007, percebo que alunos chegam com a ideia de que a disciplina de História é algo “chato”, cheio de datas que exigem mera “decoreba” e extremamente difícil. Assim, trazer o lugar para a escola seria um trunfo. Seria um passo para uma “alfabetização histórica”:

As primeiras experiências com o conhecimento histórico durante a infância têm duas possibilidades de terem sido abordadas: de forma prazerosa, lúdica e contextualizada ou de modo acrítico e sem nenhum significado. O ensino de história se alicerça sob essas duas perspectivas, no qual a criança estabelece uma relação de afeição ou aversão com o conhecimento histórico desde a mais tenra idade. (SILVA, 2012, p.2)

Convidar o aluno a pesquisar as origens de sua própria escola e bairro pode ser uma iniciativa interessante para uma pesquisa de campo. Seria tirar a ciência histórica de uma torre de marfim e colocá-la junto da escola. Algumas iniciativas neste sentido foram tentadas ao longo do tempo em outros países com relação a outras disciplinas.

GOODSON (2007) nos fala das “*ciências das coisas comuns*” (p.244), iniciativa de ensino que teve lugar na Inglaterra do século XIX. A proposta era um aprendizado de ciências ligado ao cotidiano, principalmente, ligado ao fazer dos alunos mais pobres. A iniciativa deu tão certo que a reação dos grupos mais abastados, segundo o autor, foi ser contrária ao ensino desta disciplina nas escolas populares. Em seu lugar se colocou uma ciência laboratorial, descolada da realidade popular, mas próxima da realidade dos mais afortunados.

No arquivo morto dos colégios, por exemplo, podemos resgatar as origens da escola, convidar antigos alunos que construíram a trajetória daquela unidade de ensino, enfim, colocar os discentes em contato com as diversas fontes disponíveis. Com estas iniciativas o historiador-educador pode catalisar questionamentos sobre o peso daquela instituição ao

longo do tempo dentro daquele bairro, as conquistas, os momentos críticos e levar a um maior apreço e cuidado por parte dos que ali residem.

2.3 O subúrbio à carioca: a construção do conceito

O vocábulo *sub* denota “estar abaixo” ou “ser hierarquicamente inferior” em nosso idioma. Como exemplos podemos citar, dentre diversos significados possíveis, as palavras *subsolo* (o que está abaixo do solo) e *subdelegado* (substituto ou imediato de um delegado).

O subúrbio está, em termos linguísticos, ligado à ideia daquilo que está nos arredores do urbano, da cidade, a *urbe*, em latim. Os estudos urbanísticos nos dizem que a ideia de cidade está ligada a uma ideia de confinamento, de segregação espacial. Muitas cidades antigas eram cercadas por muros e fossos para a defesa. O que estava fora dos limites do muro era o suburbano (LINS, 2010).

No Rio de Janeiro, o espaço desta análise, chamar alguém de *suburbano* tem uma ideia pejorativa. Denota justamente subalternidade, submissão. O subúrbio carioca está ligado ao estereótipo de mau gosto e degradação. As imagens que vêm à tona são as de trens abarrotados de gente, violência e áreas abandonadas pelo poder público. Reduto de gente pobre e sem educação. Olhares carregados de preconceitos se voltam para esta parte da cidade.

Interessante é pensar que no século XIX as áreas hoje ditas suburbanas não tinham esta visão pejorativa por parte dos habitantes das terras de São Sebastião. Existem interessantes relatos de viajantes desta época que versam sobre lugares idílicos, de natureza intocada e ar puro, nos locais afastados do centro urbano da cidade de então. Neste período, a ocupação da cidade ia pouco além do Campo de Santana, cercanias da hoje estação Central do Brasil. Foi, inclusive, a partir da inauguração da Central do Brasil (a *Gare* d. Pedro II), em 1858, que começou uma penetração mais incisiva para os “sertões” da cidade. Todavia, não queremos dizer com isso que o trem forjou o subúrbio, mas é fato que o desenvolvimento deste meio de transporte e o bonde facilitaram a chegada das pessoas a estes locais. EL-KAREH (2010) nos diz que em princípios dos anos 1800 a palavra utilizada para se referir aos subúrbios era *arrabalde*, de origem árabe, “*que significa nas cercanias da cidade*” (Idem, p. 19).

O bairro da Pavuna, fronteiro à Baixada Fluminense, é ponto final da Linha 2 do metrô de hoje. Esta parte do subúrbio aparece nos meios de comunicação atuais sob a perspectiva da violência, ligada às comunidades próximas dali como Chapadão, Quitanda, Lagartixa, Final Feliz e Pedreira, ou dos estragos provocados por fortes chuvas de verão na região. John Luccock, comerciante inglês que esteve no Rio em 1808, 1813 e 1818, deixa relatos interessantíssimos sobre a região da Pavuna e seus arredores. Fala de montanhas cobertas de arvoredos, lugares com muita caça, numerosas lagoas e muitas aves. Luccock relata que em pontos às margens do rio Meriti, o solo *“era extraordinariamente rico e, nos trechos suficientemente secos, produzia safras volumosas de açúcar, milho e mandioca”* (LUCCOCK, 1975, p. 192).

Agora nos cabe a pergunta: por que tais mudanças? O que aconteceu ao longo dos anos? Por que tais locais de atratividade se tornaram tão mal vistos, degradados e esquecidos pelo poder público? Ora, precisamos lembrar que as cidades são construções sociais. Sendo assim, são expressões das relações que os homens e mulheres, de um determinado espaço e tempo, estabelecem entre si. A cidade, inserida no modo de produção capitalista, cria espaços de atração e repulsão ao longo das épocas, pois é reflexo das relações sociais desiguais estabelecidas dentro da sociedade.

Tratar da história do Rio de Janeiro não é algo tão simples. Desde 1763, como centro da América Portuguesa, passando à cidade mais importante do Reino Unido durante o período joanino e, mais tarde, a capital do Império e República, ela representou o Brasil:

Neste papel memorial, desempenhado pelo Rio de centro do Brasil e guardião da perspectiva nacional, claramente a memória suburbana como parte constituinte da cidade e da nação perde a disputa da memória construída e propagada nos meios culturais e acadêmicos, instituída nos livros didáticos e até mesmo na percepção de alguns moradores destes subúrbios, como Água Santa, que, desde a sua “descoberta” até os dias atuais, permanece esquecido e desconhecido para seus próprios habitantes, sendo poucos os que sabem sua história e origem. (COSTA, 2015, p.4)

Karla Rodrigues da Costa, ao refletir sobre a relação que moradores do bairro de Água Santa tinham com a história de seu lugar de moradia, chama a atenção que apenas uma parte deste Rio de Janeiro foi tomada para representar o todo. E nesta escolha de representação não foram incluídos os subúrbios, por exemplo. Mas podemos pensar também na exclusão da Zona Oeste, excetuando-se a Barra da Tijuca, e das favelas.

A cidade foi mudando de acordo com as diversas nuances do capitalismo ao longo dos anos. Com a queda da monarquia brasileira, em 1889, por exemplo, S. Cristóvão (zona norte) deixou de ser um subúrbio nobre e passou a receber as primeiras indústrias. Isso gerou uma

repulsão dos grupos mais abastados que ali viviam. Trouxe consequências para os subúrbios próximos que foram também se industrializando ao longo da linha férrea.

Entre 1850 e 1930, a cidade do Rio passa por uma série de mudanças. As reformas de Passos e as seguintes irão reurbanizar o centro e ocupar as praias da zona sul. Negócios turísticos, imobiliários e de entretenimento invadem esta área da cidade. Terrenos baratos e investimentos do poder público levaram à ocupação de Copacabana, Lagoa, Ipanema e Leblon, dentre outros bairros da chamada zona sul. Há uma valorização estética destas áreas. Ressalta-se o luxo e o requinte dos novos espaços, os chamados subúrbios-jardins. Nas zonas norte e oeste, há uma expansão de casas de classe média, maioria populares, e de indústrias. Define-se assim, o que se vê até hoje, na prática e no imaginário das pessoas, a respeito das diferentes áreas do Rio: o norte e o oeste da cidade, claro, com exceção da Barra da Tijuca, *“como lugar dos proletários, enquanto o setor sul será reservado para os ricos e grupos afluentes”* (FERNANDES, 2011, p.87)

Observando atentamente a formação suburbana carioca percebemos que o olhar sobre ele é forjado a partir de uma dimensão ideológica e entendemos por ideologia *“um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores), normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar”* (CHAUÍ, 1983 apud FERNANDES, 2011, p 52). E esta ideologia está presente no ensino de história. Omite-se ou se coloca em segundo plano dentro da história da cidade do Rio a importância dos subúrbios para o desenvolvimento da urbe como um todo, tendo em vista o propósito ideológico de construir uma imagem da cidade associada às praias e belezas naturais das regiões representadas como *“regiões turísticas da cidade”*.

Subúrbios como Inhaúma e Irajá foram grandes produtores de cana-de-açúcar, por exemplo, no século XVII. Entre os séculos XVIII e metade do XX tais áreas eram importantes como grandes fornecedoras de hortifrutigranjeiros para os habitantes do centro da cidade. Inclusive, os portos fluviais de Inhaúma e Irajá eram de extrema importância para que fossem escoadas a produção do açúcar e, mais tarde, os gêneros alimentícios destas regiões.

Como há pouca preocupação com a conservação do patrimônio histórico das áreas menos valorizadas da cidade, os estudantes ficam a pensar que seus locais de moradia não são dignos de atenção por parte dos estudiosos. Que nada de importante aconteceu por ali. E cristalizam a ideia de que só há História nos feitos dos *“grandes homens”* associados à dinâmica do Estado Nacional. E que estes feitos só teriam espaço em locais distantes deles.

Em 2015, o Rio de Janeiro comemorou seus 450 anos. Há, assim, uma necessidade do professor de História, especificamente, trazer à tona as diversas faces da história da cidade.

Promover debates. Possibilitar que se ouçam as diversas narrativas de construção do Rio de Janeiro e do ser carioca.

A experiência no estudo da história do lugar faz com que os alunos vejam os mais idosos, na família e na comunidade ao se dirigirem a eles para conhecer aspectos da história local recente, ou das últimas sete/oito décadas, também como memórias vivas do passado (Bosi, 1987; Prins, 1997), que se perdem sem registro, no caso aqui entre as camadas pobres e trabalhadoras dominantes no subúrbio carioca. (SANTOS, 2002, p.113)

Há que se ter uma visão mais holística sobre o Rio de Janeiro. Um Rio além do Rebouças e da dita “Miami Brasileira”, a Barra da Tijuca. Há que se avançar em iniciativas que priorizem o direito à memória, à História, identidade e autoestima às áreas da cidade além do Túnel Rebouças.

2.4 Irajá: o patriarca dos subúrbios

O nome Irajá é de origem indígena. Provavelmente um aportuguesamento de *Eiraãá*, termo que tem relação com os tupinambás, grupo indígena que ocupava a região. O significado do termo suscita debates. Há uma hipótese repetida em diversas publicações sobre o bairro, inclusive da própria prefeitura. Este quase mito de fundação dá conta de que os indígenas teriam se surpreendido com o melaço da cana-de-açúcar, planta que até então desconheciam, acreditando que era o mel das abelhas que brotava. Então, o topônimo teria significado de “o mel brota” ou “onde brota o mel”.¹⁹

Rafael Freitas da Silva, no livro *O Rio antes do Rio*, que se propõe a fazer um estudo mais apurado da presença tupinambá nos primórdios da Guanabara, tem outras hipóteses para o significado do nome “Irajá”. A primeira delas é que o nome se refira à denominação de uma aldeia que ocupava as margens do rio Irajá, que corta os atuais bairros de Cordovil, Brás de Pina, Vista Alegre, Vila da Penha e o próprio Irajá. Muito provável que a abundância de caça e pesca na região justificassem a presença de um grupo indígena por ali. Ele chama a atenção de que “(...) *devia ser uma grande aldeia tupinambá, das mais importantes, por estar incluída na primeira lista da principal fonte quinhentista francesa, ou seja, sendo anotada desde antes da década de 1550*” (SILVA, 2017, p.126)

¹⁹ Armazenzinho de Dados: Histórias do Rio – Histórias dos bairros: <http://apps.data.rio/armazenzinho/historia-dos-bairros/> (acesso em 30/04/2018).

O mesmo autor, indo mais fundo na etimologia da palavra, ainda chama a atenção de que o vocábulo poderia referir-se a abundância da região, “repleta de mel”, o mel referindo-se à fartura da taba. Ou, em sentido figurado, ao trabalho em equipe “como as abelhas”, desenvolvido pelos habitantes indígenas dali. E, por fim, poderia ser alusão ao nome de um mamífero da família do furão, conhecido como irara ou papa-mel, muito comum nas matas do Rio de Janeiro daqueles tempos. Seria esse o nome do morubixaba local, o chefe da taba, tendo em vista que “(...)como de costume, transferia seu nome à comunidade, sendo então conhecida como a taba do (morubixaba)Eiraîá (Eîrara)” (idem, p.128)

A consolidação do domínio português, a partir de 1565, e a ocupação territorial levaram à criação das freguesias, unidade política e administrativa que demonstrava a ligação da Igreja Católica com a empresa colonizadora portuguesa. Cada paróquia era responsável por uma região. A Freguesia de Irajá foi criada em 1644 pelo padre Antônio Marins Loureiro. Sua sede era em torno da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, erguida em 1613. Brasil Gerson (2000) nos conta que a região era um “imenso celeiro do velho Rio”. (Idem, p.383)

A produção agrícola era pujante na região durante todo o período colonial e até metade do século XX. Foi um local grande produção de açúcar e cachaça. Além disso, produzia telhas, tijolos, cal e diversos gêneros alimentícios. E nesse ponto, os rios eram vitais.

O que era produzido em terras irajaenses se deslocava das fazendas e engenhos pelos caminhos de terra através de carros de boi até o rio Irajá, que era navegável. Esta parte do transporte era feita à maneira indígena, em canoas. Tudo ia desaguar nas águas calmas da Baía de Guanabara, mais precisamente no porto de Maria Angu, no atual bairro da Penha, na altura da Ilha do Governador. Ali se embarcavam as mercadorias em barcos maiores até o porto principal da cidade. Do principal cais das terras cariocas, os produtos iam para os mercados do Centro, para outras capitânicas ou Portugal (FRIDMAN, 1999).

Desta freguesia, mais tarde, surgiram as freguesias de Jacarepaguá, em 1661 e no século XVIII a de Inhaúma. As fronteiras do Irajá dos anos de 1700, além do atual bairro homônimo, abrangiam outros vinte e três bairros dos atuais subúrbios cariocas, a saber: Vista Alegre, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América, Brás de Pina, Penha, Penha Circular, Vila da Penha, Vicente de Carvalho, Colégio, Coelho Neto, Acari, Pavuna, Vaz Lobo, Madureira, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Campinho, Deodoro, Ricardo de Albuquerque e Anchieta. (LOPES, 2012, p.194)

A localidade também estava inserida na lógica agrário-exportadora da mineração. Além de produzir parte dos gêneros alimentícios que subiam para Minas Gerais, no lombo das mulas e burros das tropas que varavam o chamado sertão, uma parte do Caminho Novo do

Ouro passava por terras irajaenses. Ao descer a Mantiqueira e o Vale do Paraíba, chegando à região do Pilar, na Baixada Fluminense:

(...) o viandante podia prosseguir para o Rio, ou por mar, em pequenos veleiros ou barcos à remo, ou por terra, tomando o atalho que levava à capela de N.S da Piedade de Iguaçú (...), e da de Iguaçú à de S. Antônio de Jacutinga (...), e de Jacutinga à de S. João Batista de Meriti e à N. S da Apresentação do Irajá. (GERSON, 1970, p18)

Verificar-se-á algumas mudanças na Freguesia de Irajá da metade para o fim do século XIX. Tais mudanças ocorrem em função da chegada dos bondes e das ferrovias que passam a ligar algumas partes da antiga freguesia ao resto da cidade. E não é apenas isso. As grandes fazendas da região começam a sofrer um processo de desmembramento.

Rita de Cássia Ribeiro da Silva, em sua Dissertação de Mestrado, busca contar um pouco desta parte da história da região, analisando os processos relacionados à posse da terra após a Lei de Terras de 1850. A autora chama a atenção para o aspecto de que:

Através de um olhar mais detido podemos perceber que a modernização da cidade do Rio de Janeiro necessitou da integração de regiões como a freguesia de Irajá, e que, senhores e possuidores não estavam alheios aos acontecimentos. Pelo contrário, ao constatarem que suas terras estavam sendo inseridas num mercado de terras mais amplo, logo aproveitaram a oportunidade para tornarem-se proprietários, vendendo suas fazendas, principalmente para estrada de ferro Central do Brasil. (SILVA, 2013, p.97)

A Estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde Central do Brasil, fundada em 1858, é vista como ponto de início de como os subúrbios cariocas foram tomando a forma pela qual os reconhecemos hoje. Antes do final dos anos 1800, viu-se a inauguração de mais três estradas de ferro: a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, inaugurada em 1883, a *Northern Railway*, mais tarde *Leopoldina Railway*, de 1886, e, finalmente, a Melhoramentos, que mais tarde seria incorporada à Central do Brasil, de 1893.

A Leopoldina vai ligar São Francisco Xavier à Mirity, atual Duque de Caxias. Além de interligar núcleos urbanos que iam crescendo e que fizeram parte das antigas Freguesias de Inhaúma e Irajá, a saber, Bonsucesso, Ramos, Penha, Olaria, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral.

Já a EF Rio D'Ouro nasceu como estrada de ferro cargueira. Criada em 1883 tinha como objetivo o transporte de materiais e trabalhadores para a busca de água nos mananciais da Baixada Fluminense. Moradores mais antigos citam a “Maria Fumaça” que rodava na região até, pelo menos, os anos 1970. Entre os anos 1970 e 1990 a região sofreu com o

abandono até que fosse construída a linha 2 do metrô, aproveitando boa parte do leito da antiga ferrovia. Sobre a EF Rio D'Ouro podemos dizer que:

(...) embora jamais tenha tido o mesmo papel indutor da D. Pedro II, já que seu ponto terminal era distante do centro, na Ponta do Caju. Isto não impediu, entretanto, que pequenos núcleos se desenvolvessem ao longo de suas linhas (dentre os quais se destacam Inhaúma, Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto) e Pavuna), já que se podia alcançar o centro da cidade através da baldeação para os trens da Dom Pedro II na altura de São Francisco Xavier. (ABREU, 2013, p.53)

Em 1859 surge a primeira linha de bondes na cidade. A urbe carioca tomava contato com este importante meio de transporte. A primeira linha ligava o Centro do Rio até o Alto da Tijuca. É a partir da década de 1890 que este meio de transporte vai se intensificar. Companhias se formam ligando o Centro à Zona Sul da Capital Federal. No espaço em que se situa este trabalho, a zona suburbana, também surgem linhas de bonde. E os primeiros deles eram à tração animal, sendo conhecidos como “bondes a burro”.

(...) cabe destaque para os bondes da Linha Circular Suburbana de Tramways, surgida em 1905, a qual, quatro anos depois de seu surgimento, começava a trafegar nos 5,7 km do percurso Madureira-Irajá. Os carros desta linha eram aproveitados das linhas então já eletrificadas da Companhia de Carris Urbanos, que operava no Centro, na Zona Sul e em parte da Zona Norte. (LOPES, 2012, p.53)

Nei Lopes, em depoimento citado por ELIAS (2005), dá um panorama sobre o bairro que destoa e muito de como o conhecemos hoje:

Tinha no Irajá, na época, muito sítio, carros de boi passavam, as ruas não eram pavimentadas. A hoje avenida Brás de Pina, que é uma das principais, liga o Irajá à Vista Alegre e à Vila da Penha, era uma estrada com uma areia branquinha, com um filete de capim no meio. Era um ambiente muito rural. (Idem, p.33)

A família do cantor, compositor e escritor chegou ao bairro em 1918. Podemos dizer que ele viveu o bairro entre o ano de 1942, quando nasceu, e 1968, quando se mudou dali. É época em que ainda persistiram no Irajá, durante considerável período, os bondes de tração animal, a ligação com o centro do Rio ainda se dava em boa parte pelo mar (Idem, ibidem). Enfim, aspectos de um ambiente interiorano de fins do século XIX já no caminhar para a segunda metade do século XX.

O Irajá dos tempos de Nei Lopes já vinha começando a assumir sua face mais industrializada. Aliás, desde a década de 1920 começou a se intensificar a ocupação fabril na região suburbana do, então, Distrito Federal. As indústrias já começavam a ocupar os espaços

ao longo das vias férreas da Leopoldina, Auxiliar e Rio D'Ouro. Exemplo disso são a Companhia Nacional de Tecidos Nova América, em Del Castilho, estabelecida em 1924, a General Eletric, de Maria da Graça, 1921, Cisper (1917) e Marvim (1921), no Jacarezinho (ABREU, 2013, p.99).

Vale lembrar que a década de 1920 trouxe o Plano Agache, o primeiro plano-diretor da capital, feito a pedido do prefeito Prado Júnior. Com a chamada Revolução de 1930 e a subida de Vargas ao poder, o plano foi esquecido. Era visto como um resquício da República Velha. Todavia, muito do que ali estava posto foi colocado em prática no Estado Novo (FERNANDES, 2011, p.66). O chamado Código de Obras de 1937 retoma a ideia de zoneamento da cidade:

(...) é também a partir da década de 1930 que o Estado passa a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-Lei 6000/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Como dessa nova área foram excluídos os bairros das zonas sul e norte do Rio (muitos dos quais com importante tradição fabril, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras), as mudanças em forma e conteúdo impostas ao espaço passaram a ser inevitáveis. Impedidas de se expandirem nestas áreas da cidade, e ocupando terrenos agora extremamente valorizados, estas indústrias logo optaram por transferir-se para outros locais(...) (ABREU, 2013, p.99)

Autores como ABREU (2013) e FERNANDES (2011) afirmam que as reformas urbanas postas em prática na cidade do Rio no início do século XX, especialmente a de Pereira Passos, iniciaram a segregação socioespacial carioca. E a feição do subúrbio, como o conhecemos hoje, começou a ser construída a partir das ideias de organização da cidade propostas pelo Plano Agache e cristalizadas no Estado Novo (1937-1945):

O que nos parece é que ao investir e prestigiar o subúrbio como lugar do proletariado O Estado Novo tentou estabelecer um padrão menos desigual de investimentos públicos nas cidade. Mas isto veio a reafirmar, agora de forma positiva e inclusiva, a relação entre subúrbio, trens e proletários, de modo que encontramos neste período condições para que o rapto ideológico da categoria subúrbio pudesse finalmente ser consumado. (FERNANDES, 2011, p. 67).

A área correspondente aos bairros da Baixada de Irajá e da Baixada Fluminense, na época estado do Rio, estavam entre as zonas industriais além de áreas próximas à Avenida Brasil, após a inauguração da mesma em 1946. O Estado estava incorporando outras regiões ao tecido urbano, facilitando o deslocamento e com isso diminuindo os custos de circulação de mercadorias (ABREU, 2013, p. 101 e 103).

Em função disso surgem grandes indústrias nas terras irajaenses, tais como a Fábrica de Cimento Rio Branco, fundada em Cordovil, e a Vulcan, fundada em Colégio, ambas em fins dos anos 1940. São erguidos ali e, também, em outras regiões suburbanas próximas, como a Penha, conjuntos habitacionais voltados para diversas categorias profissionais. Surgem assim, os prédios do IAPM (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos), do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais) e o do IAPB (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários), entre os anos de 1950 e 1952. (LOPES, 2012, p. 179).

As muitas indústrias e a Central de Abastecimento do Estado do Rio, o CEASA de Irajá, fundada nos anos 1970, atraíam pessoas para a região. Em uma reportagem do jornal *O Globo*, de 06/02/1976, já podemos perceber uma certa degradação na área de Irajá. O crescimento desordenado, a falta de investimentos podem ser percebidas nas queixas de moradores e do administrador do bairro. A notícia dava conta de que das 450 ruas do bairro, 162 estavam sem asfalto. Moradores do Conjunto Habitacional Água Grande reclamavam da poluição e do barulho, grandes incômodos trazidos pela Fábrica de Cimento. (Idem, p.8)

O Irajá de hoje não tem mais o mesmo parque industrial de outrora. Boa parte das antigas fábricas encerraram suas atividades na região entre os anos 1980 e 1990. Alguns edifícios ainda estão de pé e outros sendo demolidos aos poucos e dando lugar a novos empreendimentos imobiliários. Outros se tornaram grandes centros comerciais.

O CEASA permanece como grande polo empregador do bairro que hoje tem uma população que gira em torno de 96 mil pessoas²⁰. Os problemas ligados ao crescimento desordenado, falta de serviços e violência urbana ainda permanecem fazendo a população padecer. Não são problemas, de maneira geral, tão distantes das áreas suburbanas cariocas de hoje. Todavia, anda crescendo um sentimento identitário que se espalha pela zona norte do Rio de Janeiro. Este sentimento tem sido o embrião para a criação de movimentos sociais. Eles pedem mais ocupação cultural nestes bairros e preocupando-se, inclusive, com a questão ambiental nos subúrbios. E muito disso tem como pano de fundo a História e a valorização do patrimônio local como veremos à seguir.

²⁰ Armazenzinho de Dados - <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee> (acesso em 22/08/2018)

2.5 A busca por espaço na cidade e o ensino da História Local

Tendo em vista todo o exposto até aqui, creio ser indispensável o uso da história local como maneira de fazer a disciplina mais viva no cotidiano dos alunos e também como forma de combater preconceitos e compreender como certas ideologias foram sendo construídas além de construir identidades. Nos subúrbios, soterrados por narrativas de violência e degradação em nossa cidade, urge colocar a História em pauta. Ampliar a percepção de uma História para além dos livros. Não defendo uma “exaltação suburbana”, mas uma noção crítica da trajetória que levaram os subúrbios de nossa cidade à situação atual.

A escassez de aparelhos de cultura e lazer, tanto nas zonas norte e oeste, favorecem ainda mais esta divisão da cidade. Ensinar a história do lugar nestas áreas, tanto aos alunos quanto à comunidade, é se engajar em uma luta pela democratização da educação. Em especial pela democratização do ensino de História. O objetivo desta experiência é a construção de uma consciência histórica por parte dos educandos. Afinal, como nos dizem SCHMIDT & GARCIA (2005), com base nas reflexões de Rüsen: “(...) a consciência histórica funciona como ‘um modo específico de orientação’ nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (pp. 300-301)

O desenvolvimento dessa consciência histórica é que permite potencializar a ação no mundo dos jovens das escolas e das comunidades como um todo. Isso lhes permitirá enxergar o mundo em toda a sua complexidade. Permitirá articular os diversos pontos de vista sobre a realidade aos quais serão expostos ao longo de sua existência. Isso possibilitará a ação. Dará à realidade uma dimensão temporal. Com isso cai o véu. Luta-se contra o fatalismo do “sempre foi assim e sempre será”. Alunos poderão ver-se como agentes históricos, pois poderão se apropriar de elementos que permitirão enxergar em seus locais de moradia as mudanças e permanências inerentes a qualquer processo histórico.

Como já foi exposto aqui, começam a surgir diversas iniciativas nos bairros das zonas norte e oeste pela valorização de sua cultura e história. As tradicionais associações de moradores dos bairros e os coletivos, grupos independentes, de modo geral suprapartidários, formados por pessoas diversas, de organização horizontal, ou seja, sem hierarquia estanque e economia solidária, andam promovendo eventos culturais nos subúrbios, além de exigirem a preservação do patrimônio das regiões e lutarem pela abertura de espaços culturais, por exemplo.

O bairro do Méier é um desses exemplos. A pressão dos moradores locais conseguiu a reabertura da casa de shows Imperator, atual Centro Cultural João Nogueira. Contudo, isso não foi a única pauta. A associação de moradores colocou como pauta também um maior espaço na agenda de shows da casa exclusivo para os artistas da região se apresentarem²¹. Já o coletivo “Leão Etíope do Méier” promove teatro, música e circo, aos domingos, na esquina da rua Dias da Cruz com a rua Hemengarda²².

Em Irajá e arredores também temos exemplos de mobilização popular em favor do bairro como os do Méier. O grupo “Vista Alegre + Verde” é um deles. Surge como reação à degradação ambiental sofrida pelo bairro e os constantes cortes de árvores em diversas regiões por conta das obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e o Jogos Olímpicos de 2016. O grupo recebe doação de mudas e faz ações de plantio de mudas pelo bairro²³.

O caso que mais chama a atenção para a proposta desse trabalho é o do Cine Vaz Lobo, como o nome já sugere, localizado em Vaz Lobo, região do chamado Grande Irajá. A possível demolição do cinema da década de 1940, o Cine Vaz Lobo, em virtude das obras do BRT, corredor TransCarioca, no ano de 2010, levou à criação do “Movimento Cine Vaz Lobo”.

Um grupo de moradores se uniu para a preservação do cinema. O movimento saiu vitorioso graças as mais de duas mil assinaturas conseguidas. O prédio não foi demolido. Agora a luta do Movimento Cine Vaz Lobo é para que o prédio seja destinado a um centro cultural²⁴. O que chama a atenção neste movimento é a preocupação em resgatar a história do cinema e salientar toda a importância daquele conjunto arquitetônico. Unindo um grupo multidisciplinar que contava com professores de história das redes municipal e estadual, estudantes de arquitetura, animadores culturais locais e moradores:

No mesmo período das ações realizadas em prol da sobrevivência do cinema, os ativistas do Movimento Cine Vaz Lobo estavam também articulados no âmbito do Instituto Histórico Geográfico da Baixada de Irajá (IHGBI). Trata-se de uma espécie de associação voltada para o estudo histórico do planejamento urbano da região de Vaz Lobo, Madureira, Irajá e bairros adjacentes, cujo foco é a busca por medidas que preservem as identidades socioculturais, urbanas e territoriais da região. Dentro dessa esfera, foi gerado um projeto de preservação patrimonial do prédio art-déco do

²¹ <http://jornalnovidades.com.br/associacao-de-moradores-do-meier/> (acesso em 04/02/2017).

²² <http://oglobo.globo.com/cultura/leao-etiope-do-meier-transforma-praca-do-bairro-em-centro-cultural-16444944> (acesso em 31/01/2017).

²³ <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/grupo-vista-alegre-verde-promove-plantio-no-parque-jose-orlando-no-dia-30-17118512> (acesso em 22/08/2018).

²⁴ <http://vozerio.org.br/Vaz-Lobo-quer-reprise-do-seu> (acesso em 04/02/2017)

extinto Cine Vaz Lobo, abrangendo a reabertura do espaço como cinema, teatro e centro cultural. As mobilizações iniciadas em 2011, para além de terem evitado o desmonte definitivo do antigo cinema, podem ter contribuído para o tombamento provisório do prédio do Cine Vaz Lobo, por meio do decreto nº 39.232 de 24 de setembro de 2014 da Prefeitura do Rio. O Cine Vaz Lobo encontra-se temporariamente protegido, já que a medida reconhece o valor arquitetônico e cultural de seu edifício art-déco. Entretanto, isso não garante a facilitação de sua reabertura como equipamento cultural, questão que depende, em alto grau, de algum tipo de apoio financeiro (FERRAZ, 2017. p.121-122).

Finalmente, acredito que iniciativas como a defesa do Cine Vaz Lobo, são demonstrações de como a história local tem o potencial de aproximar a comunidade de seu passado, especialmente em áreas degradadas e esquecidas, ela pode servir de mote para a promoção de melhorias. Pode servir a uma reflexão sobre suas atuais condições. A escola pode e deve firmar parcerias com as comunidades onde está inserida. Esta afirmativa parece já amplamente aceita, quase óbvia, inclusive em documentos sobre a educação, tais como a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Desta forma pode-se contribuir para a promoção da cidadania e também para uma diminuição do estigma de “cidade partida” que o Rio carrega há tanto tempo. Os megaeventos, Copa e Olimpíadas, ampliaram ainda mais esta distância entre as diversas partes da cidade.

Cada vez mais, certos lugares são vistos como mercadorias a serem vendidas na dita sociedade global através do turismo, por exemplo. Neste contexto, cresce a luta por moradia, tendo em vista que os trabalhadores são colocados cada vez mais distantes das áreas centrais. Além disso há investimentos acentuam-se investimentos desiguais nas diversas partes da metrópole e aumenta a demanda por espaços de encontro e lazer. A juventude tem sido a protagonista neste tipo de luta pelo direito à cidade, ideia que dá título a este capítulo. Nada mais necessário que a escola pública possa contribuir para este debate.

Estimular junto a um determinado grupo a investigação/ensino da história do lugar contribui para a construção de caminhos para o entendimento da história da cidade como um todo, trazendo à tona fontes bibliográficas e documentos, capazes de abrir possibilidades para outras pesquisas e investigações, além de oferecer suportes históricos e conceituais para ação no mundo.

3 ESTAÇÃO FINAL: A CONSTRUÇÃO DO CLUBE DE HISTÓRIA

3.1 Clube de História: um filho da ebulição das Jornadas de Junho de 2013

O ano de 2013 marcou uma das maiores greves da história da rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Em mais de duas décadas não se via um movimento grevista tão forte. Possivelmente, uma das forças catalisadoras foram as chamadas Jornadas de 2013, onde as multidões de jovens estudantes, trabalhadores das mais diversas categorias, movimento negro, movimento feminista, grupos em defesa dos direitos de grupos homossexuais e vários outros, se colocaram nas ruas, ocupando espaços públicos, fazendo protestos e propondo debates sobre diversos temas.

O catalisador desta movimentação intensa foi o aumento das tarifas de transportes públicos em diversas cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Daí se espalhou por outras capitais do Brasil. Ainda estão sendo feitos estudos para entender este movimento complexo, com diversos atores envolvidos e anseios diversos. Como o lema do movimento dizia - “Não é só pelos 20 centavos!” – variados fatores influenciaram tais movimentações. No mundo se viviam os efeitos da crise de 2008 e de movimentos como a *Primavera Árabe*, *Occupy Wall Street* e o *Indignados*.

Não é a intenção deste trabalho o estudo das Manifestações de 2013, mas cabe aqui uma contextualização, pois elas foram impactantes à época e aqueles gritos reverberam, de certa maneira, até hoje. MAIOR (2013) em texto escrito ainda no calor dos acontecimentos diz:

As mobilizações pelo país, com toda a sua complexidade, não deixam dúvidas quanto a um ponto comum: a população quer mais serviços públicos e de qualidade. Querem a atuação de um Estado social, pautada pelo imperativo de uma ordem jurídica que seja apta a resolver a nossa grave questão social, notadamente a desigualdade social. Do conjunto dos fatos ocorridos em junho- que estão inseridos em um processo que está apenas iniciando – sobressai, também, um abalo irreversível da concepção refratária às mobilizações de rua, que passaram a ser reconhecidas, expressamente, como manifestações políticas legítimas, superando, inclusive, em face do reconhecimento da relevância social das manifestações para solução de graves problemas sociais, o tradicional e reacionário paradigma do direito de ir e vir. (p.97)

Este fato foi marcante em diversos movimentos no Rio de Janeiro à época. Na urbe em questão se vivia o frenesi dos megaeventos, os vultosos gastos com instalações faraônicas que serviriam à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos. Se a Federação Internacional de Futebol *Association*, a FIFA, agia com arrogância e exigia as melhores praças esportivas para a Copa do Mundo de Futebol do ano seguinte, a população gritava por direitos sociais, queria que sua vida também fosse “padrão FIFA”, no sentido de ter a maior qualidade possível. De fato, à princípio houve um apoio da população às movimentações, mas depois, com o crescimento e os constantes conflitos entre manifestantes e as tropas de choque, o apoio foi diminuindo e os movimentos foram adquirindo uma face mais conservadora:

(...) apesar de as manifestações terem uma clara origem de esquerda, nem todos os que foram às ruas eram exatamente progressistas. Aliás, vale lembrar que o Brasil é bem conservador – da “elite branca” paulistana à chamada “nova classe média” que ascendeu socialmente, tendo como referência símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão). Trata-se de uma população com 93% a favor da redução da maioria penal. Que acha que a mulher não é dona de seu corpo. Que é contra o casamento gay. Que tem nojo de imigrantes pobres da América do Sul. Que apoia o genocídio de jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades. Enfim, não é porque centenas de milhares foram às ruas por uma pauta justa que essa realidade mudou. Grupos conservadores se organizaram na internet para pegar carona nos atos. (SAKAMOTO, 2013, p.97)

É neste contexto que em agosto de 2013 os professores entraram em uma greve que se estendeu com força até o mês de outubro. A culminância se deu no evento que ficou conhecido como Batalha da Cinelândia. As conversas entre profissionais de educação e prefeito não avançavam. Ambos os lados trocavam farpas pela imprensa. Enquanto isso, o ano letivo estava parado em boa parte da Rede. Em 26 de setembro, os professores ocuparam a Câmara Municipal. O objetivo era impedir a votação de um Plano de Cargos e Salários que não atendia à categoria. Entre a noite do dia 27 e a madrugada do dia 28 do mesmo mês, policiais desocuparam o local com muita truculência. As tensões aumentavam. No dia 1º de Outubro, os professores municipais, com o apoio de profissionais diversos de outras esferas, artistas e intelectuais, tentaram impedir mais uma vez a votação do plano de carreira que os prejudicava e foram recebidos com a Câmara Municipal sitiada, desde as primeiras horas da manhã, com grades a cercando e forte aparato policial. Na hora de início das discussões para a votação, por volta de 14 horas, se viveu uma batalha campal que se estendeu pela tarde. Muitos feridos. Se fez, à custa de sangue e lágrimas, a aprovação do Plano de Cargos e Salários.

Mesmo assim, a greve foi mantida por mais alguns dias. O litígio acabou depois de um acordo, que até hoje é motivo de polêmica, feito entre os dirigentes do Sindicato Estadual dos

Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), mediador da celeuma, Luiz Fux. O ano letivo terminou, apesar dos percalços e meses de greve. Aos professores foi imposta uma pesada reposição das aulas perdidas. Alguns docentes se sentiram prejudicados em suas unidades, após a greve, vítimas de perseguições por parte de algumas diretoras e diretores.

Em 2014, os professores voltaram à carga. Foi anunciada outra greve. Esta, impulsionada pelo mote “Não Vai Ter Copa!”, não teve a mesma força da anterior. Os traumas de 2013 ainda estavam vivos. Muitos profissionais de educação não enxergavam aquele como o momento ideal para a greve, outros estavam ainda em frangalhos. Houve pouquíssima adesão. E o aparato repressivo foi mais forte. Vivia-se a expectativa do início da Copa do Mundo. Foi uma greve mais politizada, com atos públicos de grande repercussão na mídia, apesar da adesão não ter sido nem sombra da anterior. Uma amostra disso foi a organização que os manifestantes tiveram para furar o bloqueio da segurança do ônibus da seleção brasileira de futebol e atrasar a saída dos jogadores do Aeroporto do Galeão. O ônibus, aliás, partiu para Teresópolis, a concentração do selecionado, completamente cheio de adesivos na lataria com palavras de ordem.

Além da violência nas ruas houve, por parte do então prefeito Eduardo Paes, diversas ameaças de exoneração, processos administrativos abertos contra os servidores e descontos monstruosos no pagamento dos docentes. Não houve a menor possibilidade de diálogo. A greve morreu por inanição. A grande mídia não dava o menor espaço para a pauta dos grevistas. O fim foi melancólico. Nenhuma mudança nas condições de trabalho ou qualquer tipo de mudança qualitativa para os professores em seu plano de carreira. Não seria exagero dizer que os trabalhadores da Rede ainda vivem a ressaca daqueles dias sombrios. Piorados ainda mais pela conjuntura deste corrente ano de 2018.

Fui eu um daqueles professores grevistas de 2013/2014 e, como muitos, voltei desanimado com a profissão docente. Pensei em desistir. Adoeci. Mas algumas experiências vividas ali também me fizeram pensar sobre minha trajetória até aquele momento. As aulas públicas na Cinelândia, ministradas por pessoas comuns e professores me fizeram, inevitavelmente, pensar no quanto o que eu ensinava ajudava meus alunos a pensarem o mundo que os cercava. Assim, se fez clara a ideia de que:

A História deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada. Esse indivíduo que vive o presente deve, pelo ensino de História, ter condições de refletir

sobre tais acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural (...) (BITTENCOURT, 2004, p.20)

A partir daí se estrutura o Clube de História. Uma maneira de reencontrar sentido na prática docente em meio ao caos; repensar a cidade do Rio de Janeiro, suas contradições e sua História. Assistir aulas públicas sobre os mais diversos temas, tais como o direito à cidade, ministradas por profissionais de História, Ciências Sociais e, também, por pessoas comuns que eram de movimentos sociais me fizeram pensar em uma docência mais próxima do presente. Uma aula para além dos muros. Ideia que não é exatamente nova mas está em um crescente. Por fim, no contexto da greve e das manifestações, especialmente as manifestações relativas às remoções que estavam ocorrendo em diversas áreas, despertaram meu interesse em pensar a História da cidade do Rio de Janeiro e o direito à cidade.

O aniversário de 50 anos da escola me trouxe a incumbência de reunir materiais para a comemoração do jubileu de ouro, em 2016, me obrigando, assim, a pensar em uma outra prática. Trazer um grupo de alunos para pensarmos juntos o que era o subúrbio, qual o significado daquele natalício para a comunidade escolar e buscar informações de nosso passado que, até aquele momento, nos faltavam. O pontapé inicial do clube estava sendo dado.

3.2 Os primeiros associados e a maturação do Clube de História

Nossa escola, pelo menos desde 2013, tem a tradição de promover atividades no contra turno para os alunos, apesar das dificuldades, por sermos uma escola de turno parcial e não de ensino integral. O espaço e os horários da escola dificultam isso, pois não foram pensados dessa maneira. Sempre incentivou os projetos ligados ao “Mais Educação”, abriu suas portas, com a autorização de pais e responsáveis, a alunos que quisessem utilizar a sala de leitura e outras dependências como local de estudo. Incentivava a formação de plateia através de projetos culturais e aulas de campo envolvendo professores de História, Artes Visuais, Língua Portuguesa, Ciências e outras disciplinas como forma de enriquecer o currículo.

As primeiras disciplinas a formarem núcleos de discussão foram Matemática e Língua Portuguesa, através dos professores Gonzaga e Natália, respectivamente. No Clube de

Matemática, um grupo de alunos se reunia para resolver e debater questões de concursos de escolas técnicas. Nada obrigatório. Apenas um convite. A professora de Língua Portuguesa promovia com as alunas discussões do universo feminino onde poderiam discutir textos e ter lugar de fala. Experiência interessante onde as meninas teriam um espaço livre para se expressar, falar de medos, dúvidas, contar suas histórias e seus sonhos. A associação a esse grupo também era feita de maneira espontânea.

Em 2016, diante dessas influências decidi traçar um plano de criação de um grupo de alunos para minha disciplina. Não pensei que discutir questões de concurso fosse o melhor para um Clube de História. Não achei que rodas de discussão fossem também a melhor forma de conduzir este grupo. Queria que o fazer do Clube de História fosse mais materializado. Sentia nos alunos a necessidade de “colocarem a mão na massa”.

Sob o signo do jubileu de ouro da escola e a minha necessidade de renovar a prática após os traumas das greves de 2013 e 2014 surge o embrião do Clube de História. A ideia era usar os fundamentos da história e seus métodos como combustível para essa nova prática. Se já havia notado que a documentação referente à unidade escolar era dispersa, quase nula, as narrativas sobre nossa história eram desconstruídas, inclusive em locais como o Centro de Referência da Educação Pública, o CREP, onde era muito pequena a quantidade de documentos, surgia a indagação: por que não construirmos nosso próprio trajeto?

Quando surgiu essa ideia de um grupo de pesquisas para cuidar do patrimônio cultural de nossa escola, pensei em colocar nomes como: “Centro de Memória” ou “Núcleo de Documentação e Memória”. Percebi que era sério demais e que afastava os alunos. Adotei o nome de “Clube”, tomado de empréstimo às atividades de Matemática. “Clube” dá a ideia de um lugar onde ser quer passar o tempo, livre das obrigações comuns à aula. Era lugar de estar animado para aprender coisas novas. Havia algo de ironia, pois uma das críticas que ouvia de muitos colegas é a de que os alunos viam a escola como um “clube”. Claro que entendia que eles se referiam ao desejo que o alunado tinha de ficar na escola sem aulas, sem responsabilidade. Mas também enxergava nessa postura a pouca possibilidade de escolha que eles, sendo adolescentes, têm neste ambiente. Por isso, enxergo assim, a necessidade deles de transgredir e chocar.

Além disso, para os discentes a escola representa um lugar seguro na comunidade. Onde há adultos que zelam pela segurança e bem-estar deles, apesar de todas as limitações já conhecidas. Há garantia de direitos como, por exemplo, tempo dos menores usufruírem da quadra da mesma maneira que o maiores sem a tomada da quadra pela “lei do mais forte”. A

escola garante um tempo de liberdade. Por isso, eles querem ficar ali. Claro que muitos encontram isso em outros lugares, mas muitos dos que atendemos, não.

Trouxe um pouco da ideia dos Clubes Escolares muito comuns em instituições de ensino de países como Japão e Estados Unidos. A ideia era ser orientador de atividades, mas estimular o protagonismo dos próprios alunos. Seriados americanos e desenhos japoneses, os chamados *animes*, consumidos como diversão pelos alunos, exploram muito dessas ideias em alguns de seus roteiros. Não lhes era, portanto, algo estranho.

Délio Freire (1964) traz uma visão geral do que seriam tais clubes. Dá especial atenção aos objetivos do incentivo a associação a esta atividade:

De um modo geral, as atividades dos clubes escolares procuram enriquecer a experiência vital dos nossos educandos, proporcionando-lhes oportunidades criadoras, de contato com diversos ramos das ciências e das artes, de convívio social, de desportividade etc. (...) além de atenderem a um interesse recreativo do aluno, proporcionam também a criação de situações para a prática e desenvolvimento de inúmeras qualidades e virtudes (...) (p. 107)

O autor traz também uma ideia de que o clube escolar traz em si uma ideia de escolha. Coloca que a orientação de um clube escolar deve ficar a cargo de um professor e coloca algumas vantagens em relação a isso:

(...) além da vantagem de se estabelecer um maior contato entre ele e o educando (...) um estreitamento dos laços de amizade entre ambos cabe também aos mestres orientar os jovens de seu clube, levando-os a fazer bem ou melhor aquelas coisas desejáveis que eles fariam de qualquer maneira (...) (idem, p.108)

Esses princípios foram seguidos na primeira formação do Clube de História da Mendes Viana. Contudo, por razões diversas, isso foi sendo reconstruído ao longo do tempo que o projeto tem – tais mudanças serão abordadas ao longo deste capítulo. O primeiro Clube de História foi formado por um pequeno grupo de alunos da turma 1902 daquele ano, mais precisamente cinco alunos. Hoje estão no Ensino Médio. Foram escolhidos sem muito critério, apenas na urgência de se organizarem os festejos e o fato de serem muito interessados na disciplina História, além de serem bastante criativos. O convite foi feito de maneira aberta. Aos convidados foi dada a possibilidade de declinarem da oportunidade, mas não o fizeram.

As reuniões eram feitas uma vez por semana na Sala de Leitura da escola e tinham duração de algo em torno de vinte minutos, entre 11h40 e meio-dia, intervalo entre o fim do turno da manhã e o almoço para o início do turno da tarde. Juntos discutimos alguns fundamentos da disciplina de História, buscamos documentos no arquivo permanente da

escola. Esta experiência, aliás, foi muito boa, pois eles tiveram a exata noção de como funcionam os arquivos escolares e analisaram antigos documentos como os mapas de notas, podendo comparar o que era ensinado a eles neste início de século XXI e o que fora ensinado ali em décadas anteriores, por exemplo. Tiveram a noção de que algumas disciplinas, inclusive, deixaram de existir. Assim como, diversas outras, permaneceram. Viram materializados nos mapas de notas a passagem do tempo na instituição.

Este grupo foi o responsável pelo primeiro roteiro de entrevistas à ex-alunos da unidade. Ajudaram, inclusive, a pensar em uma recepção a eles. Em um sábado letivo, a unidade promoveu uma feijoada onde alunos dos anos de 1970 e 1980 compartilharam suas vivências naquele espaço. Era a primeira vez, em muito tempo, que a escola se abria para os que tinham feito parte de seu corpo discente em outras épocas. Foram gravados depoimentos e algumas dessas pessoas compartilharam fotos de seus acervos para compormos o nosso.

Figura 1 - Primeiro Clube de História



Fonte: O autor, 2018.

A partir daí, promovemos uma exposição sobre os quatrocentos anos do bairro de Irajá e os cinquenta anos da Mendes Viana. A exposição foi uma experiência multidisciplinar onde participaram os professores de Artes Visuais e Música, incentivados pela coordenação pedagógica. O professor Mauro Macedo, de Artes Visuais, criou um brasão para a escola. Este brasão tem duas versões: a colorida e a em preto e branco. A versão colorida foi reproduzida em um estandarte que é levado até hoje em solenidades das quais a escola participa, tais como o desfile de Independência. Já a versão em preto e branco, foi gravada em todos os documentos da escola ao longo de 2016 e 2017. Já o professor Heber, de Música, fez uma nova versão do hino escolar com base em uma letra que foi resgatada pelas pesquisas do clube através da boa memória de uma antiga ex-aluna, presente à solenidade de primeiro

aniversário da escola em 1967. Estes elementos ajudaram muito no resgate à autoestima e identidade de nossa unidade.

A parceria com o Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá (IHGBI), como dissemos no primeiro capítulo, coletivo de pesquisadores diletantes que atuam na preservação da história de Irajá e bairros próximos, foi muito importante, pois nos garantiu o empréstimo de fotos e apoio à pesquisa. Assim como a presença do professor Joaquim Justino, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNI-RIO. Aqui cabe um parêntese muito importante. Diante da escassez de fotos antigas da região e da escola, foi vital para a pesquisa as redes que foram sendo tecidas ao longo do processo. Elas permitiram acesso à arquivos privados. Sobre eles, GOMES (1998) chama a atenção de que o uso deste tipo de arquivo esteve ligado ao campo dos historiadores europeus da arte, especialmente franceses, nos anos 1970. Depois, a análise deste tipo de arquivo interessa a um quantitativo maior de historiadores:

Se o boom dos arquivos privados se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso a uma revalorização da lógica de suas ações- pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades que tem limites mas oferece alternativas- não apenas a história cultural está no centro dessa transformação mas igualmente uma “nova” história política e uma “nova” história social cujas fronteiras são fluidas e móveis. (idem, p.124)

Os participantes do Clube demonstram muito interesse nas conversas com antigos personagens do bairro ou da escola. Até hoje, com novos participantes, esta espécie de encantamento é visível. O encantamento se torna mais intenso quando o entrevistado ou entrevistada saca da bolsa alguma foto ou caderneta escolar. Afinal, os arquivos privados seduzem, pois enchem a história “*de homens e não de nomes*” (idem, p.125). Contudo, muitos caem nas “malhas do feitiço”, como diz a mesma Ângela de Castro Gomes em seu texto. Alguns alunos tomavam tudo aquilo que viam nestes arquivos como verdade absoluta. Um antigo documento, doado por quem viveu aquele tempo do qual pretendíamos nos aproximar um pouco, parecia uma relíquia sagrada para eles. Tomava ares de autêntico, verdadeiro, indiscutível. Isso serviu de reflexão para aprimorar o Clube de História para o ano que se seguiu. Inclusive, buscando analisar aquilo que já tinha sido coletado até o momento.

Em 2017, os antigos participantes se foram da escola. Percebi que teria que começar do zero. Então, decidi que meu grupo majoritário de alunos não poderia ser do 9º ano, pois eu não teria como prosseguir o trabalho, afinal de contas, eles saem da unidade. Para que o trabalho ganhasse alguma consistência seria necessário manter um grupo por mais tempo. Era

a primeira vez que estabelecia um critério: buscaria alunos matriculados no sétimo ano. O sétimo ano foi o grupo escolhido por ser um grupo que conhecia a escola há um ano, pelo menos, e teria chance de permanecer nela ainda mais dois anos letivos, podendo assim, serem semeadores do trabalho.

O Clube de História já não era mais algo intuitivo como fora anteriormente. A escola deu mais apoio. Conseguimos trazer a Oficina de Patrimônio Cultural do Programa Mais Educação do governo federal. Ou seja, a proposta teria maior possibilidade de organização, a responsável pela oficina estava se graduando em Turismo, essa formação seria muito útil à proposta de pensarmos sobre o patrimônio local e da cidade. Outro ponto positivo e muito importante era o de que haveria verba e estrutura do programa para que os alunos pudessem ficar no contra turno com alimentação e um espaço para as atividades. O núcleo foi montado com a participação dos alunos de turmas de 7º ano. Eles estudavam pela manhã e participavam das oficinas à tarde. O grupo aumentou com a participação de dez membros. Mais alunos foram convidados, mas nem todos quiseram participar, pois continuava sendo uma atividade eletiva.

Diante dessas melhorias houve uma evolução no grupo. Ele ganhou uma forma mais consistente. Uma parceria com a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação nos permitiu uma visita guiada ao templo, tanto com professores quanto com alunos. Aulas de campo, pelo bairro também foram feitas dentre outras atividades. E com tempo e espaço de maturação destas discussões conseguimos sistematizar um padrão de entrevistas com ex-alunos e ex-funcionários da escola que estão sendo usadas até hoje. Fotos encontradas foram sendo organizadas pelos alunos.

Uma atividade em que foi flagrante a maturação do trabalho com este grupo no período foi a organização de fotos. Havia uma caixa com fotos de pelo menos vinte anos na sala de leitura. Pensamos uma oficina para justamente organizar esta parte do acervo que estava ali jogado. Fizemos uma limpeza básica e colocamos em envelopes com descrições. Em suma, fizemos um inventário. Para marcar o que havia em cada envelope, iríamos utilizar as fichas que vinham com a apostila de apoio do próprio programa Mais Educação. Tais fichas dividiam o inventário do patrimônio por categorias, tais como: lugares, objetos, celebrações, forma de expressão e saberes.

Ao longo da atividade percebi que os alunos estavam perdidos na organização daquele material, porém nada diziam. Finalmente, perguntei o que eles estavam achando daquilo. Um aluno disse: *“Professor, essa forma de dividir é muito difícil. Não serve pra essas fotos.”* – admirado com a colocação perguntei se eles tinham outra forma que achavam mais

conveniente para organizar o nosso material. Após pensarem, dividiram as fotos em padrões e pensamos em conjunto uma ficha rudimentar para elas.

Repensaram as categorias em que se dariam a organização de nosso inventário sobre o patrimônio da escola da seguinte forma: a) **alunos**, onde havia fotografias de alunos em atividade ou não; b) **desfiles**, fotos de desfiles de 7 de Setembro; c) **objetos**, fotografias aleatórias de diversos objetos da escola como televisões, aparelhos de vídeo cassete e outros; d) **formatura**, como o nome sugere, fotos de festas de formatura; e) **espaços escolares**, fotografias aleatórias de pátio, refeitório ou salas de aula; f) **professores**, fotos do corpo docente de diversas épocas; g) **trabalhos**, exposições diversas e feiras tendo como objetivo a mostra de trabalhos dos alunos; h) **festas**, celebrações da escola como festas juninas e de encerramento; i) **eleições**, fotos de escolha de conselhos escolares, grêmios e diretores; j) **passeios**, saída de alunos da escola para atividades como ida a museus ou pontos turísticos da cidade; k) **eventos**, solenidades para as quais a escola tenha sido convidada; k) **bairro**, não sabemos o motivo mas existiam diversas fotos do bairro, especialmente do entorno da Mendes Viana.

Figura 2 - Oficina de inventário das fotos



Fonte: O autor, 2017.

Com esse apanhado e com os materiais que foram conseguidos em anos anteriores, foi criado um blog. Uma maneira de que toda essa trajetória não se perca no tempo mais uma vez. Havia um debate entre o professor e os membros do Clube: criar uma *fanpage no Facebook* ou um *blog* para a divulgação do Clube de História? Houve um pequeno conflito de gerações. Os alunos disseram que era “*coisa de velho*” ter um blog, portanto eram mais favoráveis à página do Facebook. O docente queria o blog pois ele seria uma plataforma mais acessível por não depender que as pessoas envolvidas possuíssem um perfil em uma rede social. No final, chegamos ao meio termo: seria um blog, mas estaria atrelado à *fanpage* da escola. Este trabalho em rede aumentaria o alcance do que estivéssemos fazendo.

Tal blog chamado, simplesmente, “Clube de História – Mendes Viana” foi pensado para ser como um museu virtual para o bairro e a escola. Com o espaço físico limitado foi a melhor maneira que encontramos de divulgar o trabalho e a história do bairro e da escola, para um público além do escolar. Na época da qualificação pensamos em um Jornal Mural, porém isso não motivou o grupo de alunos da mesma forma que a ideia de colocar textos e fotos na internet. A ideia não foi completamente abandonada. Foi apenas adiada, pois em um primeiro momento havia a necessidade de motivar os alunos.

No corrente ano de 2018, ocorreram mudanças no Clube por necessidades diversas. Muitas delas causadas pelo atual contexto de crise econômica e política pelo qual atravessa o país e que nos atinge direta ou indiretamente. Para começar, a oficina de Patrimônio só foi liberada para iniciar no segundo semestre, o que atrasou as atividades pensadas para os alunos. A aposentadoria apressada de diversos colegas, causada em grande parte pelos rumores de mudança nas regras da Previdência Municipal, a mudança de escola de alguns profissionais somada à falta de professores na rede municipal, gerou um alto número de tempos vagos para diversas turmas. Com o espaço diminuto da escola e um número considerável de gente sem aula circulando pelo prédio, o clube ficou sem lugar para organizar reuniões. Além disso, os pais, com medo das constantes notícias de violência urbana, ficaram mais resistentes em deixarem seus filhos irem para a escola no contraturno. Consideravam pouco seguro o caminho de ida e volta. Não tínhamos como garantir a permanência deles em tempo integral, pois somos uma escola de turno parcial. Isso implicaria em dinâmica de organização de sala e merenda com a qual não temos estrutura para arcar. O clube chegou a agonizar. Mas, felizmente, não morreu. Entretanto, uma nova metodologia precisou ser pensada para o projeto.

3.3 A consolidação do Clube de História em meio às dúvidas e ao caos

Diante do que foi exposto, as atividades ficaram quase paralisadas ao longo do primeiro bimestre. Fui designado para dar aulas no oitavo ano, onde boa parte dos estudantes tinha feito parte do Clube de 2017. Era um trunfo mas não enxergava uma maneira de fazer as atividades funcionarem sem a estrutura anterior. O Clube de História não poderia mais ser uma atividade fora dos horários de aula. Teria que entrar no currículo. Seria uma nova fase.

As Orientações Curriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro definem objetivos, conteúdos e habilidades da disciplina a partir do quarto ano. Neste período preocupa-se que o aluno seja levado a pensar nas ações coletivas e relações de trabalho, por exemplo, através de suas vivências no bairro, assim como a diversidade étnica. Tudo conforme o sugerido dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A história da cidade passa a ser explorada a partir do 5º ano. Uma das habilidades esperadas dos educandos no primeiro bimestre desta etapa de escolaridade é que seja capaz de: *Compreender, através da história da cidade e/ou do estado, o momento da chegada e as formas de dominação dos portugueses durante o período de colonização* (RIO/SME, 2016, pp. 16 a 20).

É neste período de escolaridade que a cidade entra como espaço e objeto de análise para que o aluno perceba situações mais complexas como identidade carioca e brasileira, desigualdade social, percepção de mudanças e permanências ao longo do tempo, dentre outros conceitos. Ou seja, durante os anos finais do Fundamental I, a história local tem um papel preponderante na formação do pensamento histórico das crianças da Rede. Isso não se verifica em outros tempos. A localidade, no caso o município, vai reaparecer apenas no currículo do oitavo ano, ou seja, quase no fim do Fundamental II. Reaparece como palco das diversas mudanças que o Período Joanino (1808- 1821) produziu na então capital da colônia. (Idem, p.30)

No 9º ano se trata do Rio de Janeiro durante a Belle Époque. A cidade é cenário das mudanças nas primeiras décadas do século XX como capital e palco de movimentos sociais como a Revolta da Vacina e da Chibata (Ibidem, p.33). Nem os impactos da mudança da Capital Federal do Rio para Brasília chegam a ser tema. A posição do estado da Guanabara no contexto do Golpe Militar, por exemplo, não é uma questão levantada pelas Orientações.

Importante lembrar que o professor de História pode abordar os temas de História Local, apesar de as Orientações Curriculares não reservarem muito espaço para isso no

Segundo Segmento do Ensino Fundamental. Todavia, a não obrigatoriedade, diminui bastante o alcance da História Local.

Pensando na falta de História Local no currículo passei a ver o Clube como disciplina dentro do programa de 8º ano. Passaria a haver a disciplina de História propriamente dita com seus conteúdos consagrados e o Clube de História como local de oficinas e práticas diferenciadas. O como fazer chegou a ser uma escolha difícil e dolorosa. Para dar forma a esta disciplina, dividi meus três tempos de aula semanais com a turma da seguinte maneira: dois seriam dedicados ao currículo formal, seguindo o programa pensado pela Secretaria Municipal de Educação. Para desenvolver essa metodologia me inspirei na leitura da Dissertação de Mestrado defendida por Benilson Sancho no ProfHistória, em 2016, narrando sua experiência pedagógica com os alunos da Maré.

Um tempo, cinquenta minutos semanais, seriam para os conteúdos relacionados à História Local. A cidade, o bairro e a escola seriam a matéria-prima para esse exercício. As atividades desenvolvidas nesta nova seara da História valeriam três pontos e seriam somadas aos outros sete pontos de provas e trabalhos relacionados ao currículo formal.

Ao leitor talvez venha a pergunta: por que não abrir mão do currículo formal e se dedicar somente ao Clube? Dois motivos respondem a isso. O primeiro deles é: o Clube nunca foi descolado do currículo. Ele servia justamente para aproximar os alunos das aulas. Nesta perspectiva estamos de acordo com Evandro Cardoso do Nascimento (2015):

Ensinar métodos de pesquisa histórica aos alunos da educação básica significa munir os das ferramentas necessárias às interpretações temporais. O conteúdo histórico, quando é ensinado ignorando seu processo de produção – sua historicidade, chega ao aluno como um conhecimento dogmático, essa transmissão impede a reflexão e a consciência histórica dos discentes torna-se limitada (p. 170)

Além disso, estamos imersos em um sistema de ensino que ainda valoriza os aspectos formais do programa. Em nossa unidade tem crescido o número de meninas e meninos que, no último ano do Ensino Fundamental, prestam concursos públicos para escolas técnicas, militares e, também, provas para escolas particulares visando bolsas de estudo integral para o Ensino Médio. Não posso, enquanto docente, privá-los desta perspectiva. Assim, conteúdos tradicionais não foram deixados de lado em função da História Local e da Educação Patrimonial.

Mantive a nomenclatura de “Clube”, apesar da mudança na estrutura pensada anteriormente ter sido drasticamente mexida, para manter a possibilidade do contato e da ludicidade conseguida na perspectiva anterior. Seriam cinquenta minutos semanais de

trabalho em grupo, trocas e também de divertimento. Um conhecimento pensado no e para o coletivo, com rigor pedagógico, mas sem perder a dimensão social e humana do conhecimento.

3.4 O Clube de História sob nova perspectiva

Para dar conta do novo ângulo pelo qual foi pensado o Clube de História tornou-se necessário pesquisar e construir materiais para esta nova abordagem. A busca por fotografias e bibliografia sobre o bairro e a cidade foi das tarefas mais árduas. Em guias e manuais sobre monumentos e outros patrimônios da cidade do Rio de Janeiro me incomodava a pouca presença das zonas norte e oeste. Essa dificuldade serviu para escolher a abordagem em que se daria essa nova fase do clube: educação patrimonial.

Alunas e alunos têm ainda muito sedimentada a ideia de que “coisas velhas” e pessoas idosas são a história ao alcance das mãos. Ainda é forte a ideia de uma história como “matéria que fala sobre o passado”. Isso foi percebido em uma primeira atividade com eles. Em uma folha de papel que lhes foi entregue em uma primeira atividade onde haviam fotos de um caderno, de um celular, da Lei Áurea, o retrato de D. João, o vestido de noiva da Rainha Vitória e a coroa de d. Pedro II, foi pedido que marcassem os objetos que poderiam fazer parte de um museu. Dos 32 alunos que fizeram a atividade, apenas 2 achavam que todos os elementos retratados na folha, inclusive o moderno celular, poderiam fazer parte do acervo de um museu.

Em outro encontro foi dado um questionário de dez perguntas que tinha como objetivo entender onde a maioria da turma morava e o que sabiam e pensavam sobre a história local. Além disso, havia como descobrir há quantos anos a maioria destes estudantes estava na Mendes Viana. Com estes dados tornou-se possível uma ideia do quanto o trabalho feito desde 2016 havia impactado aquelas pessoas.

Dos 33 questionários respondidos, percebe-se que a maioria dos que responderam mora em Irajá ou Colégio, num total de 30 estudantes. Apenas dois estudantes estão na escola há menos de um ano. Os outros 23 estão há mais de dois anos e 7 são estudantes da Mendes a um ano, exatamente. Curioso que um não soube dizer em qual bairro morava. Destes estudantes mais velhos, a maioria (14) conhece a história da escola. Isso se deve,

provavelmente, ao fato de que estão matriculados no período correspondente às comemorações do cinquentenário da escola.

Boa parte deles, 26 estudantes, afirmou não conhecer a história nem da cidade e nem do bairro. Alguns depoimentos quanto a isso foram interessantes. Quando perguntados se achavam importante conhecer a história da cidade, do bairro e da escola, apenas um aluno disse não querer conhecer nada disso. Algumas respostas foram significativas:

Sim. Porque pra mim é nostálgico
(R. F, 13 anos)

Sim, porque me contaram que o bairro e a escola era (sic) boa.
(R. S, 12 anos)

Nestes dois depoimentos pode-se notar uma certa idealização do passado. O estudante R. F nos deixa uma ideia da carga subjetiva que saber do passado do bairro, da cidade e da escola lhe trazem. A nostalgia, entendida como uma saudade idealizada, de tempos que ele nem viveu, mas que talvez alguém lhe tenha dito o que havia de mais interessante e de um modo carregado de afeto. Já R.S traz a visão idealizada, provavelmente trazida de seu grupo familiar ou de pessoas próximas também, de um passado bom. Em que a escola e o bairro eram melhores, mas melhores de que maneira? Por quê? De certa forma, a fala deste discente traz muito do que hoje movimenta o debate sobre os tempos da Ditadura Militar no Brasil, como um tempo melhor ou das páginas e perfis que surgem em redes sociais mostrando fotos antigas de bairros cariocas, visando sempre trazer a ideia de que o ontem era melhor que o hoje. O pretérito seria o Éden do qual somos expulsos à medida que envelhecemos.

Outra resposta interessante a esta mesma pergunta foi a da aluna A.V, de 12 anos.

Sim. Porque eu acho muito interessante saber sobre o passado. Isso despertou em mim depois que eu vim para a apresentação de 50 anos da escola e 400 anos do bairro. Isso me deixou mais curiosa em saber mais, foi tanto que eu fiz pesquisas e só achei o que eu já sabia.

A aluna em questão fala da exposição que o primeiro grupo do Clube ajudou a organizar em 2016. Ela foi ao evento com o pai. Nesta época era aluna do sexto ano, ou seja, era seu primeiro ano na escola. Este comentário foi percebido como uma necessidade de ampliação e divulgação do trabalho no Clube de História. Em dois anos tivemos, pelo depoimento da aluna A.V, algum resultado. Uma aluna que já gostava de História ampliou seu interesse, pois passou a ver seu bairro e sua escola como alvo de curiosidade. A exposição a

levou a pesquisar mais. Deixa entrever que há uma carência de pesquisas, pelo menos as que chegam ao grande público, sobre a área em questão, pois afirma que achou o que já sabia.

Passado o primeiro bimestre, foi posta em prática a nova configuração do Clube de História enquanto adaptação do currículo escolar. As aulas com a turma 1802 eram de três tempos divididos em dois dias da semana. Às quartas, seriam os dois tempos dedicados ao currículo prescritivo da Secretaria Municipal de Educação. O tempo de sexta-feira era dedicado às atividades do Clube ligadas à memória da escola e do bairro. As atividades se desenvolveram ao longo dos meses de Junho, Agosto e Setembro, respectivamente, entre o final do segundo e boa parte do terceiro bimestre. Os avanços e retrocessos, verificados ao longo do tempo, serão expostos à seguir.

3.5 A organização da exposição

Definidas as circunstâncias em que a nova abordagem do clube de história seria feita era hora de organizar materiais para o trabalho. Foi necessário investir em pesquisas sobre materiais relativos à história do Rio de Janeiro e seus subúrbios, assim como guias e manuais sobre os patrimônios da cidade. Claro, a visita a arquivos públicos e pesquisas de internet também foram relevantes para esta parte do trabalho. Foi necessária a construção de materiais específicos sobre Patrimônio, História da Cidade e dos subúrbios, em especial os da chamada Baixada de Irajá.

As primeiras aulas foram expositivas. A medida que os alunos iam se colocando mais próximos do que seria o trabalho, foram convidados a participarem de desafios. Era deixada uma pergunta no ar que deveria ser respondida na aula seguinte. Eram desafios como: “Quem foi Honório Gurgel?” ou “Onde se encontra a imagem original de Nossa Senhora da Apresentação?”. Eram pedidas também algumas fotos antigas do bairro. O intuito desses desafios era fazer os discentes sentirem as dificuldades de se pesquisar sobre a área. São escassos os registros fotográficos da zona norte, mesmo na internet. Além disso, como era um grupo que adorava fotografias, tanto tirá-las como observá-las, achei que poderia aproveitar esse gosto. Alguns notaram essa dificuldade e reclamaram.

A partir disso, criamos a primeira das oficinas: elaboração de um pôster turístico para a região de Irajá. Criamos a empresa turística fictícia a **AMPULHETA LTDA**. A empresa seria especializada em turismo histórico na zona norte do Rio, pois afinal de contas, é uma

região pouco visitada da cidade. Inclusive, é piada recorrente para alguns usuários do metrô da urbe este fato. Há nas composições uma voz feminina que fala em português e inglês o nome das estações em que se para ao longo da viagem e manda tomar cuidado com o espaço entre o trem e a plataforma - por exemplo, “*Next stop Botafogo, mind the gap!*” - é de se presumir que a voz em inglês visa orientar o turista estrangeiro na cidade. A piada é a seguinte: “*Para que a voz em inglês na linha 2? Que turista vai à Pavuna?*”.

A fala reflete a pouca atratividade que os bairros suburbanos, a maioria da linha 2, tem para o turismo. Alguns ainda tentam justificar a voz em inglês com o fato de o estádio do Maracanã ser destino turístico e atendido por este traçado do serviço de transporte.

Sobre o fôlder foi utilizada a seguinte definição para dar cabo do exercício:

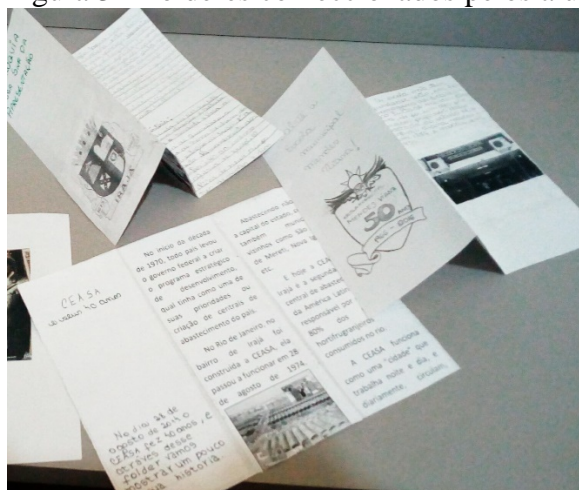
Fôlder é um impresso de pequeno porte, constituído de uma só folha de papel com uma ou mais dobras, e que apresenta conteúdo informativo ou publicitário. Analisando etimologicamente a palavra fôlder, de origem inglesa, encontramos referências como “folheto dobrado”; “o que dobra” ou ainda a derivação do verbo *to fold*, ou seja, dobrar.

Também conhecido como prospecto, o fôlder surgiu nos meios de comunicação e publicidade como um artefato utilizado para fazer marketing e propaganda, especificamente para a realização de campanhas publicitárias. (RODRIGUES, 2014, pp. 6 e 7).

O fôlder é um gênero textual muito empregado para trazer ao leitor informações turísticas. Foi o gênero textual adotado por três motivos. O primeiro, e mais óbvio, é que ele se adequava a proposta de turismo da empresa fictícia. Segundo, foi uma forma de o aluno construir um produto a partir das aulas de História. O terceiro motivo tem relação com a dificuldade de escrita que muitos apresentaram. Pedir um texto, para parte do alunado, é um desafio ou mesmo toma ares de suplício chinês. O fôlder, enquanto um texto de estrutura mais simples e de linguagem mais direta, foi um convite à escrita.

Como muitos não tinham computador, o prospecto foi feito de maneira bem artesanal pelos grupos. Dobrando o papel, fazendo colagens, escrevendo mesmo à mão e falando do que eles consideravam pontos turísticos do bairro, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a Mendes Viana, o Ceasa e a Biblioteca Popular de Irajá foram os locais escolhidos como atrações turísticas.

Figura 3 - Fôlderes confeccionados pelos alunos



Fonte: O autor, 2018.

Outro ponto do trabalho foi o uso do filme “O doador de memórias”. Ele é uma produção estadunidense de 2014, cujo nome original é *The Giver*. O roteiro é baseado no livro de mesmo nome, lançado em 1993, da autoria de Lois Lowry. A sinopse do filme é a seguinte: Jonas, o personagem principal, vive em uma pequena comunidade. Esta comunidade é do tipo das sociedades ideais, tantas vezes explorada na ficção literária e cinematográfica, sem qualquer tipo de conflito ou problema aparente. Para que isso se mantenha, um homem é encarregado de armazenar as memórias, tanto boas quanto ruins. Como há um grupo, espécie de anciãos que definem as funções que cada habitante exercerá naquele mundo em uma determinada idade, Jonas é designado para receber de um idoso as memórias de sua comunidade. Tomar conhecimento do passado de seu grupo o leva a conflitos internos e a necessidade de fazer escolhas que mudarão para sempre a comunidade e sua própria vida.

A escolha do filme se deu pelas possibilidades de discussão que ele levanta com relação aos entraves da memória e de seu poder sobre uma comunidade. Chama a atenção de que este poder pode ter aspectos positivos e negativos. Pode estar à serviço de um grupo de poder ou da população contra este grupo. Há, inclusive, um recurso utilizado nas cenas do filme. Ele se inicia com imagens em preto e branco. Na medida em que Jonas vai adquirindo as memórias que o antigo doador lhe passa, o mundo vai se tornando colorido para ele e para os que assistem o filme. Tudo em uma narrativa de ação, em estilo de grandes produções cinematográficas, o que ajuda a manter a atenção deste alunos. Assim, fizemos o debate em sala sobre a memória, as diferenças e aproximações entre a História e a memória e os usos que um governo pode fazer do passado.

Após a confecção dos pôsteres e das reflexões feitas após o filme, iniciou-se a última etapa do trabalho. A culminância do projeto foi pensar os patrimônios da cidade e mostrar a pouca valorização dos patrimônios em certas partes da cidade do Rio. Em especial, o dito Grande Irajá, parte da municipalidade onde estamos inseridos.

Como os alunos já tinham ido à campo e reclamado da dificuldade de acharem fotos sobre o subúrbio não foi difícil convidá-los a uma prática: passear pelo bairro e fazer um inventário de pontos que deveriam ser preservados. O registro deveria ser feito através de fotos tiradas em seus celulares com um pequeno texto colocando a localização do que foi escolhido, a data da foto e um pequeno texto de apresentação. A escolha das fotos através do celular se deu visando um pouco do gosto do alunado e as facilidades. Afinal de contas, quase todos tinham celulares com câmeras razoáveis. E os que não tinham poderiam trabalhar com a dos colegas, pois percebi que era comum o grupo emprestar seus celulares uns para os outros, pois há um espírito de camaradagem entre eles. Além disso, o trabalho seria em grupos de quatro alunos, logo, tornava-se mais prático o empréstimo. E finalmente, tirar fotografias é um passatempo comum para esse universo juvenil atual. Principalmente visando a exibição em redes sociais como o *Instagram*.

A exposição seria feita na Biblioteca de Irajá, nossa parceira em diversas atividades escolares, e seria mostrada para o bairro todo. Simbolicamente era a favela saindo dos seus limites e se colocando como parte do bairro. Abriu-se a possibilidade tanto que a escola tanto quanto os alunos, em sua maioria da favela do Para Pedro, se mostrassem como parte positiva do bairro tomando para si este aparelho cultural. Os grupos foram formados por livre associação entre os participantes.

Fizemos um grupo no *Facebook* para facilitar a comunicação. Ali pude compartilhar com eles também materiais que ensinavam a tirar fotografias no celular com mais qualidade técnica. Tomei alguns cuidados para o uso da rede social. O grupo tinha a presença do diretor adjunto e do professor da sala de leitura. Essa foi a forma de dividir a responsabilidade em administrar adolescentes no ambiente da internet. Os pais foram avisados, na reunião de entrega dos boletins, que isso aconteceria. Estas precauções foram tomadas para que não houvesse qualquer tipo de mau uso da ferramenta virtual. A escola se encarregaria de revelar as fotos e imprimir os textos.

Em sala, definida esta primeira parte, começamos a elaborar em conjunto em que eixos pensaríamos o patrimônio em nossa localidade. Nossos eixos norteadores foram os seguintes:

- **Meu lugar:** o nome deste eixo foi inspirado na composição de Mauro Diniz e Arlindo Cruz, sucesso na voz deste último, “Meu Lugar”²⁵, que é uma homenagem à Madureira, carregada de subjetividade, onde o eu-lírico fala desde os amores antigos vividos no mítico bairro carioca até as contribuições culturais, tais como o samba e o jongo. Era o espaço em que os alunos teriam chance de retratar aquele lugar favorito do grupo no bairro, onde eles gostassem de estar sempre que tivessem chance.

- **Sagrado:** parte da exposição em que retratamos aquilo que as pessoas do bairro, inclusive os alunos mesmos, entendem como digno de veneração e respeito por ter ligação com o divino. Até hoje o maior dos símbolos religiosos do bairro foi a Igreja de N.S da Apresentação, construída no século XVII. E hoje? O que seria “sagrado” na região? Se manteve? Mudou? Neste ponto do trabalho foi colocada uma recomendação: muito respeito, carinho e cuidado na hora de retratar o sagrado. Seja ele qual for. A tolerância religiosa é um dos valores éticos que não deixamos de lado em nosso trabalho. Afinal, um dos princípios básicos de quase todas as filosofias religiosas é o “amor ao próximo”. Julgamos importante estabelecer este ponto, pois são crescentes os casos de intolerância religiosa em nosso estado.

- **Lazer:** busca de lugares da localidade onde se dá hoje o tempo de folga, passatempo, ócio. Vimos, ao longo das aulas, fotos que Irajá e bairros próximos tinham clubes, com bailes, jogos, paqueras. As festas religiosas também eram importantes para a integração das pessoas dali. E atualmente? Qual é o espaço de lazer no bairro? Falta lazer? Este eixo, assim como outros, poderia ser usado para criticar a falta de algo do tipo no bairro e cobrar dos que nos governam mais espaços de lazer no local, por exemplo.

- **Natureza:** por fim, vimos em nossas aulas que diversas pessoas vinham a esta enorme região e ficavam espantados com os rios limpos, a grande quantidade de árvores, frutos, flores. É o eixo que se refere aos elementos do mundo material (mares, montanhas, rios, árvores, animais). O bairro era bonito em determinada época por conta dos elementos naturais que tinha. Aqui, a preocupação é: onde foi parar essa natureza? Ela permanece? Ela se mantém de que maneira? Ou está destruída? Em tempos onde a humanidade esgota recursos

²⁵ A letra da canção diz: “O meu lugar é caminho de Ogum e Iansã/Lá tem samba até de manhã/Uma ginga em cada andar/O meu lugar/É cercado de luta e suor/Esperança num mundo melhor/E cerveja pra comemorar/O meu lugar/Tem seus mitos e seres de luz/É bem perto de Osvaldo Cruz/Cascadura, Vaz Lobo e Irajá/O meu lugar/É sorriso, é paz e prazer/O seu nome é doce dizer/Madureira, lá laiá, Madureira, lá laiá (...)”

naturais e somos ameaçados pela falta de água, poluição do ar e outras mazelas, poderíamos usar este eixo da “natureza” para denunciar os efeitos nocivos que a falta do cuidado na preservação deste elemento causou em nossa região.

- **Rebobinando:** espaço para releituras de fotos antigas da escola. Objetivo era o de que eles aparecessem e o fossem retratadas as mudanças e permanências do tempo marcadas na Mendes Viana.

- **Cultura:** o tema aqui foi pensado em conjunto com o professor Vitório da Sala de Leitura, colaborador da proposta. Definir cultura é algo muito complexo. Uma definição possível é a do antropólogo Clifford Geertz (1989) de que esse conceito se refere, grosso modo, a um mesmo padrão de significados que compartilhamos e são transmitidos historicamente através do universo simbólico.

A ideia da exposição foi ser feita com os materiais mais baratos e práticos possíveis. Procuramos montar a exposição com dezesseis folhas, coladas em pares para ficarem mais firmes, de papel do tipo “quarenta quilos”. Elas ficaram suspensas em fios de *nylon* presos a elas. Cada grupo escolheria entre si duas fotos para a exibição, pois o espaço era limitado. A ideia era fazê-los entender, na prática, que a preservação do patrimônio ou a escolha das peças que serão exibidas ao público em um museu se dão à partir de escolhas. Seria um exercício entre eles. Afinal, teriam que chegar a um acordo e entender que a foto a ser exibida não era de um, mas representaria o grupo, a turma e por fim, diante do bairro, a escola. Isso se mostrou um exercício interessante.

Figura 4 - Grupos organizando a exposição



Foto: O autor, 2018.

Em um dos grupos, o da Natureza, a foto de uma das integrantes foi tão cheia de beleza e delicadeza, mostrando alguns cogumelos alaranjados que cresciam em uma árvore que deixava raios de sol passarem por entre as folhas de sua copa, que três alunos retiraram suas produções achando que a da colega era a melhor de todas. Disseram no dia da seleção, em linguagem juvenil: “*Esta foto é top demais. Precisa ficar!*” – interessante que a fotógrafa nunca se destacou academicamente. Era o tipo de aluna cujo responsável só é chamado na escola para receber reclamações. Foi das figuras mais atuantes na organização do trabalho. Mudou, se encontrou, se percebeu importante. Viu que pode fazer muito.

Entre os dias 15 e 30 de setembro de 2018, a exposição ficou aberta ao público da Biblioteca Popular de Irajá – João do Rio. Em quinze dias o bairro pode conhecer um pouco de nosso trabalho, de nove às dezessete horas, de segunda a sexta. Muito nos deixou felizes, o fato de que a Escola Municipal Mato Grosso, escola vizinha e com mais de oitenta anos de existência, levou seus alunos do 5º ano para assistir à exposição. E estão desenvolvendo um trabalho à partir do que as crianças lá viram.

Figura 5 - Visita guiada da EM Mato Grosso



Fonte: Acervo da Escola Mato Grosso, 2018.

Por pouco não levamos a mesma exposição para a Nave do Conhecimento de Irajá. As Naves são polos tecnológicos que visam a democratização da informação e o incentivo ao conhecimento. Muito utilizados pelas comunidades pois são locais de acesso grátis à internet e com cursos gratuitos. Infelizmente, a dificuldade com a resolução das fotos não ajudou a levar à cabo a proposta. Além disso, a notícia do fechamento das Naves em diversos bairros, inclusive a de Irajá, por falta de repasses da Prefeitura, atrapalharam as conversas.

Finalmente, em 7 de novembro, a exposição foi montada na escola para a vista dos alunos de outras turmas. Funcionários e professores de outras disciplinas também foram convidados para o evento que fez parte de nossa Feira Cultural Interna. Mais uma vez, o

trabalho foi marcante, pois fazia parte de um evento que há tempos não era realizado na Mendes Viana, mas que antigas fotos demonstram que já foi um grande evento da instituição em outros tempos. Assim, encerramos o ciclo daquilo que foi proposto.

Figura 6 - Exposição montada na Biblioteca Popular de Irajá



Fonte: O autor, 2018.

As fotografias mostraram pontos dos mais diversos. Ângulos do bairro que nunca tínhamos pensado antes. Exemplo disso foram as alunas e alunos que viram uma rampa de skate e um parquinho como patrimônios a serem preservados.

Decidimos falar sobre este lugar por ele ser belíssimo, com muitas árvores e uma atmosfera calma. Este é um local de pouco acesso e isso é uma vantagem para os skatistas, pois assim eles tem maior liberdade para andar de skate. Esse parquinho foi feito recentemente e deu um novo brilho na área, pois agora ficam mais pessoas do que antes ali. Por este motivo escolhemos esse lugar como uma demonstração de lazer. (Textos dos alunos do eixo Lazer).

Estes dois pequenos textos mostram que a visão de patrimônio está aqui ampliada. O foco é o da juventude que, em um bairro tão grande, tem poucas opções de lazer. Patrimônio vai além dos monumentos históricos, templos de pedra e cal e se insere no cotidiano destes jovens. A igreja “quatrocentona” de Nossa Senhora da Apresentação é um patrimônio cultural do bairro reconhecido tanto pelas autoridades quanto por estes adolescentes. Foi, inclusive, retratada em detalhes por um dos grupos que fotografou a fachada e a pia batismal. Todavia essa juventude pensa outras nuances. Ela quer que se preserve a natureza, seus espaços de lazer e sua Nave do Conhecimento, que foi fechada recentemente.

A escola vizinha à nossa, o CIEP Dom Oscar Romero, de onde recebemos boa parte de nossos alunos do sexto ano, foi retratada pelo grupo ligado ao eixo da Cultura. No período em que as atividades aqui descritas estavam se desenvolvendo, o CIEP sofreu depredações, inclusive um princípio de incêndio. Acontecimentos que se repetiram algumas vezes ao longo

do corrente ano. Por conta dos desagradáveis acontecimentos, teve de ficar fechado por alguns dias. Percebendo a ameaça o grupo fez a foto da fachada do prédio e fez a seguinte descrição:

CIEP Dom Oscar Romero é uma escola onde temos muita admiração pois toda nossa infância estudamos lá. Nos conhecemos lá e levaremos nossa amizade pra vida toda.

A sensibilidade foi visível pois entenderam que preservar o patrimônio de uma localidade é nos colocar para proteger aquilo que é significativo para a comunidade. Retrataram o CIEP Dom Oscar, ameaçado e criticado, como um lugar importante para a formação deles. A escola da infância, das amizades, para além do lugar onde se ministram conteúdos escolares.

O grupo Rebobinando fez uma releitura das fotos antigas da Mendes Viana. Se colocaram como personagens, partilhando os velhos espaços do prédio, mas dando um novo significado às imagens. Em uma delas, pode-se ver um antigo time de basquete da escola de cerca dos anos 1990 perfilado na quadra sem cobertura e com piso de asfalto. Os alunos atuais fizeram o mesmo gesto, agora como time de futsal, com a quadra coberta e piso liso. Vale lembrar que uma das grandes lutas da escola foi ter sua quadra.

Finalmente, a foto que mais emocionou as pessoas foi a deste mesmo grupo que refez a foto de 1967 ou 1968, em que uma professora aparecia com seus alunos pequenos em frente ao velho portão de entrada da escola. O oitavo ano se colocou em posições parecidas com a das antigas crianças mas, em lugar da professora, no centro da foto, quiseram homenagear o funcionário da limpeza, Marquinhos, que é funcionário da Companhia Municipal de Limpeza Urbana, a COMLURB. A descrição da foto foi a seguinte:

A primeira foto é dos anos de 1960, uma turma do antigo primário com sua professora. A foto atual: nessa foto encontramos a turma 1802 e o Sr. Marcos, um funcionário muito querido pelas pessoas da escola Mendes Viana.

Figura 7 – Turma do antigo primário – Anos 1960



Fonte: O autor, 2018.

Figura 8 - Grupo do eixo “Rebobinando”



Fonte: O autor, 2018.

Acredito que tenha ficado claro para estes adolescentes que além do prédio, das disciplinas, o maior patrimônio de qualquer instituição são as pessoas que participam da construção de tudo isso. Em um país em que o trabalho braçal é pouco valorizado e reconhecido, onde se costuma dizer a uma criança, em tom de ameaça, que se ela não estudar vai ser gari, como se fosse a maior das condenações, ver o funcionário da limpeza ser reconhecido e valorizado por estes alunos foi maravilhoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar ponto final a um trabalho do tamanho e importância de uma Dissertação de Mestrado não é nada fácil. No contexto atual, dar conta de uma pesquisa desta monta se mostrou uma dificuldade ainda maior tendo em vista as questões políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil e o mundo passam atualmente. Cada prática colocada em andamento em sala de aula e cada lauda escrita vieram com muito suor e dúvidas.

O Mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória, foi fundamental para meu amadurecimento intelectual e prático. As aulas, as leituras, discussões e aprofundamentos nos estudos, foram de suma importância para melhorar minha atuação docente. Um dos princípios que passei a exercitar com os alunos foi a escuta. Cada vez mais fundamental é escutar os jovens. Mesmo em tenra idade eles têm muito a acrescentar nas aulas. Foi do questionamento de uma aluna que surgiu essa pesquisa e a de diversos companheiros de mestrado que estão atuando no ensino básico.

Ao fim da exposição vieram as provas bimestrais e o fechamento das notas do terceiro bimestre. A média de notas da turma, no segundo bimestre, ficou em torno de 5.1 que, na Rede Municipal, corresponde ao conceito R, de regular. A partir do aprimoramento do trabalho e a conseqüente sedimentação das discussões do Clube de História, a média da turma atingiu o patamar de 9.0, correspondente ao conceito MB, ou seja, muito bom. Apenas os alunos que mudaram de turma no meio do caminho, por diversas questões, ficaram com notas menores. Lembrando que tanto no segundo quanto no terceiro bimestre, a avaliação foi feita somando a nota das provas, no valor máximo sete pontos, com as atividades do Clube de História, no valor máximo de três pontos.

Vinte alunos, os que participaram de todas as atividades propostas em dois bimestres, foram convidados a responderem a um questionário, com perguntas abertas e fechadas, para darem suas impressões após as oficinas e a exposição. Dezoito alunos disseram que gostaram da exposição porque ela contribuiu para outras pessoas conhecerem a escola e o bairro através da pesquisa. Ainda neste sentido foi perguntado o que poderia ser melhorado. A maioria dos alunos, onze no total, acham que, para melhorar, deveríamos focar em outros bairros do subúrbio.

O questionário também quis apreender a visão que as aulas e pesquisas ao longo do bimestre tinham suscitado nos discentes a respeito do bairro. Apenas dois participantes

afirmaram que não mudaram sua percepção sobre Irajá. Como a pergunta era aberta cabe a reprodução dos depoimentos mais marcantes.

Irajá é um bairro que eu sempre morei, porém nunca tive a oportunidade de conhecer tão bem e com a exposição eu tive a oportunidade de conhecer melhor o bairro e suas histórias. (Aluna T. A)

Passei a ver que o nosso bairro é muito mais do que eu imaginava, tem história aqui. (Aluno C.S)

Eu percebi que **nosso bairro também tem história mesmo não sendo um bairro nobre**. E tem coisas que precisam ser preservadas (sic) em nosso bairro. (Aluna S. R- grifo meu)

Os depoimentos aqui apresentados mostram que no caso deste alunos, oriundos de uma comunidade favelada e suburbana, ter a possibilidade de conhecer seu espaço de moradia foi fundamental para valorizá-lo. No caso específico da resposta da aluna S. R deixa subentendido que havia nela uma ideia de que só os bairros nobres têm história. Irajá por não sê-lo, portanto, seria aliado de ter uma. Mas as aulas no Clube de História despertaram uma nova visão. Uma ampliação de horizontes.

Por fim, a última pergunta tinha como objetivo saber se o Clube de História havia modificado a visão do grupo sobre a disciplina de História. Apenas uma aluna disse não ter mudado em nada. Os outros dezenove disseram que sim e de maneira positiva. Três depoimentos, para mim, foram muito significativos, pois demonstraram uma profunda mudança de percepção por parte de alunos que não eram considerados os melhores.

Sim, aprendi a gostar mais de História e o quanto **é importante fazer pesquisas**. (Aluna M. E – grifo meu)

Sim. Antes eu achava que História era uma matéria muito chata, agora acho uma das mais legais. (Aluno R. S)

Sim, porque **me possibilitou a matéria de um jeito que ajudou a entender**. (Aluno R. S – grifo meu)

Estas falas deixam claro que o uso do método como conteúdo foi um sucesso para essa turma. Estimulou o gosto pela pesquisa e, com ele, melhorou o entendimento da disciplina. Esse tipo de colocação vinda dos alunos demonstram a necessidade de se pensar muito o ensino de História em nosso país.

Acredito que meu trabalho traz novas possibilidades de pesquisa sobre o subúrbio pois trouxe a público alguns documentos sobre o bairro e, especialmente, sobre a escola Mendes Viana. Assim como estabeleceu vínculos com outras instituições que pesquisam e pensam a História e o patrimônio cultural local. Uma das abordagens possíveis, por exemplo, é

estimular colegas de outras regiões consideradas desvalorizadas do Rio de Janeiro a fazerem um levantamento de fontes e escritos sobre seus bairros.

Colocar o ponto final em uma dissertação de mestrado traz certo alívio e alegria. Mas neste novo Brasil que está sendo gestado guarda também certa preocupação. Neste escrito estão as reflexões de um docente de escola pública. A experiência pedagógica aqui descrita foi pensada com vistas a um horizonte democrático no ensino da História escolar, como salientei antes. Mas haverá espaço para a democracia e liberdade de expressas nas salas de aula deste país? A educação resistirá aos duros golpes que vem sofrendo com a escalada do autoritarismo e a criminalização de professores? Não há como fazer previsões quanto a isso, pois as disputas ainda estão se dando.

Mesmo com tantas preocupações o trabalho me inspirou a seguir refletindo sobre a história local, a memória e o patrimônio, buscando sempre partilhar destas reflexões com minhas alunas e alunos na sala de aula. Assim, seguir sempre construindo, nesta via de mão dupla, a docência. Afinal, *“formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”* (FREIRE, 1996, p.14).

Considero muito importante que outras ações sejam pensadas na Mendes Viana além das que foram analisadas aqui. Que outros professores possam se sentir motivados a partir desta leitura a se debruçarem sobre a trajetória da instituição. A comunidade escolar está pronta para construir mais e mais plataformas de acesso para que este metrô possa seguir viagem ainda por muitos anos. Espero que a partir deste e de outros trabalhos, tais jovens sigam tomando cuidado com os vãos entre os trens e as plataformas, mas se aproveitem das linhas para tomar outros espaços da cidade que é deles por direito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo e Marcelo Rangel. *Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo*. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2015.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013, 4ª ed, 4ª reimpressão.

ALVES, Vânia Maria Siqueira. *Museus escolares: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia*. Tese de Doutorado. UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016.

APPLE, Michael W. *A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?* In: MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU, Tomaz (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 12ª ed., São Paulo – SP: Cortez, 2011. p. 71-106.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Circe. *Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História*. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-27.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CORRÊA, Anderson Romário de. *História Local e Micro-História: encontros e desencontros*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS - n. 146 – 2012 –pp.11-27.

COSTA, Karla Rodrigues da. *Água Santa: Do Não Lugar ao Lugar - XXVIII Simpósio Nacional de História – Florianópolis (2015)* In: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442011044_ARQUIVO_agua_santa.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho. *A Escola da Guanabara na Memória Carioca*. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História Associação Nacional de História- ANPUH, 2007. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0456.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

ELIAS, Cosme. *Samba do Irajá e de outros subúrbios: um estudo da obra de Nei Lopes*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio no Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX* In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de , FERNANDES, Néelson da Nóbrega Fernandes (orgs) 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro; Lamparina Editora, Editora da UFF, 2010. pp. 19-56.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 3ªed., 2015.

FERNANDES, Néelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio - Rio de Janeiro 1858/1945*, Rio de Janeiro: Editora Apicuri/Faperj , 2011.

FERRARI, Cibele Dalina Piva. CARMINATI, Celso João. *Patrimônio Cultural da escola: termos e abordagens de um campo em expansão*. Atos de Pesquisa em Educação – ISSN 1809-0354 Blumenau – vol. 11, n. 3, p.680-700 set./dez. 2016.

FERRAZ, Talitha. *As potências da “nostalgia ativa” na luta pela salvaguarda do Cine Vaz Lobo*. Revista Eco-Pós-Comunicação Urbana, Rio de Janeiro: UFRJ, Vol. 21 N° 3, pp.111-133, 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. *História oral e vida de professores. A construção das histórias*. In: Ser professor no Brasil: história oral de vida. Campinas – SP: Papyrus, 1997. p. 21-56.

FREIRE, Délio. *Os clubes escolares*. Curriculum. Rio de Janeiro; FGV, Ano 3, n. 6, pp.107-118,1964.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei; uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond/Jorge Zahar Editor, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores,5ª ed, 2000.

_____. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1970.

GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. Estudos Históricos, pp. 121-127. Rio de Janeiro, v.11, n.21.

GOODSON, Ivor F. *Ensino, currículo, narrativa e o futuro social*. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 35 maio/ago, pp.241-252, 2007.

GOUBERT, Pierre. *História Local*. In: Revista Arrabaldes – Por Uma História Democrática. Rio de Janeiro. N°1, maio/agosto, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *História, memória e patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

HARVEY, D. *O direito à cidade*. Lutas Sociais n° 29. São Paulo, jul./dez. 2012. p. 73-89.

HORTA, Maria d Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina. Monteiro, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

LINS, Antônio José Pedral Sampaio. *Ferrovia e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de, FERNANDES, Néelson da Nóbrega Fernandes (orgs) 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro; Lamparina Editora, Editora da UFF, 2010. pp. 138-159.

LINS, Ivan. *História do Positivismo do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional. Col. Brasiliana. Volume: 322; Edição: 1ª; Ano: 1964.

LOPES, Nei. *Dicionário da hinterlândia carioca: antigos “subúrbio” e “zona rural”*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1975.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais*. In: Maricat, Ermínia et all. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *"Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História*. Tempo [online]. 2006, vol.11, n.21, pp.5-16. ISSN 1413-7704.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, pp. 236 - 253. set./dez. 2016.

MONTEIRO, Ana Maria. *Os saberes que ensinam: o saber escolar. Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 81-111.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. *O método como conteúdo: o ensino de história com fontes patrimoniais*. Educação (UFSM), v. 40, p. 169-182, 2015.

ORIANI, Angélica Pall. *A atuação profissional e a produção escrita de Francisco Vianna (1876-1935) na história do ensino da leitura*. In: MORTATTI, MRL., et al., orgs. *Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP, pp. 103-115, 2015 .

PIMENTEL, Márcia. *Modernismo e pedagogia – Série Arquitetura das Escolas Municipais – Rio de Janeiro*: MULTIRIO, 9 de outubro de 2014 disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/902-modernismo-e-pedagogia-entre-a-qualidade-e-a-quantidade>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

POLLACK, Michel. *Memória e identidade social*. In Revista Estudos Históricos. V 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Educação. *Orientações Curriculares – História*. Rio de Janeiro: SME/RJ, 2016. Disponível em: <<http://www.rioeduca.net/blogViews.php?id=5265>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

RODRIGUES, Agostinho. *Meu Irajá*. Rio de Janeiro: IHGBI, 2012. Disponível em: <<http://www.falazonanorte.com.br/downloads/meuiraja.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

RODRIGUES, Maria Anunciada Nery. *Estratégias de leitura aplicadas ao gênero fôlder*. - Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.2, pp.1-12, 2014.

SANCHO, Benilson Mario Iecker. *Maré de cidadania: uma experiência pedagógica com alunos da escola pública no Museu da Maré/ Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) –Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016, Rio de Janeiro, 2016.*

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental*. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.9(1):105-24, jan.-abr.2002.

SAKAMOTO, Leonardo. *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. In: Maricat, Ermínia et all. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & GARCIA, Tânia Maria Braga. *Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências*. Educ. rev. [online], n.spe, pp.01-14,2006. ISSN 0104-4060.

SELANO, Alyne Mendes Fabro. *O museu escolar e reflexões históricas: usos e apropriações da memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira / Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) -Universidade do Estado do Rio de Janeiro(UERJ), Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2016.*

SILVA, Daniel Pinha. *O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.99-129, jan./abr. 2017.

_____. *Experiência na cidade e leitura da história: produção e circulação da história em Manguinhos, uma favela carioca*. Revista ENSINO & PESQUISA, Rio de Janeiro, v. 16, p. 112-125, 2018.

SILVA, Elvis Roberto Lima da. *Alfabetização histórica é possível? Anais do XV encontro regional de História da ANPUH – Rio, 2012*. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338290971_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012versaofinal.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

SILVA, Rafael Freitas da. *O Rio antes do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Babilônia, 2017.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro da. *Entre Posseiros e Arrendatários: uma história social agrária da freguesia de Irajá (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Seropédica: UFRRJ, 2013.

SILVA, Zélia Lopes da. *Os acervos históricos: guardar para que e para quem?* Revista Patrimônio e Memória, São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, pp.13-24,2006.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educ. Pesqui. [online]. vol.31, n.3, pp.443-466, 2005.

VALLADARES, Licia. *A gênese da favela carioca*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (on line) pp.05-34. ISSN 0102-6909. - Vol. 15, nº 44/out 2000.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANA, Iamara da Silva & Mello, Juçara da Silva Barbosa de. *Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos*. Revista Encontros, Departamento de História do Colégio Pedro II. Ano 11, Número 20, pp.49-62, 1º semestre de 2013.

Periódicos

Almanak Laemmert – 1893,1899,1900 e 1901.

Correio da Manhã – 05/04/1935, 23/02/1957.

Correio da Manhã – 05/04/1966.

Diário da Noite- 09/08/1954.

Diário de Notícias – 09/10/1964, 08/01/1974.

Jornal do Brasil – 22/12/1945, 02/09/1966.

Jornal do Commercio – 08/07/1897.

Jornal dos Sports- 12/04/1965.

Luta Democrática – 13/08/ 1968.

O Dia- 23/08/1978.

Tribuna de Imprensa – 31/08/1966.

Última Hora – 11/03/1953

Web sites

Números da Educação do Rio de Janeiro:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>>.

Dados sobre escolas da Rede Municipal do Rio de Janeiro:

<<http://www.latITUDE.org.br/escola/33074585/>>.

Pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá:

<<http://resenha-digital-ihgbi.blogspot.com/>>.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II:

<https://www.cp2.g12.br/component/content/article/189-programas_interdisciplinares/nudom/1487-n%C3%BAcleo-de-documenta%C3%A7%C3%A3o-e-mem%C3%B3ria-nudom.html>.

Centro de Referência da Educação Pública:

<<http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas.htm>>.

Histórico do Colégio Culto à Ciência:

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1874_Colegio_Culto_a_Ciencia.pdf>.

Programa Morar Carioca:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4462176>>.

Sobre a canção “Para Pedro”:

<<http://radiochimarrao.marcasdopampa.com.br/wp/musica-para-pedro-completa-50-anos/>>.

Armazém de dados - História e dados sobre os bairros do Rio de Janeiro:

<<http://apps.data.rio/armazenzinho/historia-dos-bairros/>>.

Jornal *O Globo*:

<<https://oglobo.globo.com>>.

Jornais *on line* sobre os bairros da Zona Norte:

<<http://vozerio.org.br/>>

< <http://jornalnovidades.com.br/>>

APÊNDICE A - Clube de história atividade 1

NOME: _____

QUAIS DOS OBJETOS ABAIXO VOCÊ ACHA QUE PODERIAM FAZER PARTE DE UM MUSEU?

Figura 9 – Caderno escolar



Fonte: O autor, 2018.

Figura 10 – Lei Áurea



Fonte: O autor, 2018.

Figura 11 – Retrato de D. João VI



Fonte: O autor, 2018.

Figura 12 – Vestido noiva da Rainha Vitória



Fonte: O autor, 2018.

Figura 13 – Celular



Fonte: O autor, 2018.

Figura 14 – Coroa de D. Pedro II



Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE B - Clube de história atividade 2

Nome: _____ Idade: _____

1) Em que bairro você mora?

2) Você sabe algo sobre a história da cidade? () SIM () NÃO

3) Conhece algo da história de seu bairro? () SIM () NÃO

4) Sabe algo da história da escola? () SIM () NÃO

5) A quanto tempo você estuda na Mendes Viana?

6) Já conhecia a escola? () SIM () NÃO

7) A visão que você tinha sobre a escola Mendes Viana, de acordo com o que lhe contaram, era positiva ou negativa?

8) Você mudou de opinião quando passou a estudar aqui?

() SIM () NÃO () NÃO CONHECIA A ESCOLA ANTES

9) Sua visão sobre a escola Mendes Viana, hoje, é positiva ou negativa?

10) Você acha importante conhecer a história da cidade, do bairro e da escola?

() SIM, acho importante ter este tipo de conhecimento

() SIM, apenas a história da cidade

() SIM, apenas a história do bairro

() SIM, apenas a história da escola

() NÃO, apenas a história do país e do mundo são importantes

APÊNDICE C - Clube de história – avaliação da exposição

NOME: _____

1) O que você achou da exposição a respeito dos patrimônios de Irajá?

- a) Não gostei.
- b) Gostei, pois foi a oportunidade de conhecer melhor a minha região.
- c) Gostei, pois me ajudou a entender melhor História.
- d) Gostei, pois acho que contribui para que outras pessoas conhecessem melhor a escola e o bairro através da pesquisa.

2) O que você acha que poderíamos melhorar?

- a) O trabalho poderia ser feito em todos os bimestres.
- b) Poderíamos ampliar para outros bairros do subúrbio.
- c) Acho que deveríamos focar mais nas escolas da região.
- d) Acho que do jeito que fizemos está bom.

3) Pensa que faltou alguma coisa? Explique.

4) A partir das aulas e pesquisas ao longo do bimestre, que tipo de visão você passou a ter sobre o bairro?

5) A experiência do Clube de História mudou a sua visão sobre a matéria de História? Explique.

APÊNDICE D – Patrimônios de Irajá, um subúrbio carioca

Figura 15 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação



Legenda: Grupo: Sagrado

Data: 22/08/2018

Descrição: Tiramos essa foto porque essa igreja é muito importante para o Irajá, também é a segunda igreja construída no Rio de Janeiro.

Fonte: O autor, 2018.

Figura 16 - Pia Batismal da Igreja Nossa Senhora da Apresentação



Legenda: Grupo: Sagrado

Data: 22/08/2018

Descrição: Também achamos legal tirar essa foto, pois é um dos objetos mais importantes da igreja, isso por colaborar com a realização do batismo.

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE E – Lazer

Figura 17 - Pista de Skate – Praça Nossa Senhora da Apresentação



Legenda: Grupo: Lazer

Data: 28/08/2018

Descrição: Decidimos falar sobre este lugar por ele ser bellissimo, com muitas árvores e uma atmosfera calma. Este é um local de pouco acesso e isso é uma vantagem para os skatistas, pois assim eles tem maior liberdade para andar de skate.

Fonte: O autor, 2018.

Figura 18 - Parque – Praça Nossa Senhora da Apresentação



Legenda: Grupo: Lazer

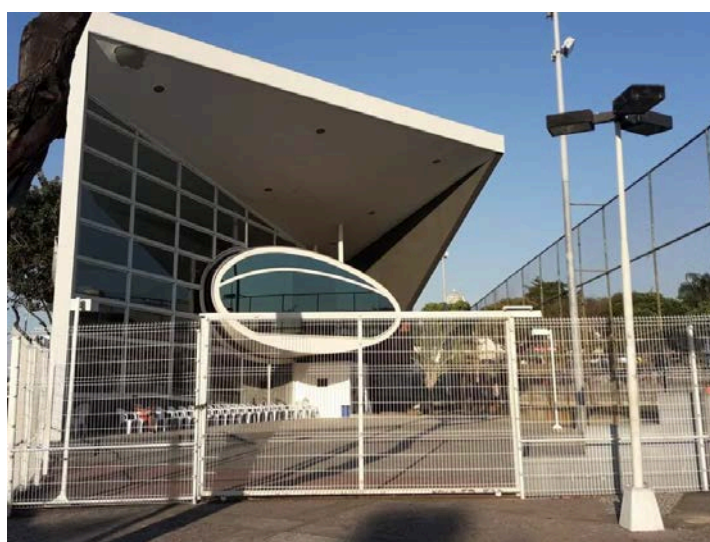
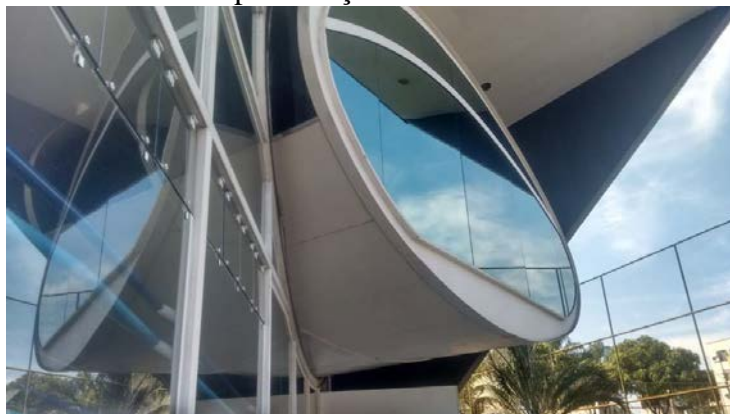
Data: 28/08/2018

Descrições: Esse parquinho foi feito recentemente e deu um novo brilho na área, pois agora ficam mais pessoas do que antes ali. Por este motivo escolhemos esse lugar como uma demonstração de lazer.

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE F - Meu lugar

Figura 19 – Nave do conhecimento – Praça Nossa Senhora da Apresentação



Legenda: Grupo: Meu lugar

Data: 31/08/2018

Descrição: Local bastante frequentado por adolescentes e adultos. É o lugar ideal para pessoas de todas as idades passarem o tempo. Onde ocorrem cursos e palestras para todas as idades.

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE G - Cultura

Figura 20 – Pátio da Escola Mendes Viana



Legenda: Grupo: Cultura

Data: 31/08/2018

Descrição: Essa é uma das muitas provas de que ainda há amor à cultura e comprometimento das pessoas que convivem no ambiente da Escola Mendes Viana.

Fonte: O autor, 2018.

Figura 21 – Escola CIEP Dom Oscar Romero



Legenda: Grupo: Cultura

Data: 31/03/2018

Descrição: CIEP Dom Oscar Romero é uma escola onde temos muita admiração pois toda nossa infância estudamos lá. Nos conhecemos lá e levaremos nossa amizade pra vida toda.

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE H - Natureza

Figura 22 – Estrada do Colégio



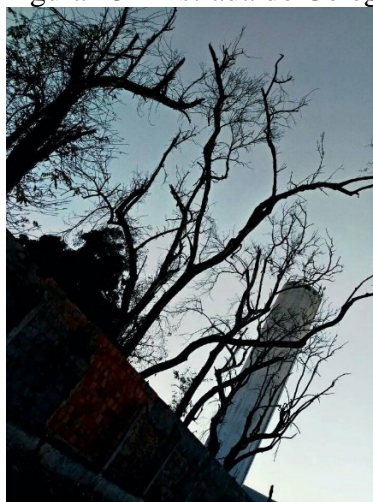
Legenda: Grupo: Natureza

Data: 13/08/2018

Descrição: Nesta foto se representa a diferença e partilha que a árvore oferece a outro ser vivo. Neste caso a árvore se dá como abrigo para o cogumelo.

Fonte: O autor, 2018.

Figura 23 – Estrada do Colégio



Legenda: Grupo: Natureza

Data: 29/08/2018

Descrição: Por meio dessa foto queremos fazer um pedido, não maltratam a natureza nunca!

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE I – Rebobinando

Figura 24 - Entrada de acesso ao refeitório da Escola Mendes Viana



Legenda: Grupo: Rebobinando

Data: 31/08/2018

Descrições: A primeira foto é dos anos de 1960, uma turma do antigo primário com sua professora. A foto atual: nessa foto encontramos a turma 1802 e o Sr. Marcos, um funcionário muito querido pelas pessoas da escola Mendes Viana.

Fonte: O autor, 2018.

Figura 25 – Quadra da Escola Mendes Viana



Legenda: Grupo: Rebobinando

Data: 31/08/2018

Descrição: A primeira foto é de cerca dos anos de 1990 e apresenta o time de basquete da Mendes Viana. Já na segunda foto, se encontra o atual time de futebol da turma 1802 na quadra, local onde os alunos praticam diversas atividades físicas.

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE J - Patrono Francisco Furtado Mendes Viana e placa de inauguração da escola

Figura 26 – Patrono Francisco Furtado Mendes Viana



Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE K - Ambiente da escola Mendes Viana

Figura 27 – Escola Municipal Mendes Viana



Fonte: O autor, 2018.